



Reuniu o Comité Central

Tomar a iniciativa

O Comité Central do PCP, reunido anteontem, procedeu à análise das eleições presidenciais, da situação política e social e das tarefas decorrentes da situação actual, visando potenciar e concretizar orientações e decisões do XVI Congresso, designadamente no desenvolvimento da luta de massas e no reforço da intervenção, da organização e da iniciativa política do Partido.

Págs. 5, 6 e 7



Centrais

Prática contrária declarações oficiais
sobre os eléctricos em Lisboa

Turismo ou morte?

CONCENTRAÇÃO

25 Janeiro (Quinta-feira)

em frente à Residência do Primeiro-Ministro

Pelo fim da presença militar portuguesa nos Balcãs

Contra o envio de mais tropas para o Kosovo

Solidariedade com as populações afectadas pelos bombardeamentos da NATO

Pela dissolução da NATO

Ensino superior

Subfinanciamento é o problema

Joel Vasconcelos, dirigente da JCP, faz um balanço muito positivo da campanha «Direitos não se pagam, conquistam-se!», lançada em Novembro pela organização do ensino superior.

Págs. 18 e 19

PCP propõe alterações à lei

Emprego com direitos

Elevar a qualidade do emprego e criar melhores condições e garantias para os trabalhadores são os objectivos de um projecto de lei do PCP que visa alterar o regime jurídico dos contratos a prazo.

Pág. 13

Cabo Verde

PAICV vence legislativas

A vitória da esquerda nas eleições em Cabo Verde, no passado domingo, marca uma viragem na vida do país. Os liberais do MpD, no poder há dez anos, ficaram em segundo lugar.

Pág. 22

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Moraes

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00
EUROPA
50 números: 21 850\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00
GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Eleições presidenciais no passado domingo

Resumo

10 Quarta-feira

Os maquinistas da CP ameaçam voltar à greve se as negociações com a administração sobre o regulamento de carreiras «continuar num impasse» • Quatro psicólogos da equipa de rua de apoio ao toxicodependente no Casal Ventoso estão em greve de fome como protesto contra as substituições feitas na equipa • A antiga presidente sérvia-bósnia, Biljana Plavsic, entrega-se ao Tribunal Penal Internacional • O ex-número um da ETA, Francisco Mujica Garmendia, é condenado a 96 anos de prisão pelo assassinato de dois polícias • O actor Carlos César morre subitamente aos 58 anos.

11 Quinta-feira

Em véspera de fim de campanha, António Abreu é acompanhado por centenas de apoiantes numa arruada na margem sul do Tejo • O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Martins Barrento, diz que o jornal do Exército vai passar a «funcionar como contrapoder do desmesurado poder da Comunicação Social» • O diário londrino *The Independent*, revela que há quatro anos o Exército britânico foi informado de que os soldados expostos ao pó de urânio empobrecido corriam o risco de desenvolver cancro • Biljana Plavsic, a ex-presidente sérvia-bósnia, declara-se inocente perante os nove artigos de acusação apresentados contra ela em Haia, no Tribunal Penal Internacional • É marcado um encontro de alto nível entre israelitas e palestinos com o intuito de relançar as negociações para a paz.

12 Sexta-feira

Na reunião do Conselho Permanente da NATO, o representante português afirma «que as análises preliminares mostram que os níveis naturais de urânio no Kosovo são inferiores aos de Portugal e que a ideia sobre os riscos de contaminação são falsas» • A equipa do Casal Ventoso que se encontra em greve de fome há três dias faz uma vigília frente à residência do primeiro-ministro • Inquirido sobre a possibilidade de um acordo de paz no Médio Oriente, Bill Clinton refere que as duas partes «têm pontos de acordo em número surpreendente, mas também alguns pontos de intensa controvérsia» • O Tribunal Superior Federal de Leipzig confirma a sentença de quatro anos e meio de prisão para o alemão Andreas Schulze que agrediu o operário português Nuno Fontinha provocando a morte deste.

13 Sábado

Declara-se a abertura do Porto 2001 Capital Europeia de Cultura • Com receio dos efeitos causados pelo urânio empobrecido, os soldados gregos em missão na Jugoslávia pedem para regressar ao seu país • Dois cidadãos palestinos são fuzilados em Gaza e na Cisjordânia por terem colaborado com Israel • El Salvador é abalado por um sismo de magnitude 7,4 graus na escala de Richter.

14 Domingo

A reeleição de Jorge Sampaio à Presidência da República é marcada pela maior abstenção de sempre, 49 por cento é o número registado • As eleições presidenciais são também alvo de boicotes em várias regiões do País • A Áustria verifica o seu primeiro caso da doença das vacas loucas • No balanço feito em El Salvador depois do sismo, registam-se 259 mortos, mais de 500 feridos e 1200 desaparecidos.

15 Segunda-feira

Os presidentes do Instituto Português da Droga e da Toxicoddependência (IPDT) e do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso (GRCV) reúnem-se com a equipa de rua • A Portugal Telecom compra 83 por cento do interesse económico da brasileira Global Telecom e assegura a aquisição do restante capital • As eleições em Cabo Verde deram a vitória ao Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) com 45,52 por cento contra os 42,87 por cento obtidos pelo Movimento para a Democracia (MpD) • A reunião entre israelitas e palestinos sobre segurança é adiada devido a novos confrontos que provocam mais um morto • Continuam os esforços para encontrar mais sobreviventes do sismo em El Salvador • Inicia a fiscalização à rotulagem da carne de vaca.

16 Terça-feira

O Comité Central do PCP reúne-se para analisar as eleições presidenciais • Realizam-se novas votações nas seis regiões que boicotaram as presidenciais no Domingo • A força da NATO na Bósnia encontra em Hadzici cerca de 150 projecteis antitanque com urânio empobrecido e assinala que a radioactividade é «suficiente para recomendar às pessoas que não se aproximem» • O ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Louis Michel, anuncia a morte do Presidente da República Democrática do Congo, Laurent-Désiré Kabila • A vaca abatida no talho Inalca em Itália, que fornece os McDonald's da Europa, estava infectada com o vírus da BSE.

Aconteceu

Sismo e morte em El Salvador

Estão até agora contabilizados 500 mortos, 500 feridos e milhares de desaparecidos em consequência do terramoto de 7,6 graus na escala de Richter que, no sábado passado, atingiu El Salvador. O sismo, um dos mais violentos que atingiu a região nos últimos anos, fez-se igualmente sentir em vários países vizinhos, nomeadamente na Nicarágua, Honduras, Costa Rica e no Sul do México, mas foi na zona da capital salvadorenha e no Leste deste país que os seus efeitos foram mais devastadores, arrasando povoações inteiras e causando um número indeterminado de vítimas mortais, dado que está longe de se poder fazer um balanço definitivo da tragédia. A ajuda internacional já começou a seguir para o país, enviada nomeadamente pela Alemanha, Espanha, França e Holanda.

Hubble regista «buraco negro»

O telescópio orbital *Hubble* registou imagens inéditas de matéria a desaparecer do horizonte visível junto a um «buraco negro», o que poderá constituir a confirmação não apenas da existência destes imensuráveis «corpos» galácticos, como da teoria de que estes absorvem toda a energia que deles se aproxima - incluindo a luz - pela sua densidade também incomensurável. As imagens recolhidas pelo *Hubble* mostram ondas de luz ultravioleta originárias de aglomerados de gás quente a desaparecer à medida que se aproximam de um objecto maciço e compacto designado pelos cientistas por Cygnus XR-1 - um movimento e uma actividade que seriam exactamente os esperados se o gás quente tivesse «caído» para dentro de um «buraco negro».

«Facturas falsas» também prescrevem

O Tribunal de Instrução Criminal (TIC) de Lisboa deixou prescrever o caso Partex/Fundo Social Europeu (que se tornou conhecido como o «caso das facturas falsas») encontra-se em fase de instrução no TIC de Lisboa desde 1997, tendo no decurso da instrução sido desta-

Porto inaugura Capital da Cultura

O «Porto Capital Europeia da Cultura/2001» foi solenemente inaugurado este fim-de-semana com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio, e da Rainha da Holanda, país a que pertence Roterdão, a outra cidade europeia a partilhar este ano com o Porto a honra de ser Capital Europeia da Cultura. Além das cerimónias protocolares - onde avultou um concerto pela Orquestra Nacional do Porto tocando Mário Laginha, Massenet, Gounod, Ponchielli, Boito, Verdi e Tchaikovski -, a inauguração deu lugar a grandes espectáculos pela cidade, com destaque para os dois fogos-de-artifício lançados na ponte D. Luís, em pleno Rio

Douro: o primeiro, chamado «Festa da Luz», surgiu num espectáculo deslumbrante de fogo contínuo de 24 minutos reproduzindo a construção da ponte e musicado por Nuno Ribeiro, o segundo foi encomendado no Japão e manteve as margens do Douro totalmente apinhadas de gente que quis fruir tudo ao vivo. O final da noite foi no Pavilhão Rosa Mota, que registou uma enchente para apreciar o espectáculo de Pedro Abrunhosa e dos seus Bandemónio, dos Horn Head e do grupo Orbital. Agora, há o ano inteiro para fruir a vasta e diversificada programação lúdica e cultural prevista para o Porto/2001 Capital Europeia da Cultura.

Inflação acelera

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a inflação acelerou em 2000 para 2,9%, em média anual, atingindo o valor anual mais elevado desde os 3,1% em 1996. Os preços subiram 0,4% em Dezembro e a inflação média anual situa-se 0,9 pontos percentuais acima da meta definida inicialmente pelo Governo para o ano passado e no limite superior do intervalo de 2,7 a 2,9 por cento de inflação em 2000 - previsão apontada, em Outubro, pelo Ministério das Finanças, no âmbito da apresentação do Orçamento de Esta-

do (OE) para 2001. A inflação homóloga (comparada com o mesmo período do ano precedente) atingiu 3,9% em Dezembro, o valor homólogo mais elevado desde Novembro de 1995 (mês em que a inflação homóloga ficou nos 4,0%), em aceleração pelo terceiro mês consecutivo. No último trimestre, os preços subiram 3,7% em comparação homóloga, revelando uma tendência de aceleração trimestral desde o início do ano. Afirma o INE que, mesmo que os preços fossem congelados durante todo o ano de 2001 (o que, obviamente, não vai acon-



«Facturas falsas» também prescrevem

cados dois magistrados judiciais para despachar os outros processos que estavam afetos ao juiz do processo Partex. O objectivo era permitir que o juiz encarregado do caso Partex tivesse mais tempo disponível para conduzir a instrução do pro-

cesso e evitar a sua morosidade. A Partex, co-arguida em alegadas fraudes no Fundo Social Europeu, já havia reclamado a prescrição do processo, mas o Ministério Público (MP) tem entendido o oposto, depois de ter deduzido acusação de fraude na obtenção de subsídios do Fundo Social Europeu. Entre os acusados no processo crime contra a Partex figura José Alfaia, ex-administrador da empresa e antigo secretário de Estado da Comunicação Social no Governo de Pinto Balsemão, e Melro Félix, da Consulta, que chegaram a estar detidos preventivamente. Além da Partex, existem outras empresas acusadas no processo, caso da Consulta, Sociedade Nacional de Sabões, Caixa Económica Açoriana e algumas firmas fictícias ligadas aos arguidos, que supostamente emitiam facturas falsas.



Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Síndrome dos Balcãs

Os problemas de fundo da Jugoslávia e dos Balcãs não se resolviam e não se resolveram com uma guerra de agressão a um país soberano e independente. Na feliz expressão de François Mitterrand, não se resolve um conflito acrescentando-lhe mais guerra. O certo é que os EUA em véspera de imporem o novo conceito estratégico da NATO empurraram os seus aliados para uma aventura cujo objectivo anunciado não tinha a ver com o pretendido.

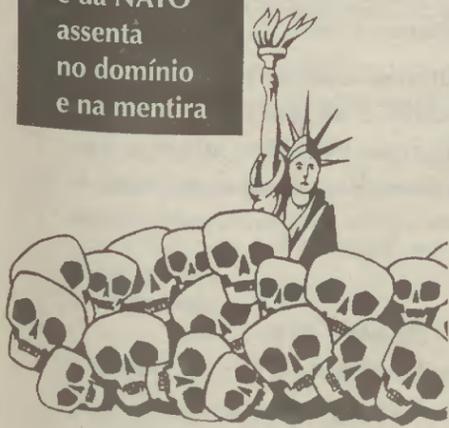
Assim é hoje cada vez mais claro que não foram objectivos humanitários, mas objectivos de domínio económico, político e militar, que levaram à guerra contra a Jugoslávia.

Nunca é de mais lembrar que o maior êxodo de kosovares albaneses ocorreu depois do início dos bombardeamentos assim como uma autêntica limpeza étnica com a perseguição e fuga de dezenas de milhares de sérvios do Kosovo.

Os EUA e NATO usaram na guerra contra a Jugoslávia novas e sofisticadas armas desde as bombas de grafite passando pelos mísseis de cruzeiro até às balas com urânio empobrecido.

Esta política dos EUA e da NATO assenta no domínio e na mentira

A Jugoslávia viveu sob um dilúvio de bombardeamentos dos mais modernos armamentos de destruição e morte. Sob o efeito dos corifeus da nova ordem mundial os «media» louvaram esta nova arte de destruir, apresentando-a como



uma guerra «pura», «cirúrgica» e «limpa». Por aqui andaram os que se encantaram com o dilúvio de bombardeamentos sobre Jugoslávia.

Em nome de um sistema político prenhe de injustiças e tão cheio de marginalizados, os EUA e a NATO para «corrigir» o nacionalismo sérvio no Kosovo desencadearam uma guerra que na verdade se orientou para destruir um país e humilhar um povo.

Ao lado do «Big Brother», os membros da NATO participaram nesta crueldade suprema. Os resultados já são conhecidos e outros começam a ganhar as proporções de um gigantesco escândalo.

Afinal o urânio empobrecido disparado contra as populações no Kosovo (kosovares sérvios, kosovares albaneses, ciganos e outros) e que está a criar-lhes doenças em série, também mata os próprios soldados das forças dos outros países da NATO. Ao que parece, se o urânio empobrecido apenas dizimasse as populações (sérvias ou albanesas), as consciências doridas do Ocidente ficariam tranquilamente a assistir por uma qualquer via a estas mortes da civilização *made in USA* e NATO. O drama parece ser que matando à farta na Jugoslávia também mata os soldados que lá estavam para matar... Bem o sabiam os que ordenaram os bombardeamentos. E mais devem saber que não dizem. O certo é que esta política dos EUA e da NATO assenta no domínio e na mentira.

Os seus autores tinham plena consciência do que iam fazer, do que fizeram e de todo o rol de destruição e mortes que semearam. Os seus responsáveis estão em Washington, Londres, Bruxelas, Bona, Paris, Madrid, Lisboa e não vão ao Tribunal de Haia.

Porém, os mortos na Jugoslávia e os que morrem por lá terem estado exigem que a opinião pública se levante e exija esclarecimentos e responsabilidades.

É de exigir ao Governo português que esclareça e não minta, que fale da toxicidade do urânio e não da sua radioactividade, que cancele a ida de novos contingentes e que faça regressar as tropas.

E que todos pensemos que mesmo que as tropas da NATO não comam nenhum alimento que não seja dos seus países da NATO, que respirem por máscaras, a seu lado as populações da Jugoslávia comerão o que os seus campos, rios, mar e indústrias lhes fornecerem, respirarão o seu oxigénio e morrerão de diversos tipos de cancro. Só isto bastava para demonstrar o carácter criminoso desta guerra.

Editorial

TOMAR A INICIATIVA

Considerando que o resultado obtido pela candidatura comunista às eleições presidenciais constitui uma expressão da capacidade de mobilização e afirmação do PCP, o Comité Central do Partido valorizou justamente a acção desenvolvida pela candidatura de António Abreu que, com grande dignidade, seriedade e força de convicções afirmou os principais objectivos a que se tinha proposto no quadro particularmente complexo e difícil destas eleições – eleições nas quais apenas um candidato é eleito e que, neste caso concreto, tinham à partida um vencedor previamente assegurado.

É um facto incontestável que, nesta campanha eleitoral, a candidatura de António Abreu desempenhou um papel singular no debate político, na afirmação diferenciada dos valores que a sustentaram, na abordagem dos problemas que afectam e preocupam os trabalhadores e o povo português e na mobilização do eleitorado. E bastaria isto para justificar a candidatura comunista e a decisão tomada da ida às urnas.

Carecem de seriedade e abundam em oportunismo as tentativas, ensaiadas por alguns praticantes do calculismo político e da estrita lógica partidária, de identificarem os resultados eleitorais de cada candidatura com a expressão e influência eleitoral dos partidos que as apoia-

razões da crescente abstenção.

Olhando para a Europa e para o Mundo, mostra a realidade que o aumento da abstenção é um fenómeno praticamente generalizado, independentemente do sistema eleitoral adoptado em cada país. Pelo que as causas da abstenção nada ou pouco têm a ver com essa questão. Como pertinentemente sublinha o Comité Central do PCP, as causas mais fundas da abstenção têm a ver, isso sim, essencialmente com as políticas praticadas e com o desrespeito sucessivo pelos compromissos eleitorais assumidos. Na realidade o que o Governo do PS de facto pretende com a sua proposta é criar mecanismos de engenharia eleitoral que, subvertendo a vontade até aqui expressa pelo eleitorado e empobrecendo ainda mais o conteúdo democrático do sistema, facilitem a sua tão desejada bipolarização.

A candidatura de António Abreu deu expressão a um projecto, a propostas e a valores que de forma alguma se esgotam nestas eleições, antes terão correspondente continuidade na exigência de um mandato presidencial activamente vinculado aos valores e ao projecto constitucional, dotado de uma efectiva autonomia, independência e espírito crítico face ao Governo; projecto, propostas e valores que constituem as bases fundamentais para uma nova política, para uma política de esquerda que responda às justas aspirações dos trabalhadores e do povo; projecto, propostas e valores que constituem bases essenciais para as batalhas do futuro.

A decisão do PCP de levar até ao voto a candidatura de António Abreu, pelo significado político que comporta e pelo entusiasmo que suscitou no colectivo partidário e em muitos amigos e simpatizantes do Partido, semeou possibilidades reais de levarmos por diante, com êxito, um vasto conjunto de linhas de acção visando, nomeadamente: o reforço do Partido, com destaque para o reforço da organização e intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores; o recrutamento de novos militantes; a realização de Assembleias das organizações; a intensificação da intervenção e da iniciativa política e da luta de massas em torno dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pelas populações; a promoção e o apoio a acções de protesto contra o envolvimento de Portugal na política agressiva do imperialismo – cuja expressão mais próxima é a dos crimes cometidos nos Balcãs e contra os quais – e pela exigência do regresso dos militares que ali se encontram e pelo não envio de novos contingentes portugueses – o PCP marcou para o dia 25 de Janeiro uma Acção Pública de Protesto que culminará com uma concentração junto a residência do Primeiro-Ministro.

Para além disso, o Comité Central sublinhou a importância de que se revestem as eleições autárquicas deste ano, apontou um vasto conjunto de medidas e iniciativas tendentes a criar condições para o reforço autárquico da CDU e decidiu convocar uma iniciativa nacional sobre esta temática para o próximo dia 5 de Maio. De destacar ainda a decisão de promover uma Campanha Nacional de Fundos de 250 mil contos e o estudo de um conjunto de iniciativas comemorativas do 70.º aniversário do «Avante!» e do 80.º aniversário do Partido.

Tomar a iniciativa em todos os aspectos e em todas as áreas – eis o caminho.

“A candidatura de António Abreu deu expressão a um projecto, a propostas e a valores que de forma alguma se esgotam nestas eleições”

ram. O futuro próximo confirmará as significativas diferenças, em matéria de conteúdo de voto, entre estas eleições presidenciais e quaisquer outras eleições – autárquicas, legislativas ou para o Parlamento Europeu.

A elevada taxa de abstenção marcou impressivamente as eleições presidenciais: cerca de metade dos eleitores absteve-se de intervir na eleição do Presidente da República. Aliás, este foi um dos temas mais focados pela generalidade dos comentadores. O Governo do PS, aproveitando a maré, anunciou já ir avançar de imediato com a sua velha proposta de nova lei eleitoral. Segundo a imprensa, o projecto está pronto e aguardava apenas o «momento certo» para ser apresentado. Quer isto dizer que, para o Governo, o «momento certo» chegou agora, despoletado pela elevada abstenção verificada nas eleições presidenciais. O pretexto invocado é igualmente velho e consiste em focalizar no sistema eleitoral as

Actual A desculpa da hora

• Vítor Dias

Na segunda-feira, no fim da sua coluna diária no «Público», Eduardo Prado Coelho, comentando as presidenciais, identificou - a nosso ver, absurdamente - como «a grande questão para a esquerda portuguesa» o «confronto entre o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português» e, de pronto, sentenciou que «o Partido Comunista é uma força declinante e que o Bloco de Esquerda (...) é uma força que se consolida e credibiliza».

À cautela, acrescentou no entanto que estava a escrever às 20 hs. e 20 min. de domingo e que «o problema é suficientemente amplo para merecer resultados mais nítidos e mais tempo de reflexão».

A verdade porém é que, mesmo às 20 e 20 de domingo, a incontestável inteligência de EPC lhe devia ter permitido perceber que não se pode passar anos a identificar justamente a especificidade das presidenciais (escolha para cargo unipessoal, especial relação directa dos eleitores com os candidatos, etc.) e depois analisá-las

como se fossem legislativas ou autárquicas.

A verdade é que, mesmo às 20 e 20 de domingo, um módico de seriedade por parte de EPC o deveria ter levado a perceber que é uma inadmissível desonestidade aplicar à candidatura do PCP um critério de avaliação do significado dos seus resultados que, entretanto, não se aplica a outras. Porque não há volta a dar-lhe: se EPC acha que o resultado da candidatura presidencial do PCP indica «uma força declinante», então tem a estrita obrigação política e ética de sentenciar que, em conjunto, a direita (PSD e CDS-PP) passou a valer apenas 34,5% (o mais baixo valor deste campo em todas as eleições desde 1976) e não os 41% que somou em 1999, ou, em alternativa, que o CDS-PP pura e simplesmente morreu, e que o PS obteve o maior «score» da sua história eleitoral e, mais do que isso, qual descrédito e desgaste do seu governo qual carapuça, a

imensa maioria do povo está feliz, contente e entusiasmada com a governação do Eng. Guterres e do seu pessoal.

A verdade é que, mesmo às 20 e 20 de domingo, a inegável cultura política de EPC o deveria ter levado a recordar-se que em 1995, o voto

massivo do eleitorado comunista tinha sido decisivo para a eleição de Sampaio contra Cavaco e que isso e a nenhuma simpatia pela alternativa Ferreira do Amaral dificilmente não teriam projecções no dia 14.

A verdade é que, mesmo às 20 e 20 de domingo, se há muito não tivesse caído no caldeirão do preconceito, EPC bem podia ter percebido que entre a situação do Bloco e a do PCP havia um «pequeno» problema de escala; um sujeitava-se a comparações com 2,4% e outro com 9%.

Dito isto, desconfiemos que a hora está absolutamente inocente, mas EPC não.



Uma evidente cegueira

• Jorge Cordeiro

Diz o povo e com comprovada razão que mais cego é aquele que não quer ver do que aquele que não o pode fazer. Se outros exemplos não houvesse bastaria dar conta desta obstinada cegueira com que os principais responsáveis políticos e militares têm seguido a questão das consequências e efeitos do urânio empobrecido sobre a saúde resultantes dos bombardeamentos da Nato à Jugoslávia para dar razão a tal afirmação.

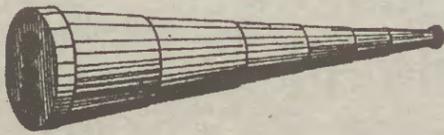
Regidos pela supremo objectivo de não deixar de agradar aos Estados Unidos e à Nato e confrontados com a irrefutável evidência de terem decidido o envolvimento de Portugal numa guerra de agressão contra o país soberano a pretexto de objectivos manifestamente falsos, Governo, Presidente da República e chefes militares desdobram-se em declarações tendentes a negar as mais óbvias evidências e a delas extrair as inevitáveis consequências.

Para recusar os factos que a realidade revela, o refúgio encontrado é o da alegada ausência de «evidências científicas». Como se a comprovada toxicidade das partículas do urânio empobrecido, aliás reconhecidas em vários documentos de altos responsáveis da Nato que o Governo diz terem-se perdido e não os conhecer, não fossem por si uma inegável confissão, vinda donde vem, dos riscos que representa. Como se a multiplicação de casos de doença e de

falecimentos entre militares de vários países que permaneceram na região dos Balcãs, mais de 70 casos diagnosticados e cerca de duas dezenas de falecimentos, não fosse uma evidência suficiente para despertar o que resta de sensatez nos que detêm o poder de decidir da permanência de contingentes militares portugueses naquela região. Como se não tivesse algum significado o facto de os Estados Unidos da América depois de se terem dedicado àquele exercício cobarde e distante de inundar uma nação de bombas de efeitos devastadores numa guerra cinicamente denominada de «baixas zero» tenham estrategicamente fugido à permanência de soldados seus no território ocupado.

Bem pode o Governo, com as suas operações de

propaganda, tentar iludir e manter desinformada a opinião pública nacional. O que é hoje uma evidência, que só não vê quem quer, por razões condenáveis, continuar a não ver, é que não só as razões humanitárias invocadas para a agressão à Jugoslávia são a mais pura hipocrisia, como a persistência em manter envolvido o nosso país naquela operação de ocupação nos Balcãs constitui um acto contrário aos interesses nacionais e a uma postura política norteada pelos valores da paz, solidariedade e cooperação internacional.



Decisões

• Leandro Martins

Há dias, um amigo chamava-me a atenção para o que há muito é óbvio. Que as decisões políticas no interior de cada Estado e mesmo considerando grupos de estados e regiões do mundo - que digo? -, mesmo considerando a «globalidade» do mundo, com as excepções cada vez mais sitiadas pelo cerco imperialista, são tomadas na realidade não pelas instâncias políticas formais, pelos governos e parlamentos e outras direcções mais ou menos democráticas, mas pelas direcções do poder económico, instaladas por detrás de quem aparece na ribalta, a impropriamente chamada classe política.

A conversa não veio a propósito - poderia ter vindo - do fenómeno abstencionista que se verifica não apenas em Portugal mas em «todas as democracias», como fazem gala em dizer alguns, que já são muitos, a pretender

justificar o injustificável e em «desculpar» a crescente desmotivação do eleitorado português com o exemplo dos Estados Unidos, onde o universo eleitoral efectivo se conta entre apenas vinte por cento dos cidadãos - o que não retiraria «legitimidade democrática» às escolhas feitas.

Veio a propósito da atitude tomada recentemente por um barão da indústria automóvel britânica, insurgindo-se agora contra o «isolacionismo monetário» inglês e exigindo a entrada do Reino Unido no sistema da moeda europeia.

Porquê agora? Não parece que os reis da indústria alinhem com as teses trabalhistas, por muito neoliberais que sejam. Mas porque convém «agora» aos interesses económicos sair do afofado em que se vai encontrar a economia britânica, ligada profundamente à americana, quando o dólar começa a sua descida e o euro se «fortalece».



Frases

“Se a minha amiga souber antecipadamente o resultado de um Benfica-Sporting, nomeadamente porque o árbitro lhe segredou qual vai ser, a minha amiga ia lá? Não ia.”

(Almeida Santos, presidente da Assembleia da República, *Público*, 15.01.01)

“Este Presidente da República preocupa-se em não dividir. Mas a verdade é que o que não divide também não une.”

(Manuel Villaverde Cabral, *Diário de Notícias*, 16.01.01)

“Ao longo da minha carreira de jornalista, sempre disse que gostaria de fazer um programa de grande entretenimento.”

(Artur Albarran falando do «Acorrentados» da SIC, *Expresso*, 12.01.01)

“Em termos de amordaçar a liberdade da imprensa [na Rússia]... Isso preocupa-me. Se bem que eu gostasse de a amordaçar de vez em quando...”

(George W. Bush, novo Presidente dos EUA em entrevista ao *Times* citada no *Público*, 15.01.01)

“As estatísticas começam a mostrar que há despedimentos. E há uma crise energética (...) [As empresas] não estão a atingir as suas metas previstas. Mas não estou pessimista a longo prazo, pelo contrário, estou muito optimista.”

(idem, *ibidem*)

“Noutro dia fui a Boca Grande [Florida] jogar golfe e não me ocorreu que iam lá estar 300 pessoas a olhar para mim. Posso dizer-vos que isso perturbou a minha qualidade de jogo.”

(idem, *ibidem*)

“No caso português, possivelmente por razões genéticas, [os jornalistas] têm também uma enorme tendência para a autoflagelação.”

(General Martins Barreto, chefe de Estado-Maior do Exército, *Diário de Notícias*, 12.01.01)

“[Alguns jornalistas] não se coíbem de colaborar com os adversários da instituição militar.”

(idem, *ibidem*)

“Cristo nunca disse a ninguém que tivesse paciência.”

(Frei Bento Domingues, O.P., *Público*, 14.01.01)

“Aumenta o grupo de ex-governantes que descobrem terem andado, afinal, metidos com um bando de ineptos, culpados por acção e omissão das piores calamidades. Seria preferível que antes tivessem reparado nisso.”

(Francisco Sarsfield Cabral, *Público*, 13.01.01)

“Afinal, a guerra do Kosovo não foi de “zero mortos” para a Aliança. As baixas aí estão, implacáveis. E é de uma ironia trágica que nenhuma delas tenha sido infligida pelo inimigo. A NATO perdeu de vez a inocência.”

(José Pedro Barreto, *Semanário Económico*, 12.01.01)



Declaração de António Abreu reitera razões da sua candidatura

Expressámos as nossas propostas para uma política de esquerda

Avotação - 5,1% - obtida pela candidatura de António Abreu, nas eleições presidenciais de domingo, não corresponde à influência eleitoral do PCP mas proporcionou a mais de 200 mil eleitores o exercício de «um voto inteiramente conforme com a sua consciência, vontade e opções programáticas», considerou o candidato do PCP na declaração (que a seguir se transcreve) proferida após conhecimento dos resultados eleitorais.

Quero começar por saudar todos o militantes e simpatizantes que desde a primeira hora se associaram a esta candidatura e que à nossa campanha se entregaram com entusiasmo ou que, ao longo dela, nos fizeram chegar

Os resultados previstos que apontam para valores superiores a 5% são também nestas eleições, muito específicas e difíceis, a expressão de uma grande capacidade de mobilização e afirmação do PCP e

A reeleição de Jorge Sampaio era um resultado à partida previsível

tantas palavras de estímulo. Quero ainda saudar a juventude e, muito especialmente a JCP, pelo entusiasmo e apoio que nos deram.

Estas eleições tinham desde o início um resultado previsível. Quero saudar o doutor Jorge Sampaio no momento da sua reeleição.

As eleições presidenciais são diferentes das legislativas, não decorrendo os seus resultados de eleições legislativas anteriores, nem podendo projectar-se em eleições legislativas posteriores. A influência eleitoral dos partidos mede-se em eleições legislativas.

Nestas condições, os resultados obtidos pela nossa candidatura correspondem às nossas expectativas.

de grande significado para as batalhas futuras.

Com a nossa candidatura demos uma qualificada contribuição para o enriquecimento e elevação do debate eleitoral em torno de relevantes problemas do povo e do País.

PCP mostrou a sua autonomia

Defendemos e expressámos pontos de vista, ideias, valores e propostas essenciais para dar corpo a uma política de esquerda correspondente às necessidades nacionais e a profundas aspirações de valorização do trabalho e dos trabalhadores, de justiça social, de fortalecimento da

democracia, de desenvolvimento nacional, de afirmação dos interesses de Portugal no processo de construção europeia e na vida internacional. Sustentámos com clareza uma concepção do exercício das funções de Presidente da República activamente vinculada aos valores e ao projecto constitucional e dotada de efectiva autonomia, independência e espírito crítico face ao governo. E, ponto fundamental, pela sua intervenção e propostas testemunhámos a independência política e ideológica do PCP em relação a todos os outros candidatos em presença, assim afirmando a clara e total autonomia e identidades políticas próprias do PCP nesta batalha eleitoral.

A decisão do PCP de levar até às urnas a minha candidatura tem o alto valor democrático de ter aberto e proporcionado a mais de 200 mil eleitores a possibilidade de um voto inteiramente conforme com a sua consciência, vontade e opções programáticas que, de outro modo, com grande probabilidade se teria deslocado para a abstenção, ou para votos nulos ou brancos, de ter permitido uma votação que, não correspondendo à influência eleitoral do PCP, exprime de forma clara uma exigência crítica sobre o segundo mandato de Sampaio.

Saudamos especialmente estes eleitores que nos acompanharam nestes assumido movimento de afirmação de



valores e de um projecto de justiça e progresso social.

Terá havido certamente uma parte do eleitores do PCP que terá votado em Jorge Sampaio.

Estamos certos que o fizeram por preferir Jorge Sampaio a Ferreira do Amaral e não desejarem uma segunda volta.

Estamos certos que continuam a confiar no PCP e nas causas e valores por que ele se bate. E podem esses eleitores estar certos que contamos com eles para as batalhas que prosseguem e para a luta por uma nova política e por uma alternativa de esquerda.

Vamos para a frente com confiança!

Na própria noite das eleições presidenciais, o secretário-geral do PCP dirigiu algumas palavras aos militantes que se encontravam no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes para acompanhar a evolução dos resultados.

Começando por saudar «todos os amigos e camaradas que nestas eleições que não eram simples nem fáceis se empenharam com a determinação e confiança para que a nossa candidatura se afirmasse na defesa das causas e valores essenciais para dar corpo a uma política de esquerda», Carlos Carvalhas dirigiu uma palavra especial de apreço para a juventude e para a JCP que, «com vivacidade e entusiasmo deu uma importante contribuição para o dinamismo da campanha».

No essencial, disse, o que determinou a posição do PCP nestas eleições «foi assegurar através da nossa candidatura a voz do Partido, trazendo para o debate os problemas do povo e do País, do aprofundamento da democracia, da defesa da independência nacional, e a exigência de um magistério diferente, mais independente e interveniente do próximo mandato Presidencial».

Em relação aos que naquela mesma noite «quiseram colar» o resultado da candidatura de António Abreu «à expressão eleitoral do PCP», Carlos Carvalhas considerou estarem a «tomar os desejos pela realidade». A verdade, prosseguiu, é que «quem entrar por aí» terá então «de o fazer para todos os Partidos» e, na mesma lógica, «terá de dizer então que o PS vale 56%, que o PP vale zero, porque não concorreu e que a direita (PSD e PP) só vale o resultado de Ferreira do Amaral...».

Quanto às referências feitas aos resultados das Regiões Autónomas, o secretário-geral do PCP responde da mesma maneira, ou seja, lembrou «que há pouco mais de dois meses tivemos as eleições regionais em que a CDU aumentou em termos absolutos e em percentagem e aumentou também o número dos seus deputados...». «Alguém acredita», pergunta, «que dois meses após esta expressão eleitoral nas Regiões Autónomas, ela fosse ela agora a das eleições presidenciais?»

Certo de interpretar os sentimentos dos militantes «ao afirmar que António Abreu fez uma campanha com grande coragem, espírito de Partido, convicção e grande empenhamento», Carlos Carvalhas terminou a recordar ser agora altura «de retomarmos a intervenção e a iniciativa política, de passarmos à concretização das conclusões do Congresso e de avançarmos na preparação das eleições autárquicas e de irmos para a frente reforçando a militância e com confiança».



Resolução do Comité Central do PCP

Tomar a iniciativa

O Comité Central do Partido

Comunista Português, reunido a 16 de Janeiro de 2001, procedeu à análise das eleições presidenciais, da situação política e social e das tarefas decorrentes da situação actual visando potenciar e concretizar orientações e decisões do XVI Congresso, designadamente no desenvolvimento da luta de massas e no reforço da intervenção, da organização e da iniciativa política do Partido.



Eleições presidenciais

O Comité Central do PCP sublinha e valoriza a acção desenvolvida pelo candidato de António Abreu que, com grande dignidade, seriedade e força de convicções, afirmou os principais objectivos a que se tinha proposto no quadro particularmente complexo destas eleições.

O resultado obtido constitui - em eleições muito específicas e num contexto concreto muito difícil, onde um único candidato é eleito e, este ano, um se apresentava à partida como vencedor antecipado - uma expressão da capacidade de mobilização e afirmação do PCP.

O Comité Central saúda todas as organizações e militantes do PCP e da JCP e os muitos milhares de simpatizantes que desde a primeira hora se associaram a esta candidatura e que à nossa campanha se entregaram com entusiasmo ou que ao longo dela fizeram chegar tantas palavras de estímulo, e salienta a importante e decisiva dinâmica imprimida em resposta à decisão tomada de confirmar a ida às urnas a poucos dias do acto eleitoral.

Esta candidatura desempenhou um papel insubstituível no debate político das presidenciais, na afirmação diferenciada dos valores que apresentou e no espaço que preencheu, trazendo para o debate os principais problemas que afectam e preocupam os trabalhadores e o povo português, na mobilização do eleitorado para a sua participação cívica e eleitoral.

A candidatura de António Abreu defendeu e expressou pontos de vista, ideias, valores e propostas essenciais para dar corpo a uma política de esquerda correspondente às necessidades nacionais e a profundas aspirações de valorização do trabalho e dos trabalhadores, de igualdade de

direitos para as mulheres, de justiça social, de fortalecimento da democracia, de desenvolvimento nacional, de afirmação dos interesses de Portugal no processo de construção europeia e no plano internacional. Sustentou com clareza uma concepção do exercício das funções de Presidente da República activamente vinculada aos valores e ao projecto constitucional e dotada de efectiva autonomia, independência e espírito crítico face ao governo. E, ponto fundamental, pela sua intervenção e propostas testemunhou a independência política e ideológica do PCP em relação a todos os outros candidatos em presença, assim afirmando a clara e total autonomia e identidades políticas próprias do PCP nesta batalha eleitoral.

A decisão do PCP de levar até às urnas a candidatura de António Abreu, para além do significado político que comporta, tem o alto valor democrático de ter aberto e proporcionado a mais de 220 mil eleitores a possibilidade de um voto inteiramente conforme com a sua consciência, vontade e opções programáticas que, de outro modo, com grande probabilidade se teria deslocado para a abstenção, ou para votos nulos ou brancos. A decisão tomada permitiu uma votação que, não correspondendo à real influência eleitoral do PCP, exprime de forma clara uma exigência crítica sobre o segundo mandato de Sampaio. O PCP saúda estes eleitores que deram voz a um assumido movimento de afirmação de valores e de um projecto de justiça e progresso social.

O Comité Central está convicto que os eleitores do PCP que votaram em Jorge Sampaio, essencialmente movidos pelo desejo da derrota de Ferreira do Amaral logo à primeira volta, con-

tinuam a confiar no PCP e nas causas e valores por que se bate. Assim como podem esses eleitores estar certos que contamos com eles para as batalhas que prosseguem e para a luta por uma nova política e por uma alternativa de esquerda.

A reeleição de Jorge Sampaio, marcada por um grande e muito preocupante nível de abstenção (expressão entre outros factores da continuada não resolução dos problemas e do fomento da resignação e conformismo), confirmou um resultado que antecipadamente se apresentava previsível e veio comprovar as adquiridas vantagens eleitorais de um candidato que culminava o seu primeiro mandato presidencial.

O Comité Central do PCP chama a atenção para as leituras e aproveitamento que alguns, eludindo as características particulares e a especificidade destas eleições, tentam ilegitimamente tirar destes resultados, conclusões assentes numa estreita lógica partidária. Pela nossa parte não contribuiremos para apreciações que assentem em critérios de calculismo e conveniência de momento, acabem por consentir que o resultado de Jorge Sampaio seja absurdamente interpretado como uma «reabilitação» ou recuperação do PS e da política do Governo que manifestamente não se verifica.

O projecto, propostas e valores a que a intervenção da candidatura do PCP deu expressão perdurarão para além destas eleições na exigência de uma nova política e encontram projecção no desenvolvimento da acção e de luta futura por uma vida melhor e mais justa e nas próximas tarefas e batalhas políticas a que o PCP será chamado.

A situação política e social e o desenvolvimento da luta de massas

O Governo PS vem confirmando nas questões mais estruturantes a sua política de direita, comprometendo assim as possibilidades de assegurar um desenvolvimento progressivo e sustentado num quadro de independência e soberania nacionais.

Na recente cimeira de Nice, o Governo, acompanhado uma vez mais pelo PSD e o CDS/PP, subscreveram alterações institucionais cuja natureza fundamental aprofunda a via federal da U.E. e que no imediato se traduzem pela perda de influência e do poder do nosso país. Alemanha, França e Reino Unido viram reforçados o seu poder no Conselho Europeu, o que se traduzirá na prática na possibilidade de inviabilizarem ou bloquearem qualquer decisão; foi abolido em importantes matérias o princípio do voto por unanimidade, eliminando assim na prática o direito de veto em políticas como os fundos estruturais e comerciais; foi reduzido o número de deputados portugueses no Parlamento Europeu num quadro em que os cinco maiores países, num total de 27, somam 365 deputados em 732, ou seja, ficam a 1 deputado dos 50% e a 2 da maioria absoluta. Por outro lado, novos passos foram dados visando a consagração da União Europeia como pilar europeu da NATO numa lógica de mili-

tarização da UE que não serve a paz, o desenvolvimento e a construção de uma Europa social.

Ao sustentar que o resultado da Cimeira foi o «melhor possível», o Primeiro-Ministro não tardará a vir lamentar hipocritamente o previsível agravamento dos problemas económicos e sociais do País sacudindo as responsabilidades que lhe cabem por ter dado aval a decisões que se traduzem na efectiva perda de poderes de Portugal no quadro da União Europeia.

Esta postura vem também no seguimento de outras como o comprometimento do País na guerra da Nato contra a Jugoslávia que, como o caso do urânio empobrecido mais o evidencia, nunca foi «asséptica», «cirúrgica» ou «humanitária».

O PCP, ao mesmo tempo que expressa a sua solidariedade para com a população dos Balcãs vítima dos bombardeamentos, reafirma a sua reclamação há muito formulada da saída dos militares portugueses do Kosovo, não só pela firme oposição a esta presença como também por medida de precaução e garantia de defesa da vida e da saúde dos militares e polícias aí destacados. E, por maioria de razão, o não envio de novos contingentes. Neste sentido o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução cujo agendamento foi significativamente protelado pelo PS.

O que está a passar-se em Portugal e muitos outros países da Europa em relação com a morte e doença de militares enviados para os Balcãs e a utilização de munições com urânio empobrecido, constitui um vigoroso alerta quanto aos perigos gravíssimos decorrentes da política agressiva dos EUA e da NATO e do acelerado processo de militarização da União Europeia, que na Cimeira de Nice conheceu novos desenvolvimentos. O PCP considera da maior importância multiplicar as acções e fortalecer o movimento contra as armas nucleares e pelo desarmamento, pelo progressivo desvinculamento de Portugal da NATO e pela sua dissolução, contra a militarização da UE, por uma política externa patriótica e independente, de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

No quadro da situação política decorrente das eleições presidenciais, as tentativas já em curso para retomar artificialmente o processo de alteração à legislação eleitoral a pretexto da abstenção e do alegado distanciamento entre eleitos e eleitores, passando precisamente ao lado das razões mais fundas que têm origem nos conteúdos da acção política e governativa e no desrespeito pelos compromissos eleitorais assumidos, não deixam de constituir um acto deliberado para, aproveitando-se dessa mesma abstenção que dizem querer combater, tentar



impor soluções que constituíam um novo factor de empobrecimento democrático e de distanciamento político de muitos cidadãos.

No plano económico, o Governo do PS prossegue a destruição do aparelho produtivo nacional e o desmantelamento do Sector Empresarial do Estado, designadamente pela via da privatização total dos sectores das Comunicações, electricidade, do gás e petrolífero, Cimento e do Papel, por novas privatizações no sector Aéreo e Ferroviário, pela desactivação da Siderurgia Nacional e dos Estaleiros Navais da Margueira.

No plano social, agravam-se as condições de vida dos portugueses e em particular dos trabalhadores face ao recente aumento dos bens de primeira necessidade, nomeadamente de alimentação, da habitação, dos combustíveis, das portagens e da electricidade e às fortes pressões para conter e desvalorizar os salários, assumindo o próprio Governo o papel - através dos baixos aumentos salariais impostos na Administração Pública - de dar força às confederações do grande patronato.

Tal como o PCP tinha afirmado e denunciado, a taxa de inflação já ultrapassou as metas do Governo, como indicam os últimos dados, absorvendo os aumentos salariais nominais o que coloca a exigência de reposição do poder de compra dos trabalhadores.

O PCP, na sua intervenção política e iniciativa legislativa, não regateará esforços para trazer à ordem do dia a exigência do respeito pela efectiva liberdade de negociação e contratação colectiva postas em causa pelo Governo no processo negocia-

com as organizações dos trabalhadores da Administração Pública e pela prática de associações patronais em diversos sectores.

Na área da justiça e em particular na justiça do trabalho, o Governo, em vez de dar combate à morosidade dos processos, tomou medidas que redundam em prejuízos dos trabalhadores agravando as condições em que estes exercem os direitos de acesso à justiça.

Nos últimos tempos salientam-se as acções e lutas de diversos sectores. Os trabalhadores das minas de Neves-Corvo, da TAP, dos têxteis, vestuário e calçado, os professores contratados e os da protecção da natureza desenvolveram fortes lutas e significativos protestos por melhores salários e pelo emprego com direitos.

No conjunto de diversos sectores, milhares de cadernos reivindicativos foram aprovados por trabalhadores dando mais sustentação e dinâmica à primeira fase da negociação de importantes contratos colectivos na indústria, transportes e comércio. Mais de 700 trabalhadores da Siderurgia Nacional ameaçados de despedimento colectivo preparam acções de denúncia e de protesto.

Numa fase crucial do desenvolvimento da acção reivindicativa, perante situações tendentes ao agravamento do desemprego e da precariedade, o Comité Central do PCP apela à intervenção e participação dos militantes e organizações do Partido na luta por melhores condições de vida, pelos direitos das mulheres, pela valorização dos salários, pelo emprego, con-

tra a precariedade e os despedimentos, por melhores pensões e reformas.

No quadro da iniciativa política e legislativa, decorreu neste período a discussão e aprovação da lei que reforma os impostos sobre o rendimento, processo desencadeado pelo PCP através do seu Grupo Parlamentar. Pela justeza das propostas do PCP e pelo seu empenhamento e persistência nas alterações à lei, ficando aquém nalguns aspectos do que seria desejável, irá traduzir-se na aplicação de mais justiça e equidade fiscal. Haverá menos evasão fiscal, as mais-valias mobiliárias e imobiliárias passarão a pagar imposto, o sistema bancário e as sociedades gestoras de participações sociais verão fortemente reduzidos os privilégios ilegítimos de que usufruíam.

O PCP considera que estes avanços se devem reflectir, no futuro próximo, no desagravamento fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores e da generalidade das famílias portuguesas.

O agendamento para discussão na AR de um projecto de lei do PCP visando alterar algumas das normas mais gravosas da lei dos contratos a prazo corresponde a mais uma contribuição para dar combate à precariedade e à efectivação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Como Partido de luta e de proposta, o PCP continuará a corresponder aos legítimos anseios e reivindicações dos trabalhadores e do povo português, estimulando e empenhando-se na luta, com propostas sérias na perspectiva da construção de uma política diferente e da alternativa de esquerda.

Tomar a iniciativa, reforçar o Partido, alargar a sua influência

O Comité Central assinala o êxito que constituiu o XVI Congresso. O Congresso diferente de um Partido diferente que, no seguimento de uma viva discussão no colectivo partidário, reafirmou de forma inequívoca a sua identidade comunista e traçou as linhas de trabalho para o seu reforço e alargamento de influência, como Partido necessário, indispensável e insubstituível aos trabalhadores, ao povo e ao País, na luta por uma alternativa de esquerda, por um projecto de democracia avançada e pelo socialismo para Portugal.

O CC marca para os próximos dias 3 e 4 de Fevereiro uma nova reunião para definição do plano de acção partidária e decisão de aspectos do trabalho de direcção decorrentes do XVI Congresso.

O Comité Central aponta para a importância da realização de reuniões e plenários dos organismos e organizações partidárias para a definição das acções necessárias à concretização das orientações do XVI Congresso na área em que intervêm e dos respectivos planos de actividade e apela à dinamização da acção partidária nas diversas frentes.

O Comité Central salienta desde já as seguintes linhas e áreas de acção:

- A programação de uma linha de acções de reforço do Partido, com destaque para uma ampla intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores; o reforço das células de empresa; o recrutamento de novos militantes a dinamização das organizações de base; a responsabilização de quadros; a realização de Assembleias das organizações e a concretização de uma vasta acção de contacto com os membros do Partido com início no mês de Março a propósito da entrega do novo cartão do Partido, no sentido do esclarecimento de situ-

ações, da sua integração na acção partidária e do pagamento e actualização da quotização.

- O desenvolvimento de uma activa iniciativa política e da luta de massas em torno dos problemas mais importantes e mais sentidos pelos trabalhadores, pela juventude, pelas populações, designadamente no plano do aumento dos salários, dos direitos e rendimentos, do combate à subida dos preços, à degradação de serviços públicos e às privatizações, da defesa do emprego com direitos, contra a discriminação das mulheres trabalhadoras e pelo exercício dos seus direitos e da exigência de uma resposta urgente e séria aos prejuízos causados pelos temporais que têm assolado o país;

- A promoção e apoio a acções de protesto contra o envolvimento de Portugal na política agressiva do imperialismo, contra a corrida aos armamentos, pela paz, pelo não envio de novos contingentes portugueses para os Balcãs e pelo regresso dos que aí se encontram estacionados, para que seja apurada a grave situação criada com o armamento do urânio empobrecido para que sejam assumidas responsabilidades, reparadas as situações e assistidas as vítimas. O Comité Central destaca neste âmbito a importância da Acção Pública de Protesto marcada para o dia 25 de Janeiro, junto da residência do Primeiro Ministro;

- O Comité Central do PCP sublinha como tarefa de maior importância a intensificação da preparação das Eleições Autárquicas, a realizar no final do corrente ano, e apela ao conjunto das organizações para que se empenhem no lançamento de uma forte campanha de dinamização da CDU, com vista à sua afirmação e alargamento, contribuindo pela sua acção e iniciativa para a aproximação e comprometimento de muitos milhares de independentes que vêm na CDU e no seu projecto a mais sólida contribuição para a defesa dos interesses das populações, a

resolução dos seus problemas e o progresso e desenvolvimento das suas terras, vilas e cidades. Assume neste quadro tarefa de maior significado o reforço da informação e valorização da obra realizada no poder local pelos eleitos da CDU, o aprofundamento da concretização do seu projecto de desenvolvimento das freguesias e concelhos e a preparação das listas a apresentar nas próximas eleições. Correspondo à importância e significado desta batalha política e eleitoral, o Comité Central do PCP decidiu convocar uma iniciativa nacional sobre as eleições autárquicas para o próximo dia 5 de Maio;

- O Comité Central decide promover uma Campanha Nacional de Fundos de 250 mil contos e apela a todas as organizações e militantes para uma activa participação na concretização deste objectivo.

O Comité Central considera que, no conjunto das iniciativas partidárias nos próximos tempos, devem merecer particular atenção a preparação e organização das comemorações do 70.º Aniversário do «Avante!» e dos 80 anos da fundação do Partido, bem como a realização da 25.ª Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro, imprimindo uma maior dinamização à organização partidária, alargando os contactos com muitos militantes e democratas independentes que colaboram com o Partido.

O Comité Central apela às Organizações do Partido para que as comemorações do 80.º Aniversário do Partido, assentes numa grande diversidade de pequenas e grandes iniciativas, sejam uma importante jornada de intervenção política, de divulgação e afirmação dos valores e do projecto do PCP, que contribua para alargar a sua influência, e para a sua confirmação como Partido da liberdade, da democracia e do socialismo.



Desemprego a aumentar

A ameaça de despedimento colectivo de 368 trabalhadores da multinacional inglesa Clark, situada em St.ª Eulália, Arouca, merece o mais vivo repúdio da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, preocupada com o crescente aumento de desempregados no distrito.

Entretanto, a perplexidade e indignação que reina entre os trabalhadores é tanto maior quanto, em Setembro de 1999, após a redução de 60 postos de trabalho, a administração da Clark se havia comprometido perante as organizações dos trabalhadores a não avançar com quaisquer outros despedimentos, não registando esta unidade industrial problemas de produção que justifiquem uma tal medida.

Este despedimento colectivo, a concretizar-se, irá afectar centenas de trabalhadores, sobretudo jovens mulheres e suas famílias, num concelho que sendo predominantemente rural apresenta poucas alternativas neste sector.

O PCP considera, pois, que os órgãos autárquicos do concelho não podem alhear-se deste grave problema, devendo intervir prontamente junto das devidas instituições para a manutenção da empresa e dos respectivos postos de trabalho.

Solidários com os trabalhadores da Clark, os comunistas de Aveiro, para além da denúncia deste atentado laboral, vai, por intermédio do seu Grupo Parlamentar, intervir na Assembleia da República para que os organismos da tutela impeçam a concretização desta ameaça.

Águeda

Foi, também, com «total surpresa» que a Comissão Concelhia de Águeda do PCP tomou conhecimento da notícia de encerramento e falência da empresa Confersil e do despedimento dos seus 86 trabalhadores.

Esta decisão é incompreensível e pouco clara, dizem os comunistas, na medida em que, nos últimos anos, a empresa laborou a ritmos perfeitamente normais, tendo produzido no último ano uma média de 350 bicicletas por dia, todas elas vendidas.

O encerramento da Confersil vai acarretar, igualmente, um grave problema social para Águeda, onde famílias completas trabalhavam na empresa, ficando agora sem qualquer salário, sendo que a administração da empresa deve ainda aos trabalhadores o subsídio de Natal de 2000, os direitos contratuais e as indemnizações.

Trata-se de uma situação muito grave para os trabalhadores, diz o PCP, pelo que é necessário que as entidades competentes sejam céleres na resolução do problema e no apuramento de um processo que aparece pouco claro.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Antero Marques da Fonseca

Organizado na freguesia de Vila Franca de Xira, faleceu, com 63 anos de idade, o camarada Antero Marques da Fonseca. Membro do Partido desde 1975, fez parte do Secretariado da célula da Argibay. Foi membro do executivo da Junta de Freguesia de Alverca e presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira.

Arnaldo Augusto Ribeiro Tomé

Faleceu, no dia 3 de Janeiro, com 88 anos de idade, o camarada Arnaldo Augusto Ribeiro Tomé. Militante do Partido desde 1929, foi membro da célula do Arsenal do Alfeite, tendo estado preso nas cadeias fascistas. Militava actualmente na célula dos Reformados da Freguesia da Mina.

João Aires Mendes

Com 76 anos de idade, faleceu o camarada João Aires Mendes, fundador da cooperativa de produção metalúrgica «Novo Rumo». Actualmente era membro da Comissão de Reformados do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e do Secretariado da Inter-Reformados. Fez parte da célula da Cooperativa «Novo Rumo» e da Federação Nacional das Cooperativas de Produção Operárias.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP apela ao fim da presença militar portuguesa nos Balcãs

Basta de hipocrisia!

O PCP tem curso uma campanha nacional de esclarecimento e mobilização contra as crescentes agressões e as ingerências do imperialismo na vida interna dos povos a pretexto de uma hipocrita «ajuda humanitária».

Brochuras e panfletos distribuídos em todo o País explicam as razões que, de facto, se encontram por detrás de tais «ajudas humanitárias»: os interesses económicos e geo-estratégicos das grandes potências! Os mesmos que ditaram, por exemplo, o lançamento das bombas sobre a Jugoslávia e ditam a manutenção de contingentes militares estrangeiros no território. Razão por que as «mentiras, as sucessivas ocultações, o «passa culpas» e a desresponsabilização» do Governo português nesta matéria «são inaceitáveis».

Devido à intervenção militar da NATO nos Balcãs, com bombardeamentos - a que criminosa e hipocritamente chamou de «cirúrgicos» - e a utilização de urânio empobrecido, são não só os militares envolvidos nas operações, mas também a população do Kosovo - a que se queria proteger - que «mais sofre e continuará a sofrer» com os efeitos tóxicos dos bombardeamentos da NATO.

Porém, a NATO «reforça-se e alarga o seu campo de intervenção», arrogando-se inclusive o direito de intervir à revelia da ONU, sempre que entende estarem em causa os

interesses das grandes potências, em particular dos EUA.

Entretanto, como a cimeira de Nice perspectivou, os governos da UE aumentam as despesas militares e aceleram a constituição de uma força militar europeia de 60 mil homens para, em nome da «Segurança e Salvaguarda da Paz», poder intervir na vida interna de

outros povos. Ou seja, os responsáveis da NATO e da UE defendem o aumento das despesas em armamentos mas escondem que «em 7 anos o custo dos armamentos duplicou e o gasto médio em projectos de novas armas na Europa ascende a 12 mil milhões de

dólares, enquanto «mais de mil milhões de pessoas vivem na miséria».

Europa precisa de paz

O PCP alerta, porém, que o único objectivo «é a transformação da União Europeia num bloco político-militar», funcionando «como pilar europeu da NATO, ao serviço dos interesses dos EUA e do grande capital» - ainda que esses interesses não sejam, por exemplo, os de Portugal, que tem interesses próprios a defender - e «os perigos para a humanidade são grandes». É que as políticas da NATO, da União Europeia e o seguimento do governo português «nada têm a ver com paz» mas sim «com uma política belicista», contra os interesses dos trabalhadores e dos povos, nomeadamente do povo português. Aliás, «todo o processo de integração europeia no plano político-militar constitui um atentado à sobe-

rania e independência nacionais», que nada tem a ver com o uso da expressão «intervenção humanitárias».

E, sendo embora certo que a intervenção em Timor, no quadro na ONU, foi humanitária, já as guerras do Golfo e da Jugoslávia «foram agressões militares da NATO decididas à revelia das Nações Unidas», foram «crimes contra a humanidade».

O PCP reitera, pois, a sua oposição à participação de Portugal na agressão à Jugoslávia e à necessidade de retirar dos Balcãs os militares portugueses e considera que o alinhamento do Governo português com políticas de intervencionismo militar e crescente militarização da União Europeia não pode «deixar de suscitar a indignação e o mais vivo protesto do povo português» que, como de resto os outros povos da Europa, precisa de «uma política de paz, solidariedade, amizade e cooperação entre os povos».

CONCENTRAÇÃO

25 Janeiro (Quinta-feira)

em frente à Residência do Primeiro-Ministro

Pelo fim da presença militar portuguesa nos Balcãs

Contra o envio de mais tropas para o Kosovo

Solidariedade com as populações afectadas pelos bombardeamentos da NATO

Pela dissolução da NATO

Todos à manifestação de 25!

Como a última edição do «Avante!» noticiou, o Secretariado do Comité Central do PCP promove, no próximo dia 25, pelas 18 horas, uma jornada nacional de protesto, junto à residência do Primeiro-Ministro, em S. Bento, contra o envio de um novo contingente de militares portugueses para o Kosovo e convoca para ela todos os portugueses em desacordo com a política militarista da NATO e da UE.

Sendo do conhecimento público que o PCP considera «inaceitável» o comportamento do governo português nesta

matéria e o envolvimento seguidista de Portugal «na política agressiva dos EUA, da NATO e do imperialismo em geral», para os comunistas esse comportamento é particularmente grave num momento em que «cresce a inquietação com os motivos da morte e doença» verificados nos militares portugueses em missão nos Balcãs. Assim, a exigência que está na origem da manifestação de dia 25 é não só que não parta qualquer outro contingente de militares para os Balcãs mas também que regressem todos os que lá se encontrem.

Diz o PCP que a orientação do Governo «compromete a independência e soberania de Portugal e a segurança dos portugueses» e deve, por isso, merecer a intensificação das acções de protesto dos portugueses.

Aliás, na opinião dos comunistas, já diversas vezes reiterada, Portugal «deve desvincular-se progressivamente da NATO e lutar pela sua dissolução», uma vez que o País precisa de uma outra política externa, «patriótica, independente, de paz e cooperação» e «não de submissão às grandes potências».

Eléctricos devem continuar

A ameaça feita pelo Conselho de Administração da Carris à população de Lisboa de acabar com a rede de eléctricos, caso esta não aceite o aumento das tarifas em vigor, merece o mais vivo repúdio da célula do PCP na empresa que, face a tal chantagem, exige do Governo socialista que obrigue esta empresa pública a cumprir com as suas obrigações de prestação de um serviço público de qualidade.

Segundo a célula do PCP, o CA da Carris tem vindo a pôr

em prática uma política de cortes de carreiras e de aumento de espera dos utentes nas paragens; de alterações nos percursos, para pior, na maioria das vezes; de manobras no sentido da destruição da rede pública de eléctricos e elevadores que não defende os interesses da empresa, prejudica as populações e faz crer estar ensejada para a empresa uma operação idêntica à que foi levada a cabo na RN, para benefício, naturalmente, de alguns operadores privados.

Uma tal actuação é incompatível com a gestão de uma empresa com o prestígio e história da Carris e a prestação de um bom serviço público de transportes, afirmam os comunistas, pelo que o Governo deverá tomar de imediato as medidas necessárias para pôr-lhe termo. Quanto ao Conselho de Administração, o que se lhe exigia era que, cumprindo a lei, tivesse estabelecido um plano de acção que fosse adaptando a oferta da rede da Carris às

alterações entretanto verificadas na procura e no sistema de transportes públicos da Cidade, de forma a reganhar a confiança dos utentes, trazendo para a empresa os benefícios correspondentes.

Por seu lado, os comunistas, continuando a tudo fazer para manter a Carris como Empresa Pública, exigem do Governo que dote a empresa dos meios necessários ao cumprimento das obrigações de prestação de serviço público que lhe cabem.

GUARDA Hospitais em questão

Na sequência das visitas ao Hospital Sousa Martins, na Guarda, e de Nossa Senhora da Assunção, em Seia, o deputado do PCP Bernardino Soares apresentou dois requerimentos ao Governo.

No que respeita ao Hospital Sousa Martins, decisivo na prestação de cuidados de saúde às populações e onde assume relevância a questão dos recursos humanos, o PCP solicita, entre outras questões, informação sobre os prazos para a realização das obras previstas no hospital, as perspectivas de resolução do problema dos recursos humanos e de diminuição das listas de espera.

Quanto ao Hospital de Seia, onde o principal problema é o das suas instalações, sem condições para o trabalho dos profissionais e onde há alguns anos se coloca a remodelação do edifício ou a construção de um novo hospital de raiz, Bernardino Soares requer o Ministério da Saúde sobre as perspectivas de construção de um novo hospital e a evolução prevista para o quadro de pessoal.

AÇORES PCP requer Governo Regional

O facto de o Decreto Lei n.º 467/99, que estabelece a racionalização de meios humanos dos portos e permite a aposentação dos seus trabalhadores com 30 ou mais anos de serviço ou com mais de 60 anos e pelo menos 20 anos de serviço, continuar a não abranger os portos açorianos, levou o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional Açoriana a apresentar um requerimento ao Governo Regional. No requerimento, o PCP solicita o envio de cópia da proposta que nesse sentido foi enviada pelo Governo Regional ao Governo da República, pretendendo ainda saber por que razão a situação não foi ainda resolvida.

Aliás, também a situação de grave degradação das instalações da Escola Roberto Ivens, em Ponta Delgada, foram motivo de um outro requerimento do PCP que, entre outras questões, quer saber se existe um projecto para a recuperação desta Escola e que medidas estão a ser tomadas no sentido de proceder às obras sem prejuízo para os alunos.

CORROIOS Lutar é o caminho

«Vale sempre a pena lutar!», afirma a Comissão de Freguesia de Corroios do PCP, lembrando a satisfação de algumas das carências da freguesia após de uma forte mobilização da população nesse sentido, encabeçada pelos comunistas. Foi a abertura dos parques de estacionamento a poente da AE; a entrada em funcionamento da passagem hidráulica na EN 10; a autorização do Ministério da Saúde para a instalação de uma farmácia em St.ª Marta do Pinhal, onde os CTT vão igualmente abrir instalações. Foi, ainda, a insonorização da linha férrea, a passagem pedonal para o comboio sob a AE e a alternativa à EN 10, assim como a cedência já de terrenos para a abertura de extensões de saúde em Vale de Milhaços e Miratejo. E... vão certamente ser os acessos à AE, reivindicação em torno da qual se juntam cada vez mais moradores. A explicação, diz o PCP, é que os comunistas são «diferentes» e não esperam por períodos eleitorais para estar presentes!

O arranque do trabalho partidário após o XVI Congresso

O XVI Congresso do PCP constituiu um acontecimento da maior importância. O Congresso foi uma reafirmação indelével da identidade do PCP, da identidade comunista, e definiu orientações e medidas para o fortalecimento do Partido, para a resposta aos problemas da época em que vivemos, para a sua projecção como grande Partido Comunista para o século XXI.



Francisco Lopes
Membro da Comissão Política

Estando em curso, no período do Congresso, a campanha das eleições presidenciais, elas acabaram por atrasar a dinâmica da concretização das suas orientações. O PCP esteve presente com a sua candidatura para defender os seus valores e projecto que levou até às urnas.

Nestas eleições particulares em que está em causa a eleição de apenas uma pessoa, os resultados obtidos não têm significado na aferição da influência eleitoral dos partidos e, na con-

ida da candidatura de António Abreu a votos - quando todos vaticinavam a desistência da candidatura e quando as sondagens lhe davam 2% das intenções de voto - e a recuperação notável que empreendeu em apenas três dias. Acontecimento maior e de grande significado político para o futuro revelado na militância, na dedicação, na criatividade de milhares de membros do Partido que, perante uma situação de grande risco e adversidade, mostraram ao país que há em Portugal um partido que depende apenas das suas próprias forças e daqueles que o apoiam, um partido em que os trabalhadores e o povo português podem confiar.

Concretizar orientações

Agora, passado o período do Natal e Fim de Ano, passadas as eleições presidenciais, começa verdadeiramente o arranque para a concretização das orientações do XVI Congresso.

Vamos iniciar uma nova etapa, na longa caminhada da luta do PCP por uma sociedade e um mundo mais justo.

Os resultados não têm significado na aferição da influência eleitoral dos partidos

juntura criada, a votação atingida pela candidatura de António Abreu foi significativa.

Ressalta deste processo entre muitos elementos para reflexão, um acontecimento maior e de grande significado político para o futuro, o facto de o PCP, ter perante a análise da situação concreta, decidido a confirmação da

Fazemo-lo neste ano de início de um novo século, em que se assinala o 80.º aniversário do Partido, para que este Partido, de que Portugal, os trabalhadores, o povo e a juventude portuguesa precisam, seja mais forte e mais influente.

Fazemo-lo na linha das indicações desde já adiantadas pela última reunião do Comité Central, com a discussão em todos as organizações para o estímulo à iniciativa política e à luta de massas, a exigência imediata da saída dos contingentes portugueses dos Balcãs, a preparação das eleições autárquicas e o reforço da organização do Partido.

Sabemos as dificuldades que vamos enfrentar, os vaticínios que sobre nós vão fazer, mas já estamos habituados e sabemos da força deste Partido, das convicções, determinação e dinâmica deste grande colectivo partidário que mostrou de forma bem evidente que, orgulhoso dos 80 anos de luta, intervém hoje para que o PCP dê a resposta que Portugal, os trabalhadores e o povo português precisam neste novo século.



Formação

A CGTP-IN marcou para o dia de ontem um Encontro Nacional de Formação Sindical, no âmbito do programa «2001 – ano da formação sindical». Este encontro tinha como lema «Desafios da Acção, Desafios da Formação» e tinha como objectivo «apetrechar os quadros sindicais para as tarefas cada vez mais exigentes que lhes são colocadas na sua actividade diária», como dizia a nota à comunicação social. Para a central, do sindicalista «se espera que perceba de economia, que interprete contabilidade, que discuta recursos humanos, que seja sensível às novas tecnologias, que domine as leis nacionais e europeias, que saiba falar aos trabalhadores, argumentar, ser racional e emotivo, que consiga ser tático sem esquecer a estratégia». Para a mesa foram convidados, para além de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN, Antoine Cochet, dirigente da Academia Sindical Europeia, Ulisses Garrido, da Comissão Executiva da Intersindical, e vários outros especialistas em diversas áreas, desde a formação sindical à educação de adultos.

Saúde

O Sindicato dos Enfermeiros exige que o Presidente da República não promulgue a alteração do estatuto jurídico do Hospital do Barlavento Algarvio, que se pretende que seja transformado em empresa pública. Para o sindicato, numa nota de imprensa de 12 de Janeiro, o Governo «vai tentar desresponsabilizar-se da sua função social na área da saúde, permitindo a entrada e capitais mistos na gestão dos hospitais evoluindo para a liberalização do sector». O SEP defende que para contrariar esta política de saúde, «que o Governo quer só para alguns, só mesmo um Presidente da República que se assuma defensor dos direitos de todos os portugueses».

Sem cantinas

Os trabalhadores dos serviços sociais do Ensino Superior irão estar em greve nos dias 29, 30 e 31 de Janeiro e nos dias 1 e 2 de Fevereiro em defesa da revisão das carreiras. Os trabalhadores dos serviços de acção social das universidades e politécnicos reivindicam também a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de aposentação, a integração nos quadros de todos os contratados e a atribuição de um abono para falhas. A federação da Função Pública, filiada na CGTP-IN, lembra que parte destes problemas se encontra por resolver desde 1980.

Comissões de Trabalhadores reúnem em Lisboa e analisam a situação social, as dificuldades e as perspectivas

Contra a corrente

Apesar das dificuldades, os objectivos e valores em torno dos quais as CT's nasceram e se desenvolveram continuam a validar a sua acção, intervenção e existência.

Esta foi uma das principais conclusões do 7.º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, realizado no passado dia 10, em Lisboa, que contou com a participação de cerca de 500 eleitos.

A política social e laboral do Governo, as privatizações, a liquidação massiva de postos de trabalho efectivos, a precari-

zação e desregulamentação do trabalho «alteraram a correlação de forças nas empresas, exigindo novas reflexões e formas audaciosas de intervenção». Esta análise, expressa na resolução do 7.º Encontro

Nacional de Comissões de Trabalhadores, realizado no passado dia 10, em Lisboa,

O aumento do número de precários obriga a novas formas de intervenção

prende-se com o aumento do número de trabalhadores precários sem vínculo, que, como tal, não são chamados a eleger e a serem eleitos para as CT's. Este modelo traz muitas dificuldades de intervenção e organização das CT's, dado o aumento do número e peso dos trabalhadores precários na vida das empresas.

A referência a este problema foi feita por Jerónimo de Sousa na intervenção de abertura, ao referir que «temos de ser mais do que a CT dos qualificados e dos que têm vínculo efectivo; os precários têm problemas específicos que devem

merecer a nossa atenção». Advertiu ainda para o facto de haver quem, em nome das inevitabilidades e das dificuldades, «convoque e proponha aos trabalhadores o seu conformismo e rendição», como é o caso da UGT que, «face aos sucessivos fracassos das listas que promove», tenha, no seu último congresso, hostilizado e decretado o fim das Comissões de Trabalhadores.

A comissão organizadora do encontro integrou, para além da coordenadora das CT's do distrito de Lisboa, as coordenadoras regionais do Porto, Setúbal e Braga e as coordenadoras sectoriais da banca, indústrias eléctricas, comunicações, indústria naval, caminhos-de-ferro e grupo Portucel.

processos de integração económica e de internacionalização do capital, que colocam ao movimento das comissões de trabalhadores a necessidade de se adaptarem a eles.

«Nos aspectos organizativos e de reforço de intervenção, para além da necessidade de promover a eleição de novas CT's, continuam a reclamar a atenção do movimento das CT's, os processos de eleição dos representantes dos trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde no trabalho e para os Conselhos de Empresa Europeus, em ligação e cooperação com o movimento sindical», lê-se na resolução.

Este esforço orgânico e de cooperação das CT's com o movimento sindical parte da



Embora muitos tenham declarado a sua morte, as CT's estão dispostas a prosseguir a luta

Vencer a escravatura

Um dos problemas que mais preocupou os trabalhadores reunidos no 7.º Encontro de CT's foi o trabalho clandestino de imigrantes. Foi inclusivamente aprovada uma moção sobre este assunto, que cita um relatório das Nações Unidas que afirmava que a União Europeia «necessita de 159 milhões de imigrantes até 2025 só para garantir o seu ritmo de crescimento económico». Segundo estimativas recentes procuraram entrar no espaço comunitário cerca de 1 milhão de imigrantes, tendo cerca de 500 mil conseguido. «A situação

de ilegalidade em que se encontram dá espaço ao trabalho clandestino e precário, à exploração da mão-de-obra barata, à recusa do pagamento de salários», e deixa os trabalhadores à mercê de empregadores e empreiteiros sem escrúpulos que lhes negam direitos, recusam o pagamento de salários e não permitem o acesso a direitos básicos, como educação, saúde e segurança social.

Acusam o Estado de pactuar com a situação, ao perseguir e expulsar os imigrantes ilegais, sem, contudo, penalizar as empresas

que os exploram. Afirmam ainda que o «mesmo Estado que pactua com a exploração resultante da clandestinidade precisa do trabalho desses imigrantes» para obras como o Metro do Porto ou a construção da barragem do Alqueva. «Lamentavelmente, o governo do PS e a direita não só não assumiram a regularização extraordinária como, em conjunto com o PP, colocaram os imigrantes à mercê das mafias, dos empregadores e do patronato sem escrúpulos, ao aprovar a lei dos «vistos de trabalho»», acusam os trabalhadores.

Não à guerra

Para além da resolução do Encontro, foram também aprovadas várias moções. Uma delas era referente à guerra dos Balcãs e à participação de Portugal. Nesse documento, as Comissões de Trabalhadores «exortam todos os trabalhadores, todos os jovens, todo o povo português a manifestarem, das formas mais enérgicas, a sua revolta e o seu veemente repúdio contra a manipulação e o desrespeito com que o Governo português e as chefias militares trataram a nação e os soldados». Consideram ainda que ao colocar os soldados portugueses numa zona «perigosa em termos de contágio radioactivo, sem protecção adequada e ocultando-lhes os perigos a que poderiam expor-se», o Governo condenou-os às consequências que as munições com urânio empobrecido já começaram a manifestar, na doença e morte de alguns jovens militares.

«O grito dos trabalhadores, o grito da nação portuguesa tem de ser suficientemente forte para atravessar fronteiras e atingir os «senhores do mundo» que, para defenderem os seus interesses, «não hesitam em agredir de forma bárbara povos indefesos».

Alargar a acção

A resolução do encontro – que foi depois entregue no Ministério do Trabalho – afirma que «mantendo como válida a tese de que a acção de cada CT deve centrar-se fundamentalmente na empresa ou serviço, os próximos tempos irão acentuar e reclamar a necessidade de uma visão e actuação mais alargada», resultante dos

convicção de que ambos os movimentos, como se ouviu na intervenção inicial, «são imprescindíveis e insubstituíveis para a defesa, afirmação e conquista dos direitos dos trabalhadores numa sociedade que, apesar do dobrar do século e do milénio, continua a ser atravessada pela luta de classes, como grande questão da nossa época contemporânea».

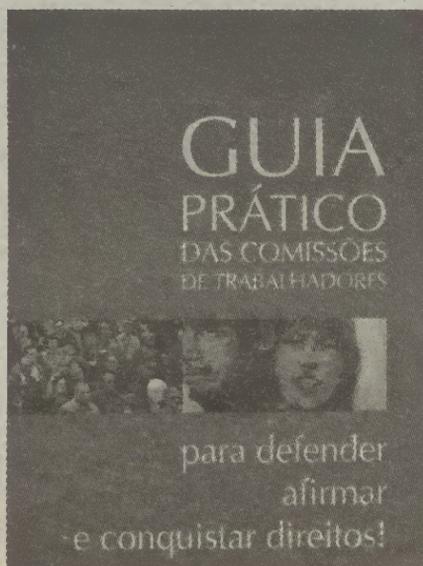
Legislação e intervenção

Tendo como objectivo «o reforço do exercício dos direitos, sem a pretensão de esgotar ou figurinar a capacidade criativa e participativa dos trabalhadores e trabalhadoras nos diversos locais de trabalho», como se lê na introdução, foi lançado no Encontro Nacional o «Guia Prático das Comissões de Trabalhadores – para defender, afirmar e conquistar direitos», constituindo uma actualização do guia anteriormente publicado, em Novembro de 1993.

O guia é constituído por dois capítulos distintos. O primeiro trata de legislação específica e dos direitos das CT's e o segundo de direitos e legislação diversa de interesse dos trabalhadores, tal como a lei da greve, das faltas, dos plenários, bem como legislação referente à questão do horário de

trabalho, dos trabalhadores-estudantes e as leis do trabalho parcial e temporário.

Os organizadores da publicação consideram oportuno colocar à disposição dos trabalhadores «um instrumento de trabalho, de conhecimento concreto e algumas bases teóricas» sobre as questões das CT's, mesmo tendo em conta a «ofensiva aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, acelerada na última década, num quadro de mutações e transformações profundas» que provocaram refluxos na intervenção destas estruturas. Mesmo assim, na introdução do livro, as CT's são consideradas um precioso instrumento democrático nas mãos dos trabalhadores, para a sua intervenção nos diversos níveis da vida da empresa».



Estratégia para 2001 prejudica toda a gente

Mau tempo na EDP

O processo de privatização provocou, na última década e meia, a degradação do serviço. Tal como na Primavera a administração acusou as cegonhas, a desculpa para o Inverno são as intempéries.

A estratégia definida pelo conselho de administração da EDP para este ano traça um quadro que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP/CGTP-IN) diz não corresponder à realidade sentida por trabalhadores e consumidores. Esta estrutura sindical, em nota distribuída na empresa, recusa a responsabilização dos trabalhadores pelos «efeitos de uma política que faz da electricidade um negócio». Acusa também o «abandono do conceito de serviço público no fornecimento de energia eléctrica» pela situação de «degradação do serviço e pelo afastamento entre a empresa e os consumidores».

Não fosse a dedicação dos trabalhadores e o serviço estaria pior

Para a federação, as suas posições reflectiram, desde o início do processo, a preocupação comum à generalidade dos trabalhadores da EDP e foram mesmo apoiadas, «nos últimos anos do cavaquismo, por apoiantes e dirigentes do PS». Com os governos de António Guterres, a situação não se alterou e desde 23 de Outubro do ano passado que 70% da empresa está nas mãos de accionistas privados.

Para exemplificar a gravidade da situação, a FSTIEP revela as declarações de um «quadro com altas responsabilidades» que traça as orientações da EDP « neste novo quadro de empresa privada». Para este quadro, o «objectivo da empresa é ganhar

dinheiro a vender energia eléctrica, e não com baixadas, materiais ou iluminação pública».

Descontentamento cresce

Para a Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas, a justeza das suas opiniões é notória no alargamento do leque daqueles «que sentem os prejuízos na própria pele». A Associação Nacional de Municípios escreveu à administração da EDP protestando contra as longas demoras na reparação de avarias e reclamando indemnizações para os prejudicados. Para a ANM, os atrasos devem-se à contínua redução de efectivos e à deslocação dos recursos humanos existentes para os grandes centros urbanos e que o mau tempo que abateu sobre o País só «evidenciou que a actual estrutura da EDP não corresponde às verdadeiras necessidades das populações».



A política de redução de pessoal é responsável pela demora nas reparações do material danificado

A estrutura sectorial da CGTP-IN considera que «é inegável a condenação generalizada dos trabalhadores, interpretando as posições da FSTIEP, discordando da redução de pessoal a todo o custo, da entrega de obras a empreiteiros sem garantias de qualidade, do encerramento de lojas e balcões» e que, não fosse o esforço,

conhecimento e dedicação dos trabalhadores da EDP os consumidores teriam ainda mais razões para protestar.

A prosseguir esta política de gestão, segundo a FSTIEP, o abastecimento de energia eléctrica pode entrar ruptura e a conflitualidade laboral na empresa irá aumentar.

A federação apela aos

trabalhadores para que se «mantenham atentos, firmes e unidos na defesa dos seus direitos e interesses» que são, no fundo, os «interesses dos consumidores e do País, postos seriamente em causa por uma política que da energia eléctrica de todos nós quer fazer apenas um chorudo negócio para o grande capital».



O secretário-geral da CGTP-IN desafiou os açorianos para que reivindicassem mais (foto de arquivo)

Vida pode ser melhor nos Açores

O secretário-geral da CGTP-IN, numa visita realizada aos Açores, desafiou os trabalhadores açorianos da Administração Pública a «não serem limitados» nas reivindicações salariais ao Estado, dado o seu peso na economia do arquipélago. Num plenário com sindicatos de São Miguel e Santa Maria, em Ponta Delgada, Carvalho da Silva salientou que «não há razão para que os salários sejam tão baixos» na região.

Perante representantes de cerca de uma dezena de sindicatos, o dirigente da CGTP, citado pela Lusa, assegurou que «cada milhão de contos que os trabalhadores não conseguirem reivindicar vai para outros interesses» do Estado, caso dos grandes grupos económicos. Os partici-

pantes na reunião discutiram um caderno reivindicativo a apresentar ao Governo Regional, no qual defendem aumentos salariais de 5,5 por cento em 2001. O documento aponta, ainda, a necessidade de nenhum trabalhador ter aumentos inferiores a seis contos, assim como a aplicação do chamado subsídio de insularidade aos funcionários da Administração Central.

O secretário-geral da Intersindical Nacional encontrou-se também com agricultores açorianos a quem aconselhou que reivindicassem melhor tratamento por parte da União Europeia no que respeita às limitações de produção impostas pelo regime de quotas leiteiras.

Carvalho da Silva considerou ser necessário que

os profissionais do sector «batam o pé à União Europeia quando estiverem em causa os seus interesses». «Portugal não pode assumir perante a União Europeia o papel de aluno bem comportado, que aceita e segue tudo o que é decidido», sustentou nesse encontro, realizado no Faial, ao sublinhar que tal postura «não corresponde aos interesses» do País.

Segundo o secretário-geral da CGTP, a política seguida pela União Europeia tem demonstrado que os interesses dos Estados membros são, cada vez mais, os interesses dos países ricos.

Carvalho da Silva reuniu-se também, na Horta, com dezenas de trabalhadores ligados aos mais variados ramos de actividade.

Retirada imediata

A CGTP-IN expressou a sua «profunda solidariedade às famílias dos militares falecidos bem como a todos os que neste momento estão preocupados com o seu estado de saúde» e reclamou o retorno imediato de todos os efectivos militares portugueses do Kosovo. Numa nota de imprensa divulgada no passado dia 11, a central sindical refere que «condenou desde a primeira hora a decisão da Nato de, unilateralmente, desencadear uma imensa agressão militar contra o Estado soberano da Jugoslávia, e

que afirmou desde sempre que «esse acto de guerra se traduzia num profundo desprezo pela comunidade internacional». Considera, por isso, ter toda a autoridade e coerência para reafirmar que «se tratou de uma agressão injusta e que o governo nunca deveria ter disponibilizado importantes meios militares» para a operação.

A Intersindical Nacional apelida esta operação de acção criminoso que, «para além de muitas vítimas imediatas, votou o povo dessa região a uma verdadeira situação de «morte

lenta» devido ao uso de munições de urânio empobrecido.

«Bastariam seguramente os casos de óbitos e doenças já verificados para que o governo português tomasse esta medida preventiva, com o objectivo de proteger os nossos cidadãos», lê-se na nota.

O abandono imediato da «posse e utilização de todo o tipo de armamento radioactivo, nuclear, químico e bacteriológico» por parte das Forças Armadas portuguesas e a nível mundial é outras das principais exigências da central.

PCP condena despedimentos no Seixal

«É uma vergonha», protesta a Comissão Concelhia do Seixal, num comunicado em que aponta o despedimento colectivo dos 800 trabalhadores da Siderurgia Nacional e o despedimento «progressivo, selectivo, com laivos de repressão psicológica» de 300 trabalhadores da Indelma ao longo do último ano.

Ressalvando que se trata de processos diferenciados, os comunistas denunciam como linhas comuns a política de emprego do Governo PS e a estratégia do capital «na mira do lucro conseguido à custa de quem trabalha». Tudo decorre perante a passividade do Governo, que promove reuniões «para queimar tempo, numa atitude que serve objectivamente as administrações das empresas», deixando por cumprir as promessas.

Na Siderurgia, recorda o PCP, os vários

ministérios nunca responderam à proposta de Plano Social apresentada pelas estruturas dos trabalhadores, mas Vítor Ramalho, que hoje é deputado do PS, afirmou, enquanto secretário de Estado do Emprego, que o Governo não admitiria o despedimento colectivo.

As preocupações dos trabalhadores da Indelma foram dadas a conhecer ao Governador Civil de Setúbal, que é simultaneamente o responsável do PS na região, e ao ministro Jorge Coelho, que encabeçou a lista «rosa» no distrito nas últimas legislativas. «Um e outro foram sempre dizendo estarem garantidos os postos de trabalho», lembra o PCP, que manifesta a sua solidariedade e apela à unidade e luta dos trabalhadores, cuja situação «não pode deixar indiferente» a população do concelho.

TAP: um exemplo de cooperação

Lino de Carvalho

Estou certo que alguns se interrogarão sobre o significado deste título aplicado a uma empresa onde o que não se vislumbra é qualquer forma de cooperação por parte do Governo e das Administrações com vista a salvaguardar o futuro da transportadora aérea nacional e dos seus trabalhadores.

Contudo, não é a este tipo de cooperação que me quero referir. O que eu quero escrever é sobre a frutuosa relação de trabalho estabelecida, a propósito do *dossier* TAP, entre duas estratégicas áreas de intervenção do PCP: a social e a institucional. Seguramente com proveito para ambas mas, sobretudo, com proveito para o PCP no seu



conjunto. Durante mais de um ano a estrutura do Partido na TAP, e em particular os camaradas mais responsáveis, e o Grupo Parlamentar, articulando com a respectiva Direcção Regional, desenvolveram um trabalho conjunto em torno dos graves problemas que afectam a empresa que não só permitiram que o PCP, na Assembleia da República, assumisse claramente a liderança deste processo, com um domínio muito profundo das questões em análise (como, aliás, reconheceram os outros Grupos Parlamentares e o próprio Governo), com forte impacto mediático e entre os trabalhadores como o trabalho realizado e as informações recolhidas na frente parlamentar seguramente que, por sua vez, contribuíram para a intervenção das estruturas do PCP na transportadora aérea nacional e para a luta dos trabalhadores, ampliando o prestígio e a influência do Partido.

Que as duas frentes de intervenção do Partido são mutuamente necessárias, se devem articular alimentando-se uma à outra é algo que a teoria há muito tem por assumido mas que a prática por vezes esquece. A verdade é que no actual quadro geral de intervenção dos comunistas em regime democrático esquecer ou desvalorizar esta questão, inventando-se falsas primazias ou desconfiando-se de alegados protagonismos é estar a contribuir para impedir o efeito mútuo, multiplicador, das lutas dos trabalhadores e da sua expressão institucional e o contributo que uma pode dar à outra, umas vezes a

primeira à segunda, outras vezes, o inverso. O mesmo se pode dizer, obviamente, da diversificada actividade do Partido no plano das suas organizações regionais e de que modo umas utilizam, e outras não, o contributo da intervenção parlamentar. É, também aqui, um balanço a fazer. Neste período pós-eleições presidenciais que agora se inicia, após uma campanha feita num quadro singular para umas eleições muito específicas e nas condições em que o Comité Central afirmou a ida às urnas, em período de claro agravamento dos problemas sociais e em ano de eleições autárquicas, é obrigatória a mobilização de todos os quadros, exige-se um impulso da intervenção das organizações do Partido, é necessário o incremento do debate e do diálogo com variadas sensibilidades e sectores de esquerda e, neste contexto, do aproveitamento e potenciação de todas as frentes onde temos organização e estamos presentes. Mau seria que, agora, nos esgotássemos nos evidentemente necessários processos internos de elaboração de listas para as eleições autárquicas ou da realização de assembleias de organização.

Mas a TAP é também um caso exemplar da forma irresponsável e incompetente como sucessivos governos administram o Sector Empresarial do Estado, sem uma perspectiva estratégica nem sensibilidade social, servindo clientelas, aproveitando-se dos recursos públicos para fins privados dos próprios gestores, permitindo – e organizando – a degradação progressiva de uma empresa pública para, depois, serem criadas as justificações e o clima que permitam defender a sua privatização. De tudo isto têm sofrido a TAP e os seus trabalhadores.

O inventário das malfeitorias é incontável. Utilização da empresa para o obtenção de empréstimos externos para o Estado pagando, depois, a TAP, os custos dessas operações financeiras; não compensação da empresa pelos serviços prestados ao Estado; um Plano de Saneamento que, é verdade, permitiu sanear o passivo da empresa mas cujo resultado mais visível foi o sacrifício pedido aos trabalhadores com o célebre regime de sucedâneo; uma privatização em que são feitas tantas avaliações quantas as necessárias até se chegar a um valor que coincide com aquele que, meses antes, o concorrente com quem o Governo tinha decidido fazer uma negociação directa, o SairGroup/Swissair, tinha unilateralmente proposto, 60 milhões de contos; colocação nas mãos do parceiro escolhido do coração da empresa, o sistema de reservas, antes sequer de qualquer garantia de que a parceria iria para a frente; criação por gestores da TAP de empresas pessoais com os recursos da Companhia; ausência de uma estratégia sustentada e coerente para a definição do futuro da TAP, etc., etc. E o mais que ainda está para vir!

Parlamento discute hoje projecto de resolução do PCP preconizando medidas

Em defesa da Casa do Douro

A Assembleia da República aprecia hoje o projecto de resolução subscrito pelo PCP em defesa da Casa do Douro e da vitivinicultura duriense.

Nele se dá conta da preocupação da Assembleia da República pela situação de instabilidade por que tem passado nos últimos anos a Casa do Douro, instituição encarada como o garante da unidade e da representação da lavoura da região.

O texto começa por considerar que essa instabilidade e indefinição são o resultado quer da alteração da «arquitetura institucional da região com a retirada de poderes públicos à Casa do Douro» quer das «graves dificuldades financeiras que a têm assolado».

A criação da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) em 1995 e a transferência para a sua tutela de poderes e meios financeiros até aí sob a alçada da Casa do Douro é assim encarada como um dos factores responsável pela actual instabilidade, que se repercutiu

na «fragilização da defesa da produção e dos 30 mil produtores de vinho fino» e em novos problemas financeiros.

Neste quadro, segundo o texto hoje em debate, a Assembleia da República pronuncia-se, «favoravelmente pelas alterações dos estatutos da CIRDD e da Casa do Douro de modo a ficar expressamente previsto na lei a recuperação para esta última dos poderes públicos de

A Casa do Douro é a instituição que garante a unidade e a representação da lavoura duriense

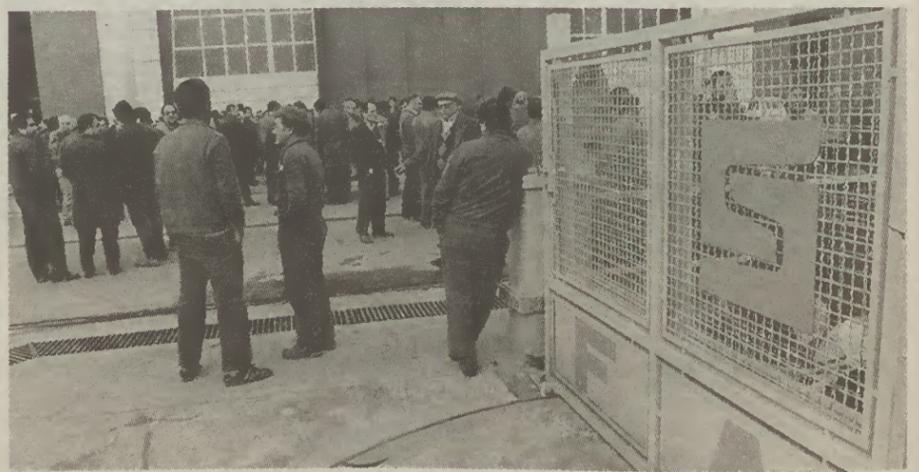
controlo da disciplina e regulação de produção de vinho do Porto, designadamente quanto às atribuições que detinha a título originário e, em particular, quanto ao cadastro, contas-correntes, recepção e controlo das declarações de produção-manifesto, controlo das declarações de pagamento das compras do comércio à lavoura, intervenção no escoamento dos

vinhos não comercializados bem como sobre as matérias referentes à disciplina e controlo da produção do vinho generoso, como é o caso da autorização de benefício».

Defendida no projecto de resolução apresentado pelos deputados do PCP é, por outro lado, a «necessidade do Estado apoiar a resolução, de forma sustentada, da crise financeira da Casa do Douro, assumindo as suas dívidas em relação à instituição de modo a permitir o cumprimento do Protocolo de Saneamento Financeiro celebrado em 1998».

A Assembleia da República, se o texto vier a ser aprovado, mostra-se ainda «favorável a que seja assegurado, para a próxima campanha, o crédito de litragem, na proporção do volume de benefício não utilizado este ano por cada produtor», preconizando, simultaneamente, que «a transferência de novos direitos de plantação para a Região Demarcada do Douro só seja concretizada após parecer vinculativo da Casa do Douro e a favor dos pequenos e médios vitivincultores».

Trabalhadores opõem-se ao encerramento das instalações na Amadora



Trabalhadores opõem-se ao encerramento das instalações na Amadora

Trabalhadores da Sorefame em luta

Os trabalhadores da Adtranz/Sorefame mantêm a sua firme oposição ao propósito da administração de encerrar as instalações na Amadora e transferir a produção para outras empresas do grupo no estrangeiro. Várias medidas nesse sentido tomadas pela direcção da empresa originaram reacções de repúdio e denúncia por parte dos órgãos representativos dos trabalhadores.

Inaceitável, do seu ponto de vista, é o facto de a Adtranz/Sorefame pretender fechar importantes sectores da empresa apesar de ter uma

carteira de encomendas para os próximos cinco anos.

Recorde-se que a Sorefame, pela qualidade do seu trabalho e pela capacidade tecnológica adquirida no fabrico de material circulante, granjeou prestígio e uma imagem de marca que ultrapassou as nossas fronteiras.

Chegou inclusive a ser o fornecedor exclusivo do mercado nacional, como assinalou o deputado Vicente Merendas em requerimento onde questiona o Governo sobre as medidas que pensa adoptar para salvaguarda do

emprego e dos direitos dos trabalhadores numa empresa considerada fundamental para o desenvolvimento do País e da economia nacional.

Criticado na administração da Sorefame é também o seu incumprimento da legislação em vigor, nomeadamente da Lei 46/79 das comissões de trabalhadores, situação esta que está a reflectir-se nas relações laborais e sociais da empresa. Também sobre esta questão se pronunciou Vicente Merendas, inquirindo o Governo sobre as suas intenções para que a Lei seja respeitada.

PCP propõe alterações à lei dos contratos a prazo

Por melhor emprego com direitos

Elevar a qualidade do emprego e criar melhores condições e mais estáveis garantias para os trabalhadores, eis, em síntese, o grande objectivo de um projecto de lei do PCP que altera o regime jurídico do contrato de trabalho a termo.

Com este diploma, ontem em debate no Parlamento, que repõe o conteúdo de um outro da sua autoria apresen-

gado na anterior sessão legislativa que viria a ser chumbado pelo Governo, o Grupo comunista quer combater a actual precariedade que caracteriza a estrutura de emprego bem como as práticas abusivas e ilegais que sujeitam um número crescente de trabalhadores a contratos a prazo, certo ou incerto, à tarefa, assente em períodos cada vez mais curtos que chegam à contratação ao dia, com garantias e direitos limitados.

Em causa está sobretudo uma política laboral assente

na chamada flexibilização de que a contratação a termo, a prestação de serviços, o trabalho à comissão, entre

**Há hoje
empresas onde
a quase
totalidade
dos
trabalhadores
está contratada
a prazo**

outras, são algumas das formas utilizadas para a concretizar.

Com uma dimensão tal que existem hoje, como assinala a nota preambular do diploma, muitas empresas onde a quase totalidade dos seus trabalha-

dores, especialmente jovens, está contratada a prazo.

Os números a este respeito não deixam margem para dúvidas: só entre o 4.º trimestre de 1995 e o 2.º trimestre de 2000 o número de contratos de trabalho a termo subiu de 335,4 milhares para 498,1 milhares, a que importa jun-

tar 226,7 milhares de empregos em regime de prestação de serviços (designadamente nas empresas de trabalho temporário) e outros géneros de contrato atípico. Ou seja, entre o final de 1995 e o segundo trimestre do ano passado a percentagem de trabalhadores com contrato a termo subiu de 11 por cento do total do emprego por conta de outrém para 14 por cento.

É pois esta degradação na qualidade das relações laborais - iniciada em 1976, como é sabido, com um governo dirigido pelo PS e prosseguida com nova legislação produzida em 1989 que estabeleceu regimes de contratação a termo e práticas nas relações laborais sem qualquer justificação ou sentido social - que o diploma comunista quer inverter. Pôr sobretudo termo à actual instabilidade no emprego e à existência de pressões e chantagens sobre os trabalhadores sujeitos a estas formas contratuais, quase sempre associadas à diminuição ou ausência de direitos e a uma intolerável



A precariedade é hoje um dos traços mais graves da estrutura de emprego

discriminação nos salários, assim agravando as desigualdades salariais e dos rendimentos.

Nesse sentido, entre outras medidas preconizadas no diploma do PCP, realce para a que consagra o princípio de

que o contrato de trabalho a termo constitui uma forma excepcional de contratação e de que a sua celebração está subordinada à ideia de que a uma função permanente deve corresponder um contrato de trabalho sem termo.

Entre as alterações agora propostas, destaque igualmente para a eliminação no actual texto legal do dispositivo que prevê, como fundamento para a celebração de contrato de trabalho a termo, o facto de o trabalhador ser jovem à procura de primeiro emprego ou desempregado de longa duração.

A determinação de que a celebração sucessiva e intervalada de contratos de trabalho a termo, entre as mesmas partes, com similitude de funções e para satisfação das mesmas necessidades do empregador, implica a conversão automática do segundo em contrato sem termo, sem prejuízo de situações específicas como a de certas actividades sazonais, constitui outra importante alteração prevista no diploma do PCP.

PCP propõe em projecto de resolução

Suspensão do envio de tropas para os Balcãs

A suspensão do envio de quaisquer forças militares portuguesas para as áreas dos Balcãs (Bósnia-Herzegovina e Kosovo) foi pedida na passada semana pelo Grupo Parlamentar do PCP. A medida consta de um projecto de resolução por si apresentado no qual a Assembleia da República recomenda ainda ao Governo a adopção ime-

diata de acções de natureza técnica e diplomática com vista ao regresso urgente de todos os militares portugueses em missão na região.

E enquanto esse regresso não se efectivar, ainda segundo texto proposto pelos deputados comunistas, deverá o Executivo adoptar todas as medidas de protecção que se revelem necessárias, incluín-

do o afastamento dos locais de impacto das munições em causa, o uso em qualquer operação de material capaz de garantir total protecção, reforço dos meios de detecção e o fornecimento de informação e treino completos neste domínio aos militares portugueses.

Na base desta iniciativa do Grupo comunista, que a dese-

ja ver urgentemente discutida, está a consideração de que existem «fundadas suspeitas» sobre as consequências da utilização do denominado «urânio empobrecido» nos bombardeamentos levados a cabo pela Força Aérea Americana na Bósnia-Herzegovina e na Jugoslávia, incluindo no Kosovo.

Lembrado pelos deputados

comunistas é ainda o facto de estarem em curso - e por conseguinte sem conclusões - os inquéritos e rastreios determinados pelas Nações Unidas e por entidades nacionais, o que aconselha, pois, que até às respectivas conclusões devem ser tomadas todas as medidas de precaução em relação aos nossos militares.

Contestação aos critérios de atribuição de apoios

Governo discrimina Teatro em Movimento

O Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE) não atribuiu qualquer verba de apoio, no âmbito do concurso «Projectos na Área do Teatro», ao Teatro em Movimento - Companhia de Teatro de Bragança. O mesmo sucedeu em relação à III Mostra Internacional de Teatro de Bragança e ao III Encontro Internacional de Teatro de Torre de Moncorvo, iniciativas desenvolvidas em parceria com as respectivas câmaras municipais.

Este facto foi recebido com surpresa

pelas deputadas comunistas Margarida Botelho e Luísa Mesquita, que, em requerimento dirigido ao Governo, indagaram já sobre os motivos de tal decisão e, mais concretamente, sobre os critérios que presidiram à escolha do júri do IPAE.

A decisão, para além de injusta, tem contornos tanto mais escandalosos quanto é certo que penaliza uma companhia teatral que se tem destacado ao longo dos seus vinte anos de existência por um trabalho contínuo de divulgação e criação cultural e artística numa região - o Nordeste Trasmontano - que neste como noutros capítulos, mas sobretudo neste, tem sido permanentemente votada ao ostracismo e ao esquecimento.

Importa recordar que o Teatro Movimento - com um corpo de oito actores profissionais fixos e dois estagiários, além de vários outros técnicos -, levou à cena durante o ano 2000 cerca de 150 espectáculos em todos os concelhos do distrito de

Cavaleiros, e cerca de 30 em várias outras regiões do País, incluindo o arquipélago dos Açores, sem falar nas suas participações na vizinha Espanha.

Como lembram no texto do requerimento aos parlamentares do PCP, a companhia chamou ainda a si a produção e a realização de três festivais em Trás-os-Montes (II Mostra Internacional de Teatro de Bragança, o II Encontro Internacional de Teatro de Torre de Moncorvo e o III Festival de Artes de Pombal de Ansiães), tendo também orientado toda a animação cultural do V Carvais Rock, num total de 57 espectáculos. Conseguiu assim durante todo o ano a expressiva presença de mais de 40 mil espectadores, excluindo as acções mais indirectas que a companhia também realiza ou anima, como acções de formação e colaborações várias. A colaborar com o seu trabalho estiveram cerca de cem instituições, desde autarquias a escolas, passando por associações culturais e juvenis.

Dá a completa incompreensão e estranheza que causou esta mais recente decisão do IPAE, suportada numa alegada «insatisfação» consistência artística do projecto apresentado e na ideia de que o contributo da companhia para o desenvolvimento da criação e interpretação artística seria pouco significativo e que a sua capacidade de inovação seria pouco relevante.

Na nota do júri entregue ao Teatro em Movimento é ainda salientado, imagine-se, «não ser determinante o contributo do projecto para o desenvolvimento cultural e social, nem para o desenvolvimento e divulgação das dramaturgias contemporâneas ou para a renovação e sensibilização de novos públicos».

Afirmações completamente desfasadas da realidade e tanto mais graves quanto é sabido, segundo informação da Companhia de Teatro de Bragança, que nenhum membro do júri do IPAE assistiu a qualquer dos seus espectáculos, o que de alguma maneira foi confirmado pela própria directora do Instituto, Ana Marin, em declarações à TSF, quando declarou existirem informadores que faziam chegar as suas opiniões aos membros do júri.

O que levou Margarida Botelho e Luísa Mesquita a questionarem o Governo sobre a forma como se processa a recolha de informações sobre os espectáculos das companhias concorrentes e sobre a distribuição geográfica dos apoios concedidos este ano.

No requerimento por si subscrito indagam ainda o Ministério da Cultura sobre as razões que justificam tamanhas discrepâncias de ano para ano na atribuição do apoio financeiro ao Teatro em Movimento e perguntam quantas e quais as companhias profissionais que no nosso país apresentam idêntico número de espectáculos e de espectadores.



LISBOA

Energias alternativas

Os eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes» na Assembleia Municipal de Lisboa propuseram à Câmara que institua, a partir de 2001, dois incentivos, sob forma de prémio pecuniário, destinados: um, a apoiar e promover estudos no âmbito das utilizações e/ou aplicação das energias alternativas desenvolvidos na óptica da aplicação municipal e/ou do consumidor final; e outro, a premiar quem tenha feito aplicações de energias renováveis e/ou a adopção de medidas que permitam comportamentos energéticos sustentáveis, na área do município.

Com este objectivo, «Os Verdes» propõem que o Orçamento e Plano de Actividades para 2001 considere esta iniciativa, incluindo uma verba quer para o prémio quer para a sua promoção e divulgação.

Na recomendação apresentada à Assembleia Municipal, «Os Verdes» sublinham que «o consumo final de electricidade não é de uma energia limpa, sendo urgente consciencializar, para mudar comportamentos, que as emissões atribuídas às unidades de produção eléctrica são também responsabilidade do seu utilizador».

CASCAIS

Alerta à população

Na próxima segunda-feira, dia 22, a Assembleia Municipal de Cascais vai discutir e votar o Plano de Pormenor para a «Quinta dos Ingleses», que prevê a construção de 1498 fogos, o que corresponde a cerca de 5300 pessoas.

Dada a importância do debate em causa, a CDU apela à presença das populações nesta sessão e lembra «o inequívoco espírito de participação democrática das populações que, durante o Inquérito Público, se manifestaram e onde cerca de 3000 pessoas recusaram peremptoriamente este Plano de Pormenor de Carcavelos/Sul».

Os eleitos do PCP e do PEV na Assembleia da República, Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia de Carcavelos sempre se pronunciaram para que este espaço, designado por «Quinta dos Ingleses», fosse transformado num Parque Urbano para a prática do lazer, do desporto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações de Cascais.

SOUSELAS

Alerta na saúde

Souselas é a localidade do distrito de Coimbra que regista mais casos de doentes com patologias respiratórias, segundo uma análise do Movimento Contra a Co-incineração a dados da sub-região de Saúde de Coimbra relativos a 1999.

A Comissão de Luta Contra a Co-incineração, com a assessoria científica de um docente do Instituto de Higiene e Medicina Social da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, concluiu que «a instalação de uma co-incineradora só viria piorar a situação actual que, por si só, já é alarmante».

De uma lista de patologias verificadas nos centros de saúde de Coimbra e respectivas extensões, foram analisadas as que estão relacionadas com o ambiente, nomeadamente as doenças do aparelho respiratório (bronquite crónica e bronquitas, pneumoconioses e asma) e a neoplasia da mama.

No que diz respeito à bronquite crónica e às bronquitas em tratamento no ano de 1999, numa escala de 0 a 20 (em que 0 corresponde ao melhor estado de saúde e 20 ao pior), a extensão de saúde de Souselas obtém um valor de 19,9, muito superior ao do concelho de Coimbra (7,8) e ao do distrito (6,6).

A situação também é preocupante no caso das pneumoconioses. Souselas tem 20 vezes mais casos em relação ao resto do município e 40 quando comparado com o distrito.

A asma, doença igualmente associada a factores ambientais, apresenta as taxas mais elevadas em Souselas (13,5 por 1000 inscritos) e na localidade vizinha do Botão (16 por 1000 inscritos), ultrapassando o verificado no concelho de Coimbra (7,1) e no distrito (5,4).

Por estar provado que o cancro da mama está, em parte, relacionado com os problemas ambientais, foi também analisada a patologia, tendo-se verificado que Souselas apresenta uma preocupante taxa efectiva de 10 por 1000 inscritos, sendo a do concelho de 3,5 e a do distrito de 2,6.

CANIDÉLO

Défice democrático

A Assembleia de Freguesia de Canidelo, Vila Nova de Gaia, funciona com elevado défice democrático, denuncia a CDU.

Em comunicado de imprensa da Comissão de Freguesia, é denunciada a posição de prepotência assumida pelo presidente da Assembleia, quando da apresentação de uma declaração de voto por parte da CDU, justificando as razões do voto contra o plano e orçamento apresentado pelo executivo da Junta de Freguesia.

Logo no início da leitura deste documento houve corte do uso da palavra, a pretexto de que se tratava de uma intervenção e não de uma declaração de voto, seguindo-se depois cortes sucessivos, durante a leitura, invocando a sua extensão.

A CDU denuncia o ocorrido como um «elevado défice democrático» e considera que o presidente da Assembleia de Freguesia de Canidelo assume uma atitude «claramente fascizante».

Professores reunidos em Lisboa debatem autonomia e gestão das escolas

Um outro conceito de autonomia

O ensino continua a ser uma área em que abundam problemas não resolvidos. Em luta por um ensino melhor, os professores propõem a revisão do decreto-lei de autonomia.

Mais de 400 docentes participaram, no passado dia 12, no Encontro Nacional sobre Autonomia, Direcção e Gestão das Escolas, promovido pela Fenprof. Em causa está, não o conceito de autonomia das escolas, mas sim a forma como está a ser aplicado através do decreto-lei 115-A/98.

No encontro, em que participaram professores membros de direcção e gestão das escolas, foi exigida a revisão deste diploma, de forma a que seja construída uma nova matriz para «organização, direcção e gestão das escolas».

Esta nova matriz teria como base alguns princípios inscritos na moção aprovada no encontro.

Antes do mais, «a criação de um verdadeiro órgão de direcção das escolas e seus agrupamentos com a participação de pais, professores,

trabalhadores não docentes e alunos». E, ainda, a redefinição de poderes e responsabilidades «por forma a pôr termo à centralização hoje existente em torno do conselho executivo»; a eleição de um órgão de gestão em Assembleia

Geral de Professores; a reorganização das funções e competências dos vários órgãos das escolas; a institucionalização de estruturas locais de administração do sistema educativo dotadas de meios e poderes próprios; a delimitação universal dos domínios e limites da autonomia; a recusa de soluções que passem pelo alargamento da autonomia financeira e de gestão de pessoal.

Os professores exigem ainda a atribuição, às escolas e suas associações, de orçamentos e meios financeiros, materiais e humanos adequa-

dos; a revisão da legislação sobre crédito global de horas; a alteração da legislação, nomeadamente para garantir que as opiniões das escolas sejam componente essencial na tomada de decisões; a criação de reais condições de participação dos diversos intervenientes nos órgãos das escolas e suas associações e o reequilíbrio de funções dos organismos de Estado no sentido de «pôr fim às abusivas e cerceadoras interferências na vida das escolas».

Um conjunto de reivindicações pelas quais os professores e educadores manifestam a sua intenção de lutar, em acções organizadas pela Fenprof.

DREC não respeita lei

O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) anunciou que vai pedir a demissão do director regional de Educação do Centro. Uma decisão assumida por professores e educadores do ensino especial da região centro, reunidos em Coimbra quinta-feira passada, para aprovar

acções de luta que levem o Ministério da Educação a cumprir a lei que estipula a redução de horário para estes profissionais.

Em causa está o facto dos docentes do ensino especial, para além dos trabalhos realizados directamente com as crianças, deverem desenvolver outro tipo de tarefas, da definição das estratégias de intervenção pedagógica e social ao contacto e trabalho com os pais dos alunos.

Entretanto, na opinião do actual responsável da Direcção Regional de Educação Centro (DREC), «o ensino especial só existe nas instituições próprias do ensino especial». Pelo que, como denuncia o SPRC, na opinião deste responsável, «o trabalho feito nas escolas pelos docentes do ensino especial com crianças deficientes motoras, deficientes mentais, deficientes visuais, deficientes auditivas, portadoras de qualquer outra deficiência ou mesmo multi-deficiente, não passa de um mero apoio educativo».

Uma posição que contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Constituição portuguesa e a Declaração de Salamanca, subscrita pelo governo português, em que explicitamente se defende a escola inclusiva.

Face a esta situação, a direcção do SPRC exige a demissão do actual responsável da DREC, e a sua substituição «por alguém que se reveja e respeite as leis portuguesas».

A direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro recebeu já a solidariedade e o apoio do secretário-geral da Fenprof, da Confederação Nacional de Organismos de Deficientes e da Associação Portuguesa de Deficientes e informou que vai expor o problema às principais instituições representativas de cidadãos portadores de deficiência.



Professores exigem melhores condições de trabalho para um ensino de qualidade

Graves incidentes nos Olivais

Os Jogos de Lisboa foram ensombrados, sábado passado, por graves incidentes ocorridos no Polidesportivo dos Olivais. Dos confrontos, que envolveram jovens entre os 12 e os 16 anos, resultou o ferimento numa criança de 13 anos.

No decurso de um jogo de futebol entre uma equipa do Prior Velho, a Polon, e outra dos Olivais, os OTO, a equipa do Prior Velho foi alvo de perseguição e agressão por parte da equipa com que jogava e de outra, os AVL58, também dos Olivais, que assistia ao jogo. Os jovens agressores empunhavam facas e pelo menos uma pistola.

Os jovens da Polon foram perseguidos e apedrejados. Uma criança da Polon, que estava a assistir ao jogo, foi esfaqueada, tendo sofrido perfuração de um pulmão.

A equipa que provocou os incidentes estava inscrita nos Jogos como equipa informal, ou seja, não enquadrada em nenhuma colectividade ou associação. Uma possibilidade prevista nos regulamentos, que visa favorecer uma maior participação desportiva.

Face aos acontecimentos, a representante da equipa Polon, Margarida Fernandes, disse que os seus jovens não voltariam a jogar enquanto

não forem garantidas condições de segurança.

Entretanto, o pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, que organiza estes jogos, lamentou e condenou profundamente o incidente, assumindo «as responsabilidades que lhe couberem no sucedido».

A Câmara vai apresentar uma queixa-crime contra a equipa de futebol que provocou os incidentes. Além disso, como afirmou Rita Magrinho, vereadora responsável pelo pelouro do desporto, a autarquia também já tomou a decisão de «impedir que esta equipa e outras que tenham comportamentos que

se afastem do espírito dos Jogos de Lisboa participem em qualquer actividade neste âmbito».

Por outro lado, durante uma reunião com a associação Polon, à qual pertencia o jovem esfaqueado, ficou estabelecido que as duas entidades iriam tentar articular esforços de forma a garantir a continuação da equipa nos Jogos.

Os jogos realizados nos Olivais envolvem 45 equipas, num universo de mais de 400 dos Jogos de Lisboa, que disputam cerca de 3000 desafios de futebol em variadíssimas instalações desportivas, ao longo da época.

Contra o urânio empobrecido CPPC toma posição

Enquanto vimos a assistir a sistemáticas tentativas de negar as consequências da utilização militar do urânio empobrecido, crescem os protestos. Também em Portugal.

«As recentes notícias confirmam a pior das hipóteses» — afirma o Conselho Português para a Paz e Cooperação — CPPC —, «os efeitos do urânio estão a levar à morte jovens militares das diferentes forças da NATO, incluindo os portugueses, o que alarmou a opinião mundial».

O CPPC manifesta ainda a sua preocupação pela situação das populações sujeitas àqueles bombardeamentos, que «estão a sofrer de um modo muito mais trágico os efeitos desses bombardeamentos com balas de urânio empobrecido» e sublinha que «ao contrário do que afirmam o governo português e os altos responsáveis militares», o problema «não é só com a radioactividade, mas também com os efeitos químicos devastadores nos seres humanos».

Neste quadro, o CPPC exige «que se pare o emprego de armas com urânio empobrecido, que se cancele o envio de novos contin-

gentes, que regressem os soldados portugueses no Kosovo e na Bósnia, que se apure todas as responsabilidades sobre a utilização daquele armamento».

Contra as armas nucleares

Face às consequências da utilização de armas fabricadas com urânio empobrecido, o CPPC chama a atenção para a questão, ciclicamente esquecida, das armas nucleares. E alerta: «Se a utilização das armas com urânio empobrecido gera estes efeitos, impõe-se a todos os portugueses a reflexão sobre as consequências, caso houvesse uma guerra com armas nucleares.»

Por isso, o Conselho da Paz «continuará a agir para que em Portugal se erga um poderoso movimento de opinião pública para parar a corrida às armas nucleares. E ao lado de outros movi-

mentos europeus de paz agirá para que em toda a Europa se eleve a voz da razão e da consciência para deter a corrida às armas nucleares e encetar o desarmamento nuclear».

Jovens comunistas protestam

A Juventude Comunista Portuguesa, numa tomada de posição comum com as organizações de jovens comunistas e progressistas da Áustria, Alemanha, Grécia, Irlanda, Noruega, Federação Russa, Chipre e Espanha, exprime um veemente protesto pelas consequências da utilização, pela NATO, de armas com urânio empobrecido nos bombardeamentos nos Balcãs.

Em comunicado conjunto, denuncia-se as responsabilidades dos governos dos países da NATO e da União Europeia e apela-se à juventude «para que se mobilize por toda a Europa, denunciando este novo crime do imperialismo».

Em síntese, os jovens comunistas exigem: a recuperação imediata dos estragos ecológicos e dos problemas de saúde das populações; a retirada das tropas da NATO da Jugoslávia e da NATO; a retirada de armas nucleares e com tecnologia nuclear «dos nossos países»; a suspensão de todos os programas de armamento na Europa.

Os jovens comunistas lançam ainda um apelo à juventude para que «reforce a luta pelo desmantelamento da NATO, pelo fim da criação do mercenário exército europeu e pela promoção de uma nova diplomacia, baseada em políticas patrióticas, independentes, de paz e cooperação entre todos os povos».

Entretanto, na inauguração do Porto 2001, uma recém-criada Associação de Familiares e Amigos dos Militares Destacados nos Balcãs manifestou-se contra a intenção do governo de enviar um novo contingente militar para a Bósnia.



Manifestação contra a guerra nos Balcãs. Um tema que hoje reassume actualidade

Hoje, no Hotel Roma Sessão de esclarecimento

Por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação, realiza-se hoje, quinta-feira, pelas 21 horas, no Hotel Roma, em Lisboa, uma sessão de esclarecimento, que conta com a participação de Frederico de Carvalho, investigador científico do Instituto Tecnológico e Nuclear, e António Valério Pessoa, coronel na reserva. Estarão também presentes jornalistas que fizeram trabalhos nos Balcãs.

Esta sessão tem como objectivo um melhor esclarecimento de todos nós, num quadro em que «as informações vindas a público, veiculadas pelo poder político e militar, não só não esclareceram como confundiram a opinião pública». E entretanto, como é sublinhado no comunicado do CPPC, «jovens que integram as forças da NATO, incluindo portugueses, estão afectados por perigosas doenças e morrem».

Prepotentes e retrógrados

• Manuel Rodrigues

Na Região Centro não é reconhecido aos professores do ensino especial (mais de um milhar) o direito ao cumprimento do horário de trabalho previsto no art. 79.º do Estatuto da Carreira Docente. O Director Regional da Educação do Centro (DREC) fundamenta tal procedimento com o vetusto argumento que «o ensino especial só existe nas instituições próprias de ensino especial», ou seja, fora dos estabelecimentos de ensino regular (hoje, frequentados por dezenas de milhares de alunos com deficiências). Ora, saberá, provavelmente, este responsável do Ministério da Educação: que a Constituição da República Portuguesa (Art. 71.º) diz que «o Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção,

Um retrocesso de décadas

Ora, se não é como diz o senhor DREC (com o tácita conivência do Governo, de cuja estrutura faz parte), então, estamos perante um quadro que representa um retrocesso de décadas, na consagração teórica e na organização prática do direito de acesso à medida de educação especial por parte das crianças e dos jovens com Necessidades Educativas Especiais.

Ora, se não é como diz o senhor DREC (e, felizmente, não é) então, estamos perante um novo passo na desresponsabilização do Estado pela Escola Pública, que é aquela que melhor colocada está para garantir uma educação pública, de qualidade e gratuita para todos os portugueses (incluindo os que são portadores de deficiências motoras, mentais, visuais, auditivas, multideficiências, etc.).

Ora, se não é como diz o senhor DREC, então, estamos perante mais um atropelo aos direitos profissionais dos docentes que trabalham na educação especial, com o exposto objectivo de poupar mais uns tostões ao erário público (em obediência cega à política economicista do Governo), num serviço público de inquestionável valor estratégico para o País. Para juntar, depois, aos milhões que acabam de ser entregues aos colégios particulares (6,5 milhões de contos, na Região Centro, só no primeiro semestre de 2000, ou seja, mais 48% que em igual período de 1999).

Se fosse como sua excelência o senhor DREC determina (com a óbvia cumplicidade do Governo), estaríamos perante um inqualificável retrocesso da Escola Democrática que conquistámos há 27 anos, no processo revolucionário de Abril. A mesma escola que se abriu às massas e consagrou medidas de correcção das injustiças e desigualdades sociais, entre as quais se contam os apoios educativos, a acção social escolar, a educação especial, o ensino recorrente, etc., etc.

Por uma escola democrática

O senhor DREC e todos os outros responsáveis pela política educativa deste país estarão certamente mais interessados numa escola socialmente selectiva, competitiva, de elite. A Escola que melhor serve a divisão social de trabalho; que melhor reproduz a estrutura e as relações sociais vigentes; que melhor serve as necessidades de formação de mão-de-obra barata para os grupos económicos dos Belmiros, Amorins, Mellos, Espíritos Santos, Champalimauds etc., etc.

O Partido Comunista Português, que na sua História de oitenta anos (que este ano comemoramos) inscreveu muitas páginas de heróica luta por uma Escola democrática, progressista e ao serviço do desenvolvimento do País, continuará a lutar contra a política educativa de classe destes prepotentes e retrógrados senhores que nos (des)governam. Como, aliás, é próprio da nossa natureza de classe.



reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias...»; que a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro) diz que «a educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoio de educadores especializados»; que a Declaração de Salamanca (aprovada na Conferência Mundial da Unesco sobre Necessidades Educativas Especiais, em Junho de 1994) proclama que «as escolas se devem ajustar a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras». E acrescenta a mesma Declaração que «neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças das populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais». E que o Estatuto da Carreira Docente (Decreto-Lei n.º 1/98 - art. 79.º) diz também que «a componente lectiva dos docentes da educação e ensino especial é de 20 horas semanais».

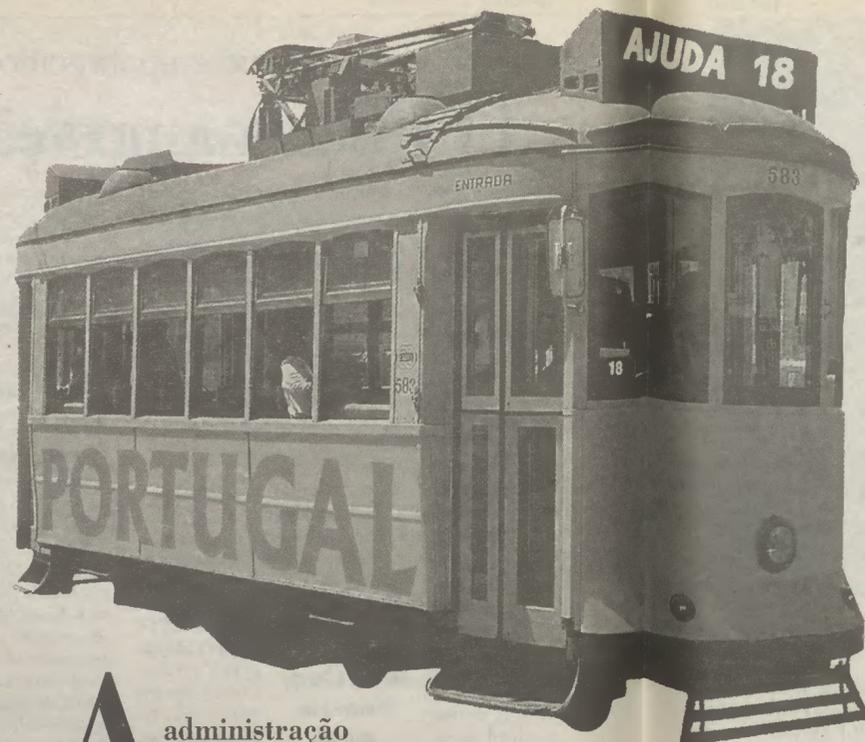
Prática contrária
declarações oficiais
sobre os eléctricos em Lisboa

Turismo ou morte?

Os eléctricos devem continuar a servir a população, defendem Vítor Pereira, António Morais e José Cordeiro, recusando que seja os trabalhadores e os utentes a pagar os custos das opções políticas e de gestão tomadas para a Carris

A polémica em torno do futuro dos eléctricos já vem de longe, teve um ponto extremo na tentativa de encerrar a carreira 18, durante o ano passado, e foi reacendida há dias, quando o presidente do conselho de administração da Carris reafirmou, num programa de televisão, que os utentes dos transportes devem pagar mais por um serviço com que estão muito insatisfeitos. Mais uma vez, Helder de Oliveira não se atreveu a reclamar publicamente o pagamento pelo Governo das indemnizações compensatórias, a preços actualizados. Estes factos mereceram o pronto protesto do PCP, num comunicado da célula dos comunistas na Carris (ver pág. 8). Ao «Avante!», os camaradas António Morais, José Cordeiro e Vítor Pereira – membros do organismo de direcção do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa do Partido. «O Governo, a Câmara Municipal de Lisboa e a administração da Carris deviam tomar medidas para melhorar os

transportes públicos na cidade», reclama António Morais. Controlador de tráfego, com 35 anos de trabalho na empresa, salienta que o défice não se deve apenas aos custos elevados de manutenção dos eléctricos mais antigos, «tem também a ver com os novos». Dá o exemplo da carreira 15, que liga a Praça da Figueira a Algés, e que poderia fazer o dobro das viagens, se tivesse a via livre. José Cordeiro, que trabalha na Carris há 33 anos e é motorista, aponta a contradição entre o diagnóstico da administração e as medidas tomadas. «O problema dos eléctricos é a velocidade comercial, mas meteram o autocarro 60 pelo percurso do eléctrico 18, o que foi sobrecarregar ainda mais a via; assim, não dão velocidade comercial aos eléctricos» – protesta Cordeiro, que faz parte da Comissão de Trabalhadores da Carris. Vítor Pereira – que, além de trabalhador da Carris há 19 anos, com a profissão de motorista, é também vogal da Junta de

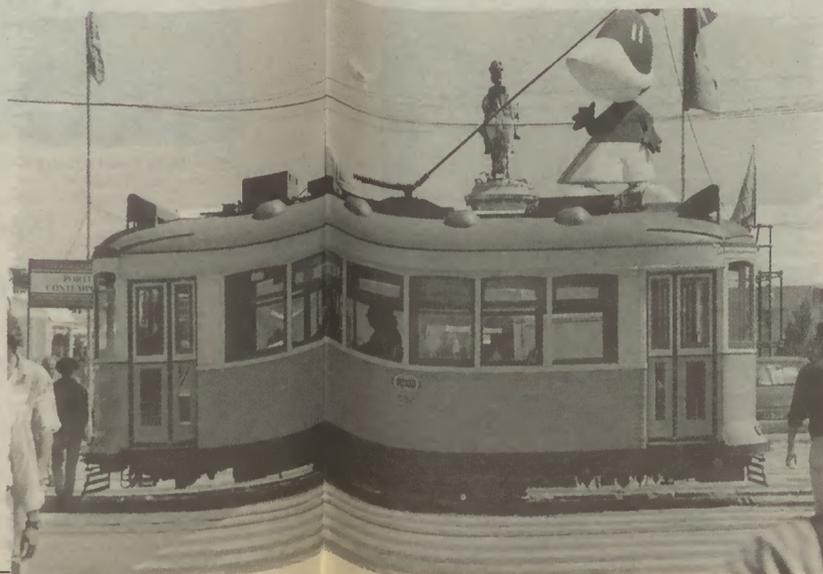


A administração da Carris, nomeada pelo Governo PS e com actuação concertada com responsáveis do PS na Câmara de Lisboa, quer avançar mais depressa na liquidação da rede de eléctricos. À falta de coragem para exporem as suas reais intenções, lançam a ideia de que os eléctricos só servem para passear turistas.

Freguesia da Ajuda – nota ainda que das medidas tomadas faz parte o corte do trajecto do «18» onde o eléctrico não perdia tempo. «Parece que é a Carris que define a política de transportes para Lisboa», desabafa, referindo que, apesar dos protestos populares ou de órgãos autárquicos (como uma moção aprovada na Assembleia Municipal, com apoio de todos os partidos), a empresa avança com cortes nos percursos, diminuição da frequência dos autocarros e eléctricos, redução das carreiras e alterações de horários (sobretudo nocturnos), que prejudicam muitos moradores. «A administração da Carris pede parecer ao vereador Machado Rodrigues, este pede às juntas de freguesia para se pronunciarem, mas isso tudo acaba por servir só para compor o ramalhete» das decisões da empresa, pois os pareceres não têm poder vinculativo. Dirigente da Festru/CGTP, tal como Vítor Pereira, António Morais aponta o caso do Olival Basto como um caminho seguro para as populações defenderem os seus direitos. Ali foi há meses conquistado o alargamento das carreiras de autocarros 7, 36 e 101. Foi também a luta das populações da Ajuda e de Alcântara que impediu a liquidação do «18». É igualmente esse o caminho defendido pelos comunistas junto dos trabalhadores da Carris, que exigem modificações sérias na política e na gestão da empresa e recusam pagar os custos de opções políticas que já fizeram prejuízos bastantes na antiga Rodoviária Nacional – exemplo sempre presente quando se fala de ataques a empresas prestadoras de serviços públicos essenciais para as entregar a interesses privados. Também poderá ser a preparação da privatização o objectivo que faz correr quem manda na Carris. Nesse quadro, o interesse turístico seria apenas um passo para que os eléctricos de Lisboa deixassem de estar ao serviço da população.



Os eléctricos devem continuar a servir a população, defendem Vítor Pereira, António Morais e José Cordeiro, recusando que seja os trabalhadores e os utentes a pagar os custos das opções políticas e de gestão tomadas para a Carris



Intenções escondidas... com declarações de fora

Governo, administração da Carris e responsáveis municipais são os detentores das responsabilidades determinantes na definição e concretização de uma política de transportes para a cidade de Lisboa. Não é por assumirem todos a pertença ao partido «rosa» que os utentes e os trabalhadores da Carris sofrem no dia-a-dia os efeitos de uma situação caracterizada em tons bastante negros. A diferença está, sobretudo, na contradição entre o «rosa» das intenções declaradas e o «negro» das decisões tomadas. Mesmo assim, algumas declarações públicas têm confirmado que há motivos para sérias preocupações.

Mais cultura do que serviço

Os argumentos da administração foram expostos com significativa clareza num comunicado de Fevereiro do ano passado e, no final de Novembro, num ofício distribuído aos grupos parlamentares. Para o CA, o encerramento da carreira 18 e outras medidas encetadas justificam-se «face à carência de meios financeiros que possam satisfazer os custos com meios cujo objecto é de natureza eminentemente cultural e turística». Uns parágrafos antes, já tinha escrito que «a exploração, na perspectiva da sobrevivência dos eléctricos

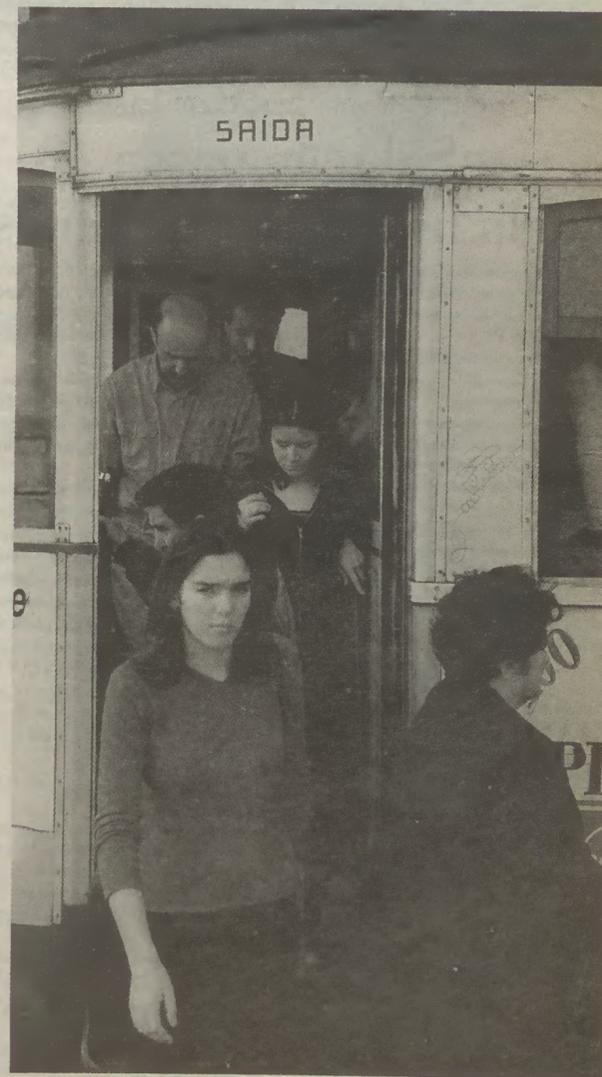
históricos, deverá ser encarada como defesa de um elemento portador da história e da emoção da Cidade, para a qual contribui mais como elemento de cultura e de lazer, do que como forma eficiente de assegurar o transporte dos cidadãos». A intenção é sublinhada como a alegada situação «a nível europeu, onde, face aos custos de exploração envolvidos e aos proveitos diminutos conseguidos, as redes de eléctrico histórico só permanecem como atracção turística, exigindo que os respectivos utilizadores paguem tarifas que nada têm a ver com as que são pagas pelos normais utilizadores das redes de transporte público urbano». A administração da Carris insurge-se contra «alguns», que «confundiram eléctricos históricos com eléctricos articulados», mas faz esta confusão logo no início do seu comunicado, ao afirmar que «Lisboa dispõe, desde 1901, de uma rede de eléctricos que hoje apelidamos de eléctricos históricos», quando a linha inaugurada em 31 de Agosto de 1901 foi precisamente a ligação do Cais do Sodré a Algés, hoje parte da carreira 15, a única onde circulam os eléctricos articulados. No comunicado que divulgou em Fevereiro, a Carris atribui à rede de «eléctricos históricos» a responsabilidade por «um agravamento substancial» do défice anual da empresa e refere que são precisos «investimentos significativos na

linha». Além de acabar com o «18» – no quadro de uma redução da rede «para dimensões que sejam compatíveis com encargos razoáveis de exploração e privilegiando como área de intervenção o centro histórico da Cidade» –, a administração de Helder de Oliveira quer ainda «solicitar à comunidade, à sociedade civil, uma maior contribuição financeira, para que esta se empenhe na prática na defesa do que considera um património colectivo de indiscutível valor histórico, cultural e artístico». Em carta ao presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, o homem que Jorge Coelho colocou à frente da Carris vai ainda mais longe, questionando: «que legitimidade poderão ter os protestos de amor, quando não se está disponível para fazer qualquer sacrifício pela "cousa amada"»? Se isto era dito em Agosto, no final de Novembro, em ofício ao secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Helder de Oliveira afirma já, preto no branco, que «a sociedade civil não deveria apenas reivindicar a continuidade do eléctrico», mas «também contribuir activamente e especificamente para a sua defesa, promovendo para tanto propostas que permitam um ligeiro acréscimo do tarifário do transporte público, destinado a financiar parcialmente o "défice" do eléctrico».

Números calados

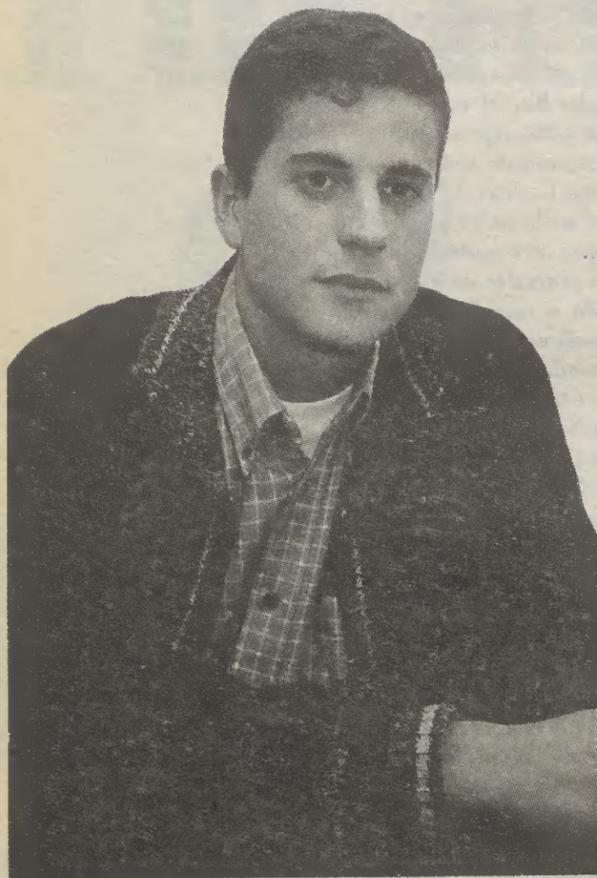
Por muito esforço que se faça, os números da Carris não falam por si: nem apontam responsabilidades pelo actual estado da empresa, nem mostram alguns «pormenores» que não são de menosprezar. Segundo o presidente do Conselho de Administração, a Carris registou em 1999 um défice global de 16 milhões de contos antes de indemnizações compensatórias e de resultados extraordinários. Pelas contas da Festru/CGTP, as referidas indemnizações compensatórias foram, naquele ano, de cerca de 4 milhões de contos, mas, como os valores não são actualizados desde 1986, ficaram por pagar mais 11 milhões. Daquele défice, refere ainda a administração, a exploração dos eléctricos (históricos e modernos) é responsável por 2,4 milhões de contos; o restante, cerca de 85 por cento, é atribuído à exploração de autocarros. No mesmo ano, a Carris transportou 355 milhões

de passageiros: 329 em autocarros (92,7 por cento) e 22 em eléctricos (6,2 por cento), restando 4 milhões que utilizaram elevadores e ascensores. Em média, cada passageiro propiciou à empresa uma receita de 36\$20, nos eléctricos, e 37\$72, nos autocarros; o custo médio do transporte foi, respectivamente, de 140 e 60 escudos. «Se não existisse» a rede de eléctricos, como diz a administração, o défice anual poderia ser inferior em cerca de 2 milhões de contos. Também calcula que, por cada quilómetro/hora que consiga acrescentar à velocidade comercial, poderia poupar cerca de um milhão de contos. No entanto, não se nota uma preocupação tão forte com medidas e propostas que aumentem realmente a velocidade comercial. O que parece importar, sobretudo, é a redução do pessoal e dos encargos salariais, o corte nas carreiras e o aumento do tempo de espera dos passageiros.



Joel Vasconcelos fala da campanha da JCP
«Direitos não se Pagam, Conquistam-se!»

Subfinanciamento é o grande problema do ensino superior



Joel Vasconcelos, dirigente da JCP, faz um balanço muito positivo da campanha «Direitos não se Pagam, Conquistam-se!», lançada em Novembro pela organização do ensino superior. Nos últimos meses, multiplicaram-se as reuniões com as associações de estudantes, os contactos com os alunos e os requerimentos apresentados no Parlamento. A campanha termina em Março, na Reunião Nacional de Quadros do Ensino Superior, onde será apresentado um livro com o retrato da situação.

– Que conclusões tiram das reuniões que mantiveram com as associações de estudantes?

– Estas reuniões têm como objectivo tomar contacto com realidades concretas, apresentar as propostas da JCP e obter dados que facilitem a discussão – e estes objectivos têm sido cumpridos. Temos visto que os problemas que apontamos como as causas fundamentais para o ensino superior se encontram no estado em que está, são os mesmos que as associações de estudantes apontam como os mais graves.

– Quais são os principais problemas?

– Primeiro, o subfinanciamento, responsável por termos as cantinas ou os laboratórios que temos. Esta situação sente-se no dia-a-dia, na mínima coisa, seja no computador que não existe ou na degradação das salas de aula. O subfinanciamento e a revogação da lei de financiamento têm sido apontados pelas associações de estudantes como o principal problema.

Depois, há a acção social, que se reflecte nas bolsas de estudo, nas cantinas

e nas residências. As bolsas são pagas a más horas, quando são pagas e com o valor com que são pagas. Muitos estabelecimentos não têm cantinas e, em muitos outros, a qualidade é má. Quanto às residências, no plano nacional, o número total é de 10 mil camas, o que não chega sequer para cobrir o número de estudantes deslocados da Universidade de Lisboa. Isto traz aos estudantes encargos muito grandes, no pagamento de quartos ou apartamentos.

Neste Orçamento de Estado a questão da acção social foi tratada da maneira que foi, com um desinvestimento claro nas cantinas e residências, e com o valor das bolsas a descer, sem cobrir sequer a inflação. Há que ver o que isto implica a nível de qualidade de ensino, de pedagogia, e das condições que os

professores têm para exercer a sua profissão.

– Que outros problemas são abordados?

– Há outras questões, como as propinas. As propinas foram apresentadas aos estudantes como uma

forma de contribuir para o aumento da qualidade, mas, desde que a lei de financiamento entrou em vigor, são utilizadas em despesas de funcionamento e

pagamento de salários dos professores e funcionários.

A JCP não concorda com o princípio de pagamento de propinas, porque a educação é um direito e, como se diz nesta campanha, os direitos não se pagam, conquistam-se. O direito à educação foi conquistado e é necessário continuar a conquistá-lo diariamente.

– Como está a correr a campanha de fundos?

– Nesta campanha, a JCP fez um documento, um

«Tem de haver
revolta
e reivindicação
para que
a situação
se altere»

Requerimentos apresentados
no Parlamento aguardam resposta

Solução passa pela luta dos estudantes

– Falando na resolução dos problemas, o que as associações de estudantes defendem vai ao encontro das propostas da JCP?

– A JCP entende que a resolução dos problemas passa pela luta dos estudantes. O Governo não vai investir na educação, depois de desinvestir durante cinco anos. Tem de haver uma situação clara de repúdio, revolta e reivindicação por parte dos estudantes para que a situação se altere. Os estudantes têm de gritar bem alto que não querem este sistema de educação.

– Como está o movimento estudantil actualmente?

– Os estudantes têm consciência das causas dos problemas que sentem na pele todos os dias. Se calhar, nos últimos tempos, esse sentimento não tem sido capitalizado em acções de luta mais mediatizadas. Mas as acções de luta existem e aparecem nos órgãos de comunicação social.

– Queres falar de forma mais concreta sobre algumas propostas?

– Temos sentido que as nossas propostas vão muito ao encontro dos problemas e algumas propostas avançadas pelos estudantes. A JCP entende que a educação no seu todo e o ensino superior em particular têm de ser encarados como indispensáveis para a elevação cultural, científica e tecnológica do País.

Quando falamos em investimento no ensino superior – não só para garantir questões de princípio como a educação ser um direito, como para garantir a sua qualidade –, referimo-nos a uma qualidade para os actuais estudantes, mas também na qualidade, no progresso e no bem-estar que

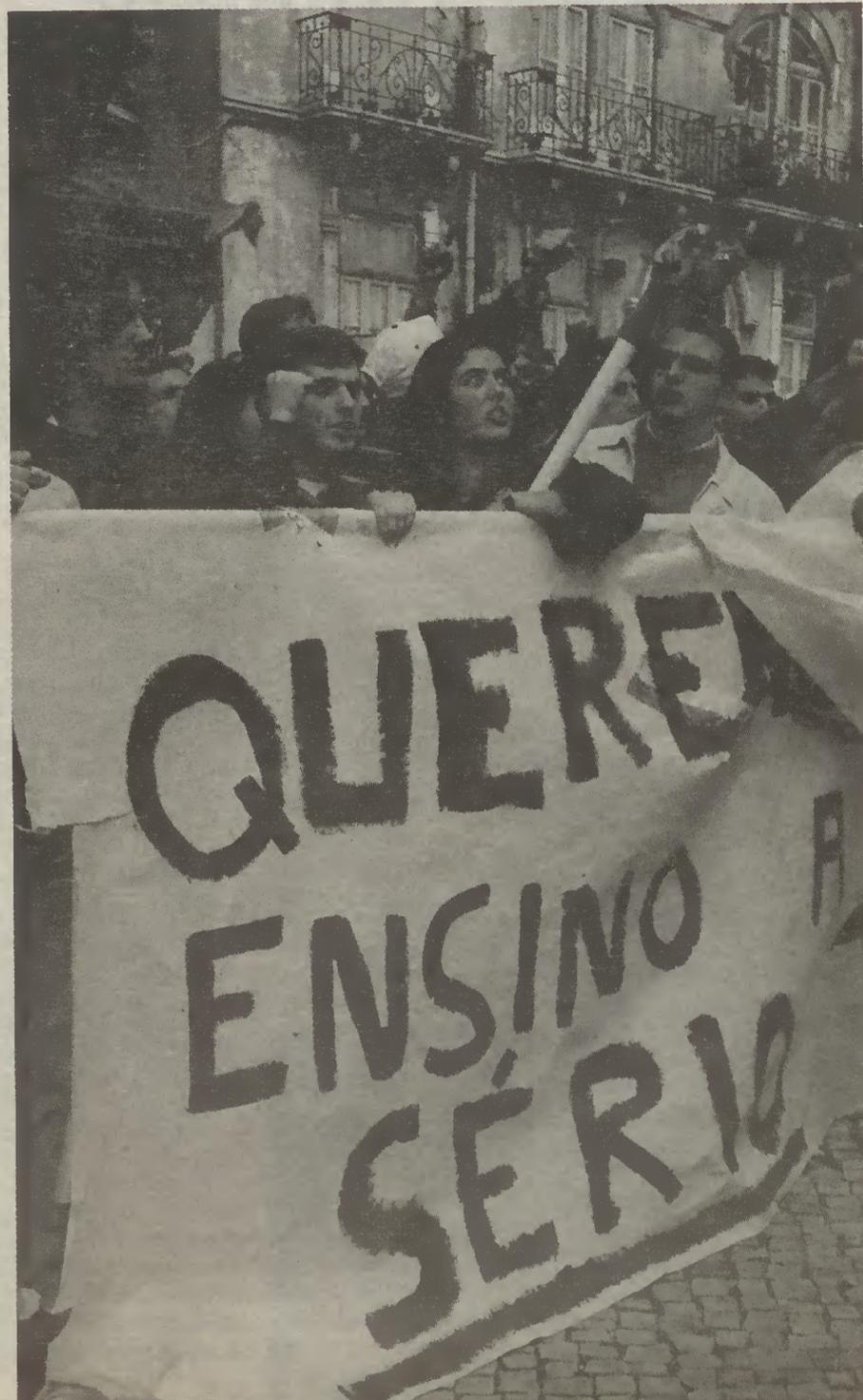
isto traz para toda a sociedade. Se temos problemas na saúde ou na investigação, é preciso investir na educação. A educação é a resolução de problemas estruturais que envolvem toda a sociedade.

– Que resultados obtiveram os vários requerimentos apresentados na Assembleia da República sobre problemas concretos em instituições do ensino superior?

– Ainda não há resultados, porque nenhum dos requerimentos obteve resposta. O Ministério da Educação tem um prazo de três meses para dar uma resposta e esse tempo ainda não foi ultrapassado. Noutros requerimentos que temos apresentado e que foram respondidos, colocamos problemas concretos que existem nas escolas e obtemos uma resposta a dizer que aquilo não se passa, no fundo a desmentir, a dizer que o ensino superior é um mar de rosas e que estamos a caminhar para um ensino de excelência.

– O que se pode fazer mais no Parlamento?

– Continuar com o nosso trabalho. Mas, mais do que esse trabalho na Assembleia da República, neste momento é necessário o trabalho que os estudantes podem fazer na rua. No plano institucional, o grupo parlamentar do PCP tem de continuar o contacto directo com as associações e os estudantes, levar à Assembleia da República o fruto desse contacto, fazer a ligação dos estudantes ao Parlamento e continuar a apresentar e a defender projectos que melhorem o actual estado do ensino superior.





postal e um cartaz - e isto tem custos. Para suplantar-los, a organização do ensino superior lançou uma campanha de fundos. Há organizações que ultrapassaram as metas, outras ainda não conseguiram. No plano nacional, a campanha tem corrido muito bem, apesar da meta ainda não ter sido atingida. Mas será, de certeza absoluta, se a organização continuar com a dinâmica de trabalho que tem tido.

- Que avaliação fazes da campanha?

- Para além das reuniões com as associações e dos contactos com os estudantes em todo o País, são importantes os recrutamentos de novos militantes para a JCP. O documento teve uma boa recepção por parte dos estudantes, tanto em relação aos problemas que focamos como às propostas que apresentamos. O balanço é muito positivo, porque esta campanha é muito importante, não só para o reforço da organização como para a consciencialização social e política dos estudantes.

Nos apoios e nas saídas profissionais

Politécnico discriminado

- Que mudanças defende a JCP na organização do sistema do ensino superior?

- Defendemos que não deve existir a diferenciação entre ensino universitário e ensino politécnico. Hoje faz-se uma diferenciação até no plano social entre um licenciado por uma universidade ou por um politécnico, como se houvesse licenciados de primeira e licenciados de segunda. O ensino superior tem todo o mesmo objectivo: a formação de indivíduos. Não há que dividir. É claro que tem de haver diferenciações no âmbito pedagógico e respeitadas as especificidades regionais, senão os cursos seriam todos iguais.

- Como é que se traduz na prática essa diferenciação?

- A acção social média para um estudante do ensino superior politécnico é cerca de metade da acção social para um estudante universitário. Um exemplo: dois irmãos, com as mesmas dificuldades familiares, um está em Coimbra no ensino universitário e o outro está em Coimbra no ensino politécnico. O primeiro recebe em média uma bolsa que é o dobro da do seu irmão. Quando analisamos o número de camas das residências, vemos que no politécnico é cerca de metade do universitário.

- Em termos de saídas profissionais, também há discriminação?

- Há. No mercado de trabalho, um licenciado no politécnico tem um menor reconhecimento salarial do

que um licenciado na universidade. É o tal licenciado de segunda, apesar de poder ter o mesmo nível de conhecimentos e ter bases mais práticas e mais técnicas. Mas, cumprindo os mesmos objectivos pretendidos pela entidade patronal, um licenciado do politécnico recebe um salário mais baixo que um licenciado da universidade.

Arranjar emprego é sempre complicado, mas se olharmos, por exemplo, para Engenharia Civil no universitário e no politécnico, o universitário tem mais saída no sector público e o politécnico no privado. Isto acontece precisamente por causa dos níveis salariais.

As propostas

- Revogação da lei de financiamento do ensino superior, o fim das propinas e das taxas e o cumprimento do orçamento-padrão fixado para cada instituição;
- revogação do conceito do estatuto elegível;
- aumento dos rácios professor/alunos;
- aumento do número de bolsas, de 10 para 11 bolsas anuais, acompanhado do aumento da bolsa média;
- mais e melhor acção social escolar, com apoios directos e indirectos;
- contratualização entre as universidades particulares e cooperativas e os estudantes;
- institucionalização da avaliação do desempenho pedagógico do corpo docente;
- cumprimento integral do estatuto de estudante-trabalhador;
- celebração de uma fórmula de financiamento para os serviços de acção social;
- arranque da segunda fase do processo de avaliação de instituições do superior, estendido a todos os subsistemas, nomeadamente ao ensino particular e cooperativo;
- defesa e aperfeiçoamento da autonomia do ensino superior, consagrada na Constituição e em legislação própria;
- integração num único sistema de ensino superior todas as universidades e escolas politécnicas, respeitando a identidade, especificidade e criatividade de cada instituição, sendo a licenciatura o grau de formação inicial.

Requerimentos sem resposta

O grupo parlamentar do PCP apresentou nos últimos meses vários requerimentos sobre situações concretas de estabelecimentos do ensino superior. Todos aguardam resposta do Ministério da Educação.

Universidade de Coimbra

O insucesso escolar - presente em muitos estabelecimentos - é preocupante em Coimbra, mas esta situação não pode ser desligada da degradação e da falta de condições que se verifica: infra-estruturas antigas e inadaptadas; aulas sobrelotadas; laboratórios sem reagentes; aulas de Geografia dadas com base em mapas dos anos 60, etc. O próprio Pólo II, recentemente construído, tem falta de condições de iluminação e acústica.

Universidade do Algarve

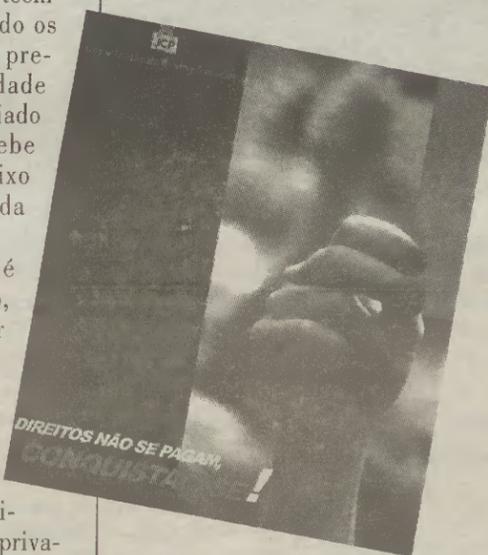
Na Universidade do Algarve, os problemas pedagógicos são fruto da falta de qualidade dos professores (alguns nem falam português); das poucas salas de aula, das carências nos laboratórios, oficinas e salas de estudo; e das camas em número insuficiente disponíveis nas residências.

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Mais de 90 por cento do orçamento da Universidade de Lisboa destina-se ao pagamento de salários. Este facto agrava as carências da faculdade: as turmas estão sobrelotadas, as aulas teórico-práticas são dadas em anfiteatros, os laboratórios têm falta de material e funcionam com reagentes fora da validade, há poucas salas de estudo e bibliotecas. Uma biblioteca foi inclusivamente encerrada para dar lugar a salas de aula. Outros problemas prendem-se com a capacidade da cantina e os atropelos ao estatuto de trabalhador-estudante.

Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Viseu

A cantina desta escola do Politécnico de Viseu não tem condições para dar resposta às necessidades do elevado número de alunos que a ela recorrem e não funciona ao fim-de-semana.



Escola Superior de Enfermagem Maria Fernanda Resende

A escola apresenta um grave problema de financiamento: os salários de Novembro dos docentes foram pagos em atraso e não há verbas para equipar a escola nem continuar as obras do novo pavilhão. Por outro lado, não existe cantina, bar ou sala de convívio. As aulas práticas são dadas noutra escola e os estudantes não têm acesso a material escolar. Os preços da reprografia são superiores aos praticados fora da escola.

Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian

A escola lida com vários problemas graves: a lotação foi ultrapassada, não existem balneários, as salas são em número insuficiente e têm uma capacidade inferior ao tamanho das turmas. O estatuto de trabalhador-estudante não é cumprido e ainda nenhum aluno recebeu a bolsa.

Escola Superior de Enfermagem Artur Ravara

Com cerca de 230 estudantes e instalada num edifício com mais de 100 anos, a escola lida com problemas eléctricos: em Agosto, o quadro ardeu, as sistemáticas quebras de luz levaram ao encerramento do bar e dois pisos funcionam com puxadas de electricidade. Só existe uma sala para todas as aulas práticas. Os alunos recorrem à cantina do pessoal do Hospital dos Capuchos.

Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil

Para além de uma manifesta falta de espaço e da sobrelotação das turmas, a escola tem uma cantina que não dá resposta à procura e não existe qualquer protocolo que garanta alojamento aos estudantes deslocados. Cerca de 90 por cento do orçamento da escola destina-se ao pagamento de salários e outras despesas correntes.



«Se temos problemas na saúde, é preciso investir na educação. A educação é a resolução de problemas estruturais da sociedade», diz Joel Vasconcelos

A liberalização dos serviços postais

• Fátima Garcia

Como oportunamente o PCP denunciou, a Cimeira de Lisboa de Março último, que o Governo chamou «Cimeira do Emprego», incluiu nas suas conclusões orientações no sentido do aceleramento dos processos de liberalização de alguns sectores de serviços, nomeadamente dos serviços postais. Neste sector, este processo teve início em 1994 numa reunião do Conselho Europeu que apontava para a liberalização gradual e controlada do mercado postal e a garantia duradoura do fornecimento do serviço universal.

à completa liberalização do sector, foram suprimidos 30.000 postos de correio deixando de fora as zonas mais longínquas e menos rentáveis.

Uma proposta escandalosa

Fazendo tábua rasa de tudo isto, a Comissão apresentou logo no mês de Maio uma proposta que, por exemplo, para Portugal significaria o estrangulamento completo dos CTT. O limite de peso da área reservada passaria para 50 grs./duas vezes e meia a tarifa. Seriam liberalizados os serviços de publicidade endereçada,

correio transfronteiriço de entrada e saída (com consequências negativas para o nosso país de forte migração) e o correio expresso. No Conselho de Ministros esta proposta não acolheu apoio unânime e França, Grécia, Itália, Luxemburgo e Portugal manifestaram a sua oposição a uma liberalização tão acelerada. A esta posição juntaram-se os operadores

postais de mais 5 países (Áustria, Bélgica, Irlanda, Espanha e Inglaterra). Vários sindicatos e Associações de Consumidos manifestaram igualmente a sua oposição.

No Parlamento Europeu começou uma árdua batalha. O relator responsável, Markus Ferber (PPE alemão), apoiava inteiramente a proposta da Comissão. Vários grupos parlamentares manifestaram-se contra uma proposta tão exagerada. O Grupo GUE/NGL desde o início manifestou-se contra qualquer alteração à situação actual, apresentando nesse sentido várias propostas e promovendo um debate com várias organizações sobre o assunto.

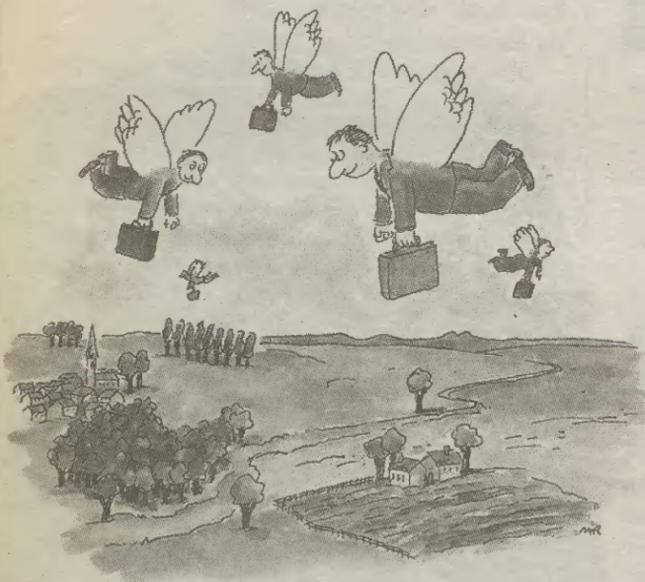
Finalmente, o PPE e PSE apresentaram um compromisso.

O limite reservado seria de 150 grs./4 vezes a tarifa, a manutenção na área reservada da publicidade endereçada, correio transfronteiriço e expresso e o adiamento de próximas etapas para após a realização de estudos concretos das suas consequências.

Esta foi a posição aprovada pelo Parlamento Europeu em Dezembro último, com uma posição maioritária, no nosso Grupo, de abstenção. Como afirmou Joaquim Miranda na sua declaração de voto, o compromisso apresentado no relatório não questiona em definitivo a intenção privatizadora mas integra elementos de razoabilidade que não se vislumbravam na proposta da Comissão. Se por um lado a decisão de liberalizar já foi tomada em 1994 e 1997, a derrota deste compromisso significaria que ficaríamos com a proposta da Comissão como base de trabalho.

Veremos agora a posição do nosso Governo que se pronunciou por uma solução de flexibilidade entre o limite apresentado pelos CTT (150 grs.) e o limite apresentado pela Comissão.

Pela nossa parte, a luta continua.



Em 1997, foi aprovada a Directiva que estabeleceu em 350 grs./5 vezes a tarifa, o limite reservado ao prestador de serviço universal e definiu os serviços que os Estados-membros poderiam igualmente manter na área reservada.

Um desastre para os trabalhadores e utentes

Segundo estimativas da Comissão, na União Europeia, este sector emprega cerca de 1,74 milhão de trabalhadores mas os níveis de emprego deveriam registar uma redução de 0,8% ao ano no decurso dos próximos 7 anos o que significaria uma redução para 1,61 milhão de trabalhadores, afirmando que esta quebra seria compensada pela criação de postos de trabalho no sector privado.

Porém, no estudo feito por Price Waterhouse assinala-se que entre 1995 e 2005 serão criados 62.000 postos de trabalho no sector privado mas que, no sector público, haverá uma supressão de 200.000. Os sindicatos filiados na Union Network International referem que, na União Europeia, os serviços postais empregam 1,5 milhão de trabalhadores, que 250.000 foram suprimidos pelos operadores públicos entre 1990 e 1999, enquanto apenas 30.000 foram criados no sector privado. Todos afirmam que a liberalização irá acentuar a tendência de redução de trabalhadores e prevêem que apenas em França haverá a supressão de 100.000 postos de trabalho. A única coisa que aumentará será a precariedade do trabalho, em especial no sector privado mas também com consequências no sector público. Mas também se deve considerar o carácter universal deste serviço e o princípio da igualdade de acesso. Na Suécia, por exemplo, que procedeu

A crise das «vacas loucas» tem origem em opções erradas da Política Agrícola Comum

Corrigir a PAC

O comissário europeu da agricultura reconhece erros da Política Agrícola Comum e quer corrigi-los através de criação de uma autoridade europeia de controlo da alimentação.

Numa entrevista publicada no sábado pelo jornal alemão Tagespiegel, o comissário Franz Fischler considerou como «um erro enorme» o facto de há 20 anos se ter começado a alimentar o gado bovino com farinhas animais.

Segundo este alto responsável da União Europeia, é necessário «ter mais em consideração os ciclos da natureza», e, afirmando que o problema não se esgota na questão das «vacas loucas», deu como outros exemplos os problemas dos nitratos nas águas e os ligados à produção de trigo. No actual contexto, o comissário europeu declarou estar convencido de que a agricultura biológica terá uma impor-

tância cada vez maior, referindo que, embora hoje ela apenas represente entre dois a três por cento do mercado, existem estudos que indicam que o potencial de consumidores deste tipo de produtos se situa entre os 15 e os 20 por cento.

Estas declarações de Fischler surgem alguns dias depois de o chanceler alemão, Gerhard Schroeder, ter nomeado uma ecologista para o cargo de ministra alemã da Agricultura, depois de o aparecimento de vários casos de «vacas loucas» naquele país ter provocado grande agitação na opinião pública no Governo.

Na altura, o chefe do governo germânico disse que a Alemanha precisa de uma política

agrícola nova chegando mesmo a defender que «os produtores têm que produzir aquilo que os consumidores querem e não o que pensam poder escoar no mercado».

Estas declarações de Schroeder e alastramento do problema da BSE na União Europeia, tocando pela primeira vez países como a Itália e a Áustria, deverão dominar a visita a Berlim do comissário europeu da Agricultura, iniciada ontem, quarta-feira, e que termina amanhã.

Fischer quer inteirar-se dos novos objectivos agrícolas da Alemanha, depois de estarem confirmados 13 casos de BSE (encefalopatia espongiforme bovina), um deles, detectado no sábado, num animal muito novo o que levou o comissário europeu a alertar para a hipótese de o problema poder atingir proporções de epidemia neste país.

Atraso custa caro a Portugal

As autoridades portuguesas atrasaram-se e deixaram passar os prazos úteis para a entrega à União Europeia para a destilação voluntária de vinhos da campanha passada.

Este caso de «incompetência», como é qualificado em comunicado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), compromete os interesses nacionais já que o nosso país ficou impedido de destilar, em condições favoráveis, os 450 mil hectolitros entretanto declarados para o efeito. Do mesmo modo, está ameaçada a produção nacional de aguardente vínica, sobretudo a destinada ao vinho do Porto que terá ser comprada no estrangeiro.

As entidades visadas pela CNA são o Instituto da Vinha e do Vinho e o Ministério da Agricultura que se viram na obrigação solicitar à União Europeia a elaboração um regulamento para a chamada destilação de crise, por forma a ultrapassar o problema causado pelo atraso.

No entanto, como sublinha a CNA, mesmo que Portugal venha a ter direito à chamada destilação «de crise», decisão que a União só deverá tomar em Fevereiro próximo, «será sempre um mau negócio, desde logo porque os preços desta destilação são mais baixos que os da destilação normal».

Na segunda-feira, o secretário de Estado da Agricultura, Luís Vieira, afirmou à Agência Lusa que a aprovação pela UE de 450 mil hectolitros (apoiados através da destilação de crise) resolve apenas parte do problema, reconhecendo que há uma diferença de 13 escudos por litro entre a ajuda através da destilação voluntária e a da destilação de crise.

Assim, ficam por cobrir cerca de 500 mil contos, ou seja, 20 por cento do montante total, respeitante ao preço mínimo garantido à produção. Esta diferença poderá, pelo menos em parte, ser obtida, indirectamente, através do mecanismo da armazenagem privada, possibilidade que será divulgada junto das adegas. O Governo, numa reunião com representantes da Federação Nacional das Adegas Cooperativas (FENADEGAS), avançou ainda a possibilidade de ser criada uma linha de crédito para facilitar às adegas o acesso a financiamento, mas não ficaram definidas as condições.

A destilação voluntária destina-se a aproveitar os excedentes do vinho para a produção de outros tipos de bebida como o vinho do Porto, conhaque ou o xerez. O apoio comunitário permite, assim, aos destiladores comprarem aos produtores a determinado preço.

1.º Fórum Social Mundial junta milhares no Brasil

Cerca de dez mil pessoas deverão participar no primeiro Fórum Social Mundial, que se realiza entre os dias 25 e 30 de Janeiro, em Porto Alegre, no sul do Brasil, em contraponto ao Fórum Económico de Davos, na Suíça.

Estão previstas quatro conferências, nas quais, segundo organização (a Comissão Brasileira da Justiça e Paz), participam personalidades de grande vulto internacional, destacando-se entre elas, o escritor português José Saramago e o antigo presidente da África do Sul, Nelson Mandela. Nos trabalhos estará igualmente o nosso colaborador Miguel Urbano Rodrigues.

Para além das cerca de três mil pessoas que poderão

assistir às conferências, os restantes têm oportunidade de frequentar 400 stands programados para as tardes dos quatro dias nas duas Universidades de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, governado nos últimos 16 anos pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao todo, prevê-se a participação de representantes de 900 organizações não-governamentais antimundialização neoliberal, o que já está a exceder as expectativas dos organizadores.

O Fórum Social Mundial terá quatro temas principais em discussão: «A Produção da Riqueza», «Os Acessos às Riquezas», «A Afirmação da Sociedade Civil» e «Poder

Político e Ético para uma nova Sociedade».

O representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), João Pedro Stédile, afirmou no final da semana passada que a luta contra o pagamento da dívida externa será um dos temas em foco.

As propostas discutidas e a aprovar em Porto Alegre serão depois enviadas à reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), em Washington, no mês de Abril. O fórum é apoiado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e numerosas organizações não-governamentais.

PE debate síndrome dos Balcãs

A «síndrome dos Balcãs» dominou ontem um debate no Parlamento Europeu para o qual foi convidado a estar presente o alto representante para a política externa da UE, Xavier Solana, que ocupava o cargo de secretário-geral da NATO durante a guerra do Kosovo. Os eurodeputados estão preocupados com a ligação que pode haver entre a utilização de munições com urânio empobrecido na Bósnia e no Kosovo e os problemas de saúde detectados em soldados que participaram nas operações de paz na região. Na sequência deste debate, realizado num momento em que esta edição já se encontrava fechada, previa-se que a sessão plenária aprovasse uma resolução sobre este problema e uma moratória sobre a utilização de urânio empobrecido.

Ford Europa pressiona britânicos

O presidente da Ford Europa defendeu no domingo a adesão do Reino Unido à moeda única, afirmando que o plano de desenvolvimento estratégico da empresa foi feito prevendo essa adesão. «Cerca de 60 por cento das exportações britânicas vão para a zona euro e, no caso da indústria automóvel, a percentagem é ainda superior», recordou acrescentando que face a estes números «parece sensato que exista uma só moeda». O presidente da Ford Europa, que emprega cerca de 50 mil pessoas no Reino Unido, deixou no ar a ameaça de que se as opções de investimento da empresa, efectuadas com base na adesão britânica ao euro, algures entre 2004 e 2006, forem defraudadas «isso causará, sem dúvida, alguma apreensão».

UE e Argélia assinam acordos

A União Europeia e a Argélia assinaram no passado sábado três acordos de financiamento no valor de 30 milhões de euros, cerca de seis milhões de contos, destinados a programas de telecomunicações, da polícia e da imprensa privada. Os acordos foram assinados pelo chefe do governo argelino, Ali Benflis, e o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, durante uma visita àquele país, onde discutiu com as autoridades argelinas o acordo de associação da Argélia com a União Europeia. A Argélia recusa um «acordo standard» semelhante ao já firmado entre a UE e a Tunísia e Marrocos, alegando especificidades da sua economia que considera não concorrencial com a da Europa. Estes três países do norte de África destinam ao mercado europeu 80 a 90 por cento das suas exportações e trocam por cento do seu comércio externo.

Política de pescas Pescadores indefesos

O Parlamento Europeu debateu na terça-feira a Política Comum de Pescas que deverá ser objecto de uma reforma já a partir de 2002.

Entre as principais críticas à política comum de pescas, destacam-se as relativas aos sistemas de quotas e dos programas de orientação plurianual (POP), os quais, segundo afirmou a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, «tiveram uma acção discriminatória e não trouxeram grandes benefícios ao sector, impondo-se que os estados-membros que cumpriram os objectivos não sejam penalizados com novas reduções do esforço de pesca enquanto os restantes países não cumprirem os objectivos de anteriores POP».

A revisão da política comum de pescas deve envolver os pescadores e outras partes interessadas

A deputada deu igualmente voz às dúvidas que a maioria dos profissionais da pesca tem sobre os pareceres científicos relativos à gestão e conservação dos produtos haliéuticos, sem no entanto pôr em causa a necessidade de conservação das espécies.

Em sua opinião, uma revisão profunda da política comum de pescas deve envolver «os pescadores e outras partes interessadas no processo de tomada de decisões, de forma a que a sua experiência e capacidade possam contribuir para o estabelecimento de um sistema mais funcional e realista».

Reserva exclusiva

Neste sentido defendeu medidas estruturais adequadas para assegurar a sobrevivência das comunidades dependentes da pesca e medidas sociais e socioeconómicas que «melhorem as condições de vida dos pescadores que não podem ser prejudicados pelas eventuais medidas de defesa das espécies, como tem acontecido no norte de Portugal com os pescadores da sardinha».

Ilda Figueiredo destacou em particular a recomendação incluída no relatório Gallagher, que defende a manutenção como reserva exclusiva dos estados costeiros o acesso às águas territoriais das 6/12 milhas e que se caminhe para a extensão da zona exclusiva às 24 milhas, tal como foi decidido

pelo Parlamentar Europeu em Fevereiro de 1999.

Por outro lado, a deputada do PCP chamou a atenção para as graves repercussões que uma maior liberalização das trocas comerciais, tema central das negociações em curso no âmbito da Organização Mundial do Comércio, poderá ter no sector piscatório. Neste contexto, defendeu o ponto de vista expresso no relatório Carpegna, de que «a actividade comunitária de pesca não pode ser analisada numa óptica puramente económica, de troca de mercadorias. A pesca na UE», afirmou Ilda Figueiredo, «tem um carácter multifuncional, contribui para a consolidação do tecido social e económico das zonas litorais, constituindo um estilo de vida e um factor de coesão em vastas zonas costeiras e uma garantia de aprovisionamento de bens alimentares».

Por último, a deputada referiu-se aos acordos internacionais de pescas, manifestando grande preocupação pelas notícias sobre o não cumprimento dos acordos de pesca com Angola e as dificuldades na renovação do acordo de pescas com Marrocos. Assim, disse, «impõe-se não apenas um cabal esclarecimento, mas também a tomada de medidas que garantam a protecção dos pescadores e os direitos dos armadores afectados por esta situação, como acontece em Portugal».



A progressiva extensão da zona exclusiva de pesca para as 24 milhas é essencial para a melhoria das condições de vida dos pescadores

Energia liberalizada em 2005

A comissária europeia da energia, Loyola Palacio, anunciou na terça-feira a intenção de acelerar a plena liberalização do gás e electricidade, objectivo que a União Europeia se propõe atingir já em 2005.

Segundo afirmou a responsável, que ocupa igualmente a vice-presidência da Comissão Europeia, a plena abertura dos mercados neste sector passa por cinco aspectos fundamentais. Em primeiro

lugar, será necessário separar completamente os interesses comerciais de operadores e produtores, devendo igualmente ser revistas as condições de serviço público. Por outro lado, o acesso às redes de distribuição só poderá ser obtido mediante a regulação de autoridades independentes em todos os estados membros.

O quarto aspecto aponta para o incentivo do comércio transfronteiriço de electrici-

dade, propondo-se a Comissão Europeia assumir aqui no futuro um papel de «regulador dos reguladores nacionais», encarregues de vigiar esses intercâmbios de energia.

Por último, a Comissão considera que é necessário eliminar os obstáculos que impedem o comércio entre países, para o que irá propor a elaboração de um plano de infra-estruturas de interconexão.

A comissária mostrou-se satisfeita com a aplicação das

directivas de liberalização nestes sectores, afirmando que as expectativas foram amplamente ultrapassadas pela realidade. Segundo disse, «assistimos a uma queda dos preços da electricidade em quase todos os estados membros para todos os grupos de consumidores». Em contrapartida, lamentou que nem todos tenham aplicado a directiva sobre o gás, o que obrigou Bruxelas a desencadear processos de infracção.

Património mundial privilegia Europa

Um relatório aprovado na terça-feira pelo Parlamento Europeu solicita aos Estados-Membros que incentivem os países não europeus a completarem devidamente as suas listas de património e que os assistam no âmbito das disposições emanadas da UNESCO.

O PE considera que os próprios critérios de selecção têm por referência uma concepção europeia do património, o que penaliza os países menos avançados perante o rigor de

preparação dos processos de inscrição.

Explica-se assim a sobre-representação dos sítios europeus na lista do património mundial de sítios com «valor universal excepcional», merecedores de protecção especial. De facto, dos 630 sítios classificados, 188 situam-se na UE (a Espanha lidera com 30 e Portugal possui 10), enquanto dois terços dos 158 estados signatários da Convenção para a protecção do património

mundial, cultural e natural, estão representados com menos de 3 sítios. Por isso, têm sido estudadas várias medidas para criar uma lista representativa e equilibrada a nível mundial, tendo sido propostas medidas como, por exemplo, a geminação de qualquer pedido de inscrição com um pedido de um Estado pouco representado.

A deputada, do PCP, Ilda Figueiredo assinalou a necessidade de combater este dese-

quilíbrio, salientando, em paralelo, que «não basta classificar bens como património mundial. É necessário tomar todas as medidas para apoiar a sua conservação, incluindo apoios financeiros», sendo ainda «importante que os estados-membros cumpram as directivas existentes, designadamente a directiva EIA, sobre a avaliação do impacto de determinados projectos públicos e privados do património».

Ásia-Europa revelam apreensão

Os ministros das Finanças da União Europeia e da Ásia mostraram-se bastante apreensivos quanto aos efeitos do abrandamento da economia dos Estados Unidos nos países asiáticos, com economias muito orientadas para as exportações.

Durante a reunião da ASEM, que decorreu sábado e domingo, em Kobe, no Japão, a maioria dos 10 ministros das Finanças de países asiáticos e os 15 da União Europeia centrou as suas atenções nos efeitos que o arrefecimento da economia norte-americana pode provocar. Os países da zona Euro não deverão ser para já muito afectados já que, segundo o Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Monetários, Pedro Solbes, se mantém a previsão de crescimento económico de 3,1 por cento para 2001. O ministro francês das Finanças, Laurent Fabius, citado pela Agência Lusa, disse mesmo aos

jornalistas em Kobe que, no que respeita à Europa, «a mensagem é de grande optimismo e solidez». Quanto aos países asiáticos, vários ministros consideram que esta região pode ser afectada pelo arrefecimento da economia norte-americana e por alguns sinais menos positivos na economia japonesa. A debilidade japonesa, nomeadamente a grande depreciação do iene face ao dólar e ao euro nas últimas semanas, preocupa os responsáveis das finanças da ASEM que consideram o relançamento da segunda maior economia do mundo indispensável para a recuperação económica dos países asiáticos.

Nas primeiras duas reuniões dos ministros das Finanças da UE e da Ásia, em Setembro de 1997 e Janeiro de 1999, um dos assuntos centrais foi precisamente a recuperação das economias asiáticas, às quais se recomendava que diminuíssem a sua dependência das exportações.

ONG's recebem apoio

A Comissão Europeia aprovou na segunda-feira um plano de intervenção, de 15 milhões de euros (três milhões de contos), que permitirá que as Organizações Não Governamentais (ONG) que operam no Sudão continuem a distribuir ajuda humanitária no país. Reduzir o índice de mortalidade, promover a saúde, a construção de condutas de água e saneamento e a segurança alimentar, e prestar apoio logístico são os objectivos do programa. No Sudão, em guerra civil desde há 18 anos, há um elevado número de pessoas deslocadas tanto nas zonas controladas pelo governo como nas áreas sob domínio dos rebeldes.

Manifestação contra Bush

As manifestações de protesto previstas para a tomada de posse do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, a 20 de Janeiro, serão «as mais importantes» desde 1973 quando Richard Nixon iniciou o seu segundo mandato. A afirmação foi feita em Nova Iorque pelos organizadores.

O Centro de Acção Internacional indicou que a polícia lhe tinha «finalmente dado» a autorização para a manifestação. «Foi realmente necessário que nos batêssemos e que exercêssemos pressões legais para obtermos esta autorização. Mas agora temos-la, e vamos deslocar-nos no dia 20 de Janeiro a Washington para a praça da Liberdade», situada a meio do caminho entre a Casa Branca e o Congresso, afirmou Sarah Sloan, uma das responsáveis do Centro.

Cerca de 450 organizações e figuras emblemáticas aderiram à manifestação em Washington contra George W. Bush, acrescentou.

Peruanos exigem extradição de Fujimori

A Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) manifestou-se na passada semana, em Lima, para protestar contra «a protecção» que o governo japonês está a conceder ao antigo presidente peruano Alberto Fujimori.

Jaime Ponce, membro da direcção da aliança, disse que com a mobilização continuará a campanha «Japão devolve o ladrão», iniciada em Dezembro, quando centenas de pessoas se concentraram em frente da Embaixada nipónica, em Lima.

Tóquio confirmou em Dezembro de 2000 que Fujimori tem agora a nacionalidade japonesa e por isso rejeitou qualquer possibilidade de o extraditar para o Peru.

Diálogo à vista no México

As tropas mexicanas começaram na passada semana a dismantelar a base de Cuxuljão, localizada entre os municípios de Ocosingo e Altamirano, em Chiapas, dando continuidade ao cumprimento do acordo assumido pelo presidente Vicente Fox com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), informou fonte militar.

As forças federais já abandonaram três das bases que começaram a ser construídas em 1995 para combater as forças zapatistas, e deverão retirar de um total de sete, uma exigência do EZLN como condição para o reinício do diálogo.

Desde a sua posse, o presidente Fox ordenou, além do encerramento das bases, a libertação de 17 prisioneiros zapatistas, e apresentou ao parlamento um projecto de lei visando um acordo de paz que se aproxima das propostas dos zapatistas.



O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde espera obter a maioria no parlamento cabo-verdiano

Vitória do PAICV em Cabo Verde

A vitória da esquerda nas eleições de Cabo Verde, domingo, marca uma viragem na vida do país. Os liberais do MpD, no poder há dez anos, ficaram em segundo lugar.

O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) contava, quando estavam apuradas 660 das 1039 assembleias eleitorais do país, 45,61 por cento dos votos a seu favor, contra 42,25 por cento para o Movimento para a Democracia (MpD), no poder desde 1991. A grande distância, seguiam o Partido da Renovação Democrática (PRD), com 4,54 por cento dos votos, a coligação Aliança Democrática para a Mudança (ADM), com 3,44 por cento, e o Partido Social-Democrático (PSD), com 0,35 por cento.

Pelas ruas da cidade da Praia viveu-se domingo um ambiente de festa. De bandeiras desfraldadas, entoando cânticos, ou fazendo reventar foguetes no ar, centenas de pessoas, na sua maioria jovens, celebraram a vitória junto à sede do PAICV, no «Plató», a zona antiga da capital.

José Maria Neves, dirigente do PAICV, garantiu que o triunfo do seu partido nas eleições legislativas «é sobretudo uma vitória da dignidade das mulheres e dos homens» do país.

«Sinto uma grande responsabilidade, e devo dizer que o povo de Cabo Verde está de parabéns», declarou à agência Lusa.

É uma vitória da dignidade das mulheres e dos homens do país

Como futuro primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves propõe-se dar prioridade a um programa de emergência de 90 dias, para recuperar as finanças públicas. A redução do défice público e da dívida pública global, a garantia da estabilidade cambial, o combate à pobreza e a promoção do emprego são algumas das medidas a incrementar nesse plano de emergência.

O PAICV contava obter a maioria absoluta, conquistando 40 dos 72 lugares no Parlamento, cinco dos quais pelos círculos da emigração, mas até ao encerramento da nossa edição ainda não tinha sido possível confirmar esta expectativa.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, em comunicado ao Conselho Nacional do PAICV, saudou fraternalmente e calorosamente a vitória eleitoral do PAICV, que abre reais perspectivas de viragem na vida política cabo-verdiana.

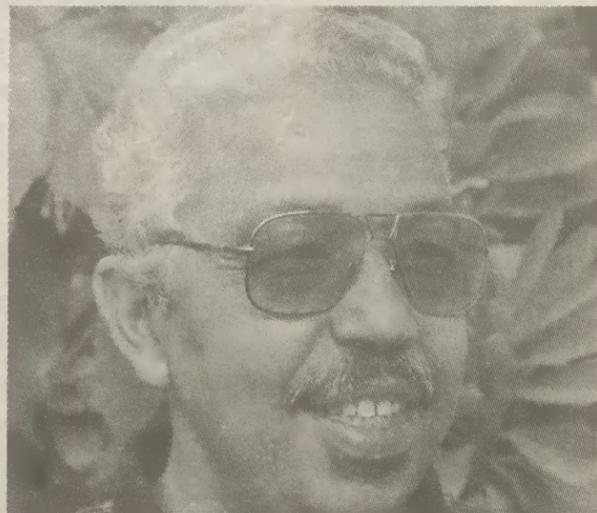
Reacções

O dirigente do MpD, António Gualberto do Rosário, já assumiu a derrota nestas eleições. Em conferência de imprensa afirmou estar «satisfeito» pelo trabalho realizado nos últimos 10 anos. «Há que aceitar o princípio da alternância com naturalidade porque, por vezes, perder significa ganhar. A democracia cabo-verdiana ganhou», disse António do Rosário.

Para a coligação ADM, «os resultados das eleições cabo-verdianas de domingo não são satisfatórios», embora dêem «algum conforto», segundo declarações de Eurico Monteiro, ao felicitar o líder do PAICV e todo o partido.

Jacinto Santos, do PRD, reconheceu o PAICV como «o principal vencedor» das eleições, e saudou o povo de Cabo Verde pela «forma ordeira, cívica e madura» como participou nas eleições.

As eleições, para a escolha dos 72 deputados do Parlamento cabo-verdiano, atraíram uma boa parte dos 234 662 eleitores inscritos no arquipélago. De acordo com as fontes da Comissão Nacional de Eleições, a votação decorreu sem incidentes, à parte um certo atraso na abertura de algumas assembleias de voto devido à não comparência dos membros da mesa e que tiveram que ser «substituídos nos termos da lei».



Presidenciais em Fevereiro

O eleitorado de Cabo Verde volta às urnas no próximo dia 11 de Fevereiro, para eleger o Presidente da República. Os candidatos do PAICV e do MpD são os principais protagonistas destas eleições.

Carlos Veiga, primeiro-ministro que se demitiu para poder disputar as presidenciais, apresenta-se pelo MpD. Pedro Pires, figura de luta pela independência, ex-presidente do PAICV e primeiro-ministro de Cabo Verde após a independência, em 1975, concorre por este partido.

Três outras figuras da política cabo-verdiana disputarão as eleições presidenciais: Jorge Fonseca, dirigente do Partido da Convergência Democrática; David Hopffer Almada, que concorre como independente; e Onésimo da Silveira, dirigente do Partido do Trabalho e da Solidariedade Social e presidente da Câmara do Mindelo.

Berlim

Mais de cem mil na manifestação dos cravos vermelhos

A manifestação que anualmente se realiza em Berlim no segundo fim-de-semana de Janeiro em honra de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foi uma das maiores de sempre. Mais de cem mil pessoas manifestaram-se em memória dos fundadores do Partido Comunista Alemão, DKP, assassinados em 15 de Janeiro de 1919 por um grupo de militares às ordens do social-democrata Noske.

Os crimes de guerra da NATO contra a Jugoslávia, a militarização da União Europeia e a violação perpetrada por neozais do monumento aos combatentes pelo socialismo em Friederichfelde fizeram acorrer a Berlim milhares e milhares de manifestantes que, com cravos e bandeiras vermelhas, modificaram por completo a paisagem da capital alemã. Na avenida que conduz ao cemitério encontravam-se numerosos stands de partidos políticos e de organizações de esquerda, de juventude, editoras democráticas e várias iniciativas anti-racistas e antifascistas.

O presidente de honra do PDS, Hans Modrow, acompanhado pela secretária-geral do Partido, Gabriela Zimmer, e pelo líder do grupo parlamentar no Bundestag, Roland Claus, foram os primeiros a depositar flores junto ao

monumento onde se encontra inscrito: «os mortos alertam-nos». Uma delegação do Partido Comunista Alemão, DKP, dirigida pelo seu presidente, Heins Stehr, participou igualmente naquela grande demonstração pelos ideais da paz, do socialismo e do comunismo. Da parte da tarde, social-democratas de Berlim, dirigidos pelo seu presidente, Peter Strieder, depositaram também uma coroa de flores no Tiergarten junto à lápide com os nomes de Rosa e Karl, manifestando assim o seu repúdio pelo assassinio cometido há cerca de oitenta e dois anos pelo então governo do SPD que conduziu a sangrenta repressão contra-revolucionária.

Os Verdes homenagearam na segunda-feira os dois dirigentes comunistas junto ao Landwehrkanal, onde o corpo de Rosa Luxemburgo foi lançado à água pelos soldados de Pobst.

O ano passado, a polícia alemã tentou impedir a realização da manifestação com o pretexto de que um indivíduo ameaçava atacar à bomba os manifestantes. Até hoje, a polícia nunca deu quaisquer explicações nem deteve o potencial criminoso, apesar de se tratar de uma pessoa bem conhecida dos serviços de segurança do Ministério do Interior.

Espanha

Imigrantes equatorianos exigem regularização

Cerca de 2000 imigrantes equatorianos manifestaram-se na semana passada em Murcia, Espanha, exigindo a regularização de cerca de 20 mil imigrantes que vivem naquela região.

«O povo unido jamais será vencido», «Todos os imigrantes do mundo, unidos por uma só causa», «Somos pessoas, não ilegais», foram algumas das suas palavras de ordem.

Dora Aguirre, presidente da Associação Hispano-Equatoriana Rumiñahui, equatoriana, exigiu um «processo rápido e definitivo» de regularização dos emigrantes que vivem em Murcia, bem como «a incorporação imediata no trabalho de acordo com o convénio entre o Ministério do Trabalho e os Sindicatos», subscrito em 1997 e que contempla a contratação de imigrantes nos seus países de origem.

À manifestação juntaram-se imigrantes colombianos, bolivianos, lituanos e ucranianos.

Posteriormente, Aguirre acompanhada do porta-voz dos manifestantes, Manuel Tandazo, e do delegado da associação em Murcia, Juan Carlos Manzanilla, foram recebidos por um representante do governo espanhol, José Joaquim Penarrubia, a quem entregaram um documento com as exigências dos trabalhadores.

Equador em crise

O aumento dos combustíveis, dos transportes, do gás e do imposto de consumo, entre outras medidas, foram alvo de protestos e manifestações populares no Equador na semana passada.

O país está agitado contra todo um programa económico cuja a base é a dolarização. No ano passado, o Governo anunciou o fim da moeda nacional, substituindo-a pelo dólar americano. Pretendia-se acabar com a inflação e criar condições para o crescimento económico, mas o que

se verificou foi um aumento da inflação de quase cem por cento, transformando-a na mais alta da América Latina.

Entretanto, as reformas da legislação do trabalho foram declaradas institucionais e a privatização das telecomunicações, electricidade, bem como outros sectores da economia são rejeitadas por amplos sectores da sociedade.

Mais de metade dos 12 milhões de habitantes do Equador são pobres, e o desemprego e o subemprego alastram como uma epidemia, atingindo 43 por cento da população. O défice fiscal é de 1,5 mil milhões de dólares, a dívida externa ascende a 12 milhões de dólares, parte do país continua destruída por acção do «El Niño» e a necessitar de obras urgentes.

A Confederação Nacional de Organizações Indígenas já exigiu ao governo medidas de apoio aos pobres, advertindo que o país poderia confrontar uma verdadeira «rebelião social».



Trezentos e setenta e cinco palestinianos mortos e 21 200 feridos é o balanço da actual «Intifada»

Méio Oriente Estado de sítio em Gaza

Israel voltou a impor o estado de sítio na Faixa de Gaza em represália pelo assassinio de um colono judeu reivindicado pelo grupo radical Hamas.

As negociações de paz entre Israel e a Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) começaram

anteontem, após um dia de suspensão devido ao assassinio de um colono judeu na Faixa de Gaza, no domingo. De acordo com a rádio israelita, as conversações estiveram a cargo do ministro dos Negócios Estrangeiros de Telavive, Shlomo Ben Ami, e do presidente do Parlamento palestiniano, Ahmed Qurea.

Entretanto, Israel voltou a impor o estado de sítio na Faixa de Gaza. O exército israelita encerrou as principais estradas, sitiando as populações e encerrando todas as saídas para o exterior, como o aeroporto de Gaza, a passagem fronteiriça de Rafah com o Egipto, e os pontos de passagem com Israel de Karni, para mercadorias, e Erez para pessoas. O bloqueio tinha sido levantado três dias antes em consequência de várias reuniões entre responsáveis de

Israel e da Autoridade Nacional Palestiniana com o objectivo de reduzir a violência.

Se for eleito, Sharon não honrará nenhum acordo assumido por Barak

O assassinio do colono judeu - reivindicado pelos fundamentalistas do Hamas, que se opõem ao processo de paz - deu origem a nova onda de violência.

Segundo a Lusa, em Almausasi, no sul da Faixa de Gaza, uma multidão de colonos judeus destruiu e queimou campos de cultivo e pastos pertencentes a palestinianos. Testemunhas dos incidentes informaram que os colonos começaram por atacar quatro casas de palestinianos, destruindo tudo o que se encontrava no seu interior, atacando depois os campos e pastos.

Também na Cisjordânia a violência continua na ordem do dia. Na segunda-feira, mais um palestiniano foi morto por soldados israelitas em confrontos na aldeia de Salim, perto de Nablus. Segundo uma fonte hospitalar citada pela Lusa, Maadi

Chahada, de 22 anos, foi morto com um tiro de bala no peito.

Crise política agrava-se

Estes novos incidentes reflectem, de algum modo, o agudizar da crise política em Israel, justamente agravada no domingo com o anúncio da demissão do ministro da Saúde, Roni Milo. Em entrevista à Rádio Israel, Milo declarou não querer participar num processo de paz que daria aos palestinianos o controlo sobre lugares sagrados de Jerusalém, como o Monte do Templo, também venerado pelos muçulmanos.

Esta nova baixa no executivo da Telavive deixa ainda mais fragilizado o primeiro-ministro demissionário Ehud Barak, que em 6 de Fevereiro vai tentar a sua reeleição tendo como adversário o dirigente do Likud, Ariel Sharon. De acordo com as sondagens, Sharon lidera as intenções de voto, com uma margem de 17 pontos percentuais.

Sharon já declarou que, no caso de ser eleito, não honrará nenhum compromisso que Barak eventualmente assuma com os palestinianos até à realização da votação. O responsável do Likud afirma estar disposto a conseguir a paz, mas não aceita os acordos de Oslo de 1993 nem o recente plano apresentado por Clinton.

Como ministro da Defesa, em 1982, Sharon dirigiu a invasão israelita do Líbano - que se saldou pelos terríveis massacres de Shabra e Chatila - e, em governos posteriores, liderou uma campanha para reforçar os colonatos judeus nos territórios ocupados da Cisjordânia e de Gaza. Sharon é igualmente responsabilizado pela vaga de violência desencadeada em 28 de Setembro do ano passado e que já provocou várias centenas de mortos e milhares de feridos.

Davos Fórum Económico Mundial

● Manuel Beja

Face a manifestações anunciadas pelos adversários da

globalização durante o World Economic Forum (WEF) de 25 a 30 de Janeiro, mas proibidas pela polícia, as pressões aumentam.

Enquanto as autoridades pretendem assumir o domínio completo da situação com um destacamento policial enorme, a Coordenação Anti-WTO protesta: acusando-os de uma campanha difamatória contra os adversários do Fórum.

Poucos acontecimentos na Suíça conheceram até à data medidas de tal importância. A Polícia cantonal dos Grisões será apoiada por forças policiais de praticamente todos os cantões e do Liechtenstein. Além disso, o Estado disponibiliza forças de segurança militar para fins de

As razões de uma manifestação

Num dos muitos apelos feito à população por dezenas de organizações anti-Fórum de Davos, pode-se ler o seguinte: «O mito da 'globalização' que a todos dá felicidade' perdeu o brilho. A 'aldeia global' afinal não é mais do que um agrupamento de ilhas isoladas, das quais só poucas escaparam à desgraça e às catástrofes.»

Por isso se encontra na ordem do dia do World Economic Forum de Davos (WEF) o seguinte tema: os efeitos negativos da globalização e a necessidade de um diálogo entre os «senhores da economia» e a «sociedade civil». O WEF procura, portanto, produzir um novo mito, para um futuro tudo menos róseo.



vigilância e controlo. Mais ainda, pela primeira vez, o Estado garantiu ao cantão um apoio financeiro para a protecção dos participantes no Fórum. A polícia não pretende fechar hermeticamente Davos. Poderá, no entanto, conforme evoluir a situação, haver interrupções de trânsito, ou corte nas estradas de montanha. Para já, o município rejeitou um pedido da Coordenação Anti-WTO para uma manifestação no dia 27 de Janeiro. Apesar disso, autoridades policiais sabem que vai ser impossível controlar os milhares de manifestantes que se preparam para deslocar a Davos. A Coordenação Anti-WTO anunciou em comunicado que a manifestação anunciada se dirige contra «as estruturas económicas brutais, pelas quais são co-responsáveis os membros do WEF». Garantem que não há interesse em desordens e insistem no direito à livre manifestação de opinião. Para isso, será feito recurso a todos os meios jurídicos disponíveis. A campanha difamatória lançada pelas autoridades e pela polícia procura obviamente fazer escalar a situação e provocar conflitos. Os organizadores da manifestação censuram igualmente as autoridades por terem colocado à disposição meios financeiros públicos na ordem dos milhares, para apoiar um evento privado. Mas os cálculos estão errados. Todas as proibições e difamações de nada servirão: «Haverá mais gente do que nunca na manifestação do dia 27 de Janeiro.»

A apropriação da riqueza social e dos chamados recursos naturais, por parte de uma minoria cada vez mais poderosa, é ao mesmo tempo uma expropriação da grande maioria. Com a consequência que metade da população mundial vive em extrema pobreza; que o Planeta continua a ser saqueado sem limites; que os assalariados no mundo inteiro trabalham e vivem sob condições precárias; que umas poucas empresas multinacionais se apropriam da «cultura mundial».

Milhares de mulheres e homens lutam de forma variada contra esta «subversão do Mundo», provocada por uma elite que anualmente se pavoneia sob as luzes da ribalta em Davos.

Ao contrário daqueles que invocam a «mão invisível» do mercado, o Outro Davos aposta nas mãos e na inteligência de inúmeras mulheres e homens. A sociedade de hoje, aquela que as futuras gerações vão herdar, é a sua obra.

Na luta contra a opressão e a arrogância dos poderosos, começa a delinear-se um outro mundo. Será um mundo composto por vários mundos, onde as diferenças não se exprimirão nas hierarquias; onde as cidadãs e os cidadãos, os assalariados numa associação livre decidirão sobre a distribuição da riqueza e da utilização dos meios de trabalho; onde eles próprios poderão decidir sobre o seu futuro.

Balanço trágico

Trezentos e setenta e cinco palestinianos mortos e 21 200 feridos é o balanço da actual «Intifada», iniciada em finais de Setembro do ano passado, segundo dados divulgados no início desta semana pelo ministro da Saúde palestiniano, Riad Zanún.

Dos feridos, 510 receberam tratamento em hospitais de países árabes vizinhos, especialmente da Jordânia, assinalou o ministro.

Segundo a mesma fonte, os ataques do exército israelita destruíram 18 ambulâncias palestinianas e danificaram 45. De salientar que Israel impediu a entrada nos territórios palestinianos de 18 ambulâncias provenientes do Egipto e de 15 da Jordânia.

Dos 21 200 feridos, mais de 900 sofrem de incapacidades permanentes e 17, que são crianças, estão em estado de coma, refere ainda a edição de segunda-feira do diário palestiniano «Al Qods».

Grã-Bretanha

- a sua face mais negra



Victorian
Times

Manoel
de
Lencastre

Para quem conhece o íntimo da sociedade britânica e as condições em que tem evoluído desde a Guerra Civil (1642 e 1646), da Guerra da Sucessão Espanhola e do Tratado de Utrecht (1713), da elevação ao domínio do comércio e da navegação internacionais, da Revolução Industrial e do Império, até aos nossos dias, não surpreende muito a informação recente de que as prisões estão a abarrotar com mais de 70 000 pessoas lá aferrolhadas. Todas juntas, encheriam por completo o estádio de Wembley. Se lhes juntarmos as que jazem nas prisões da Escócia (cerca de 30 000), o número final deixa-nos perplexos, tristes, revoltados.

Outras informações, agora divulgadas: a Grã-Bretanha, apesar do governo trabalhista do «New Labour», é o país europeu com mais alta proporção de reclusos relativamente à sua população, além de Portugal!!!; em Outubro último encontravam-se nas prisões inglesas e galesas 11 790 pessoas em regime de «a aguardar julgamento»; a capacidade oficial das 135 prisões em serviço (excluindo as escocesas) é de 63 350 pessoas; cerca de 11 000 presos são de idade inferior a 18 anos; cerca de 3400 são do sexo feminino; manter uma pessoa na prisão custa ao Estado, anualmente, 22 649 libras (7500

contos), mas a alimentação de um preso custa, apenas, 462 escudos por dia; não se verificaram durante o ano que terminou, há dias, quaisquer fugas de presos catalogados como os mais perigosos (categoria «A»).

Prisões privadas - um grande negócio!

O universo das prisões, reflectindo a guerra do capitalismo contra os povos, não cessa de impressionar-nos. Nos Estados Unidos, têm mais de um milhão de pessoas enclausuradas. A proliferação de prisões per-

tinentes a empresas privadas e por elas dirigidas tem sido sistemática. Agora, a construção de prisões privadas está a entusiasmar o governo de Tony Blair como já entusiasmara os de Margaret Thatcher e de John Major. Isto significa que o Estado pretende lavar as mãos das suas responsabilidades. Mantém o poder de capturá-las, julgá-las e sentenciá-las. Mas, depois, vê-se livre delas ao entregá-las ao mercado onde operam as empresas da especialidade. Estas, no melhor respeito pelos valores do capitalismo, aceitam o depósito das «mercadorias» e fazem com elas um óptimo negócio. Desde que se faça um tostãozinho, ou dois, os empreendedores jamais hesitam. As chamadas prisões vitorianas (construídas durante o reinado da rainha Vitória - 1837/1901), continuam, porém, a desempenhar o papel principal no sistema prisional britânico. Não podem ser feitas desaparecer de um dia para o outro. O seu funcionamento e as condições gerais de vida daqueles e daquelas que as habitam têm sido objecto de inúmeros estudos e relatórios. Na generalidade, registaram-se alguns progressos desde a insurreição de Strangeways (Manchester) em 1990. Mesmo assim, segundo o próprio presidente da Associação dos Governadores das Prisões, as condições em 37 estabelecimentos do estilo vitoriano continuam a ser esqueléticas e anti-higiénicas enquanto a alimentação se diz ser repugnante. Lugares como, por exemplo, Wandsworth e Wormwood Scrubs, são verdadeiros infernos.

Juventude assassinada

Quem vai parar à prisão num país como a Grã-Bretanha? Jovens sem perspectivas que se deixaram resvalar para o campo dos pequenos delitos, mas já com os olhos postos, isso não pode negar-se, no grande crime, naquele que «dá dinheiro a sério». Não podem resistir, dada a sua completa falta de condições, à exclusão e à miséria que os cercam. Acabam (ou começam...) nos pequenos infernos das YOI (Young Offenders Institutions) ou «Instituições para Jovens Delinquentes». Trata-se de lugares onde, sob todos os pontos de vista, empobrecem, lugares onde o Estado falha, miseravelmente, em oferecer-lhes um princípio de vida, uma perspectiva de futuro.

Algumas das prisões YOI, como Werrington (Stoke-on-Trent) e Feltham (zona de Londres), são consideradas como «gigantescos campos de trânsito» o que significa que os jovens que as habitam transitarão, cedo ou tarde, para as penitenciárias vitorianas ou outras onde o princípio e o fim se confundem. Os guardas prisionais, de cuja experiência não pode duvidar-se, são os próprios que declaram: «Eles voltam sempre. Em cada cinco, quatro regressam à prisão poucos meses depois...» Regressam, evidentemente, porque não podem sobreviver na sociedade rápida e tumultuosa em

que o capitalismo trabalha. O mundo dos homens que passaram pelas prisões é muito mais lento. A readaptação à vida normal no seio da sociedade e no fogo intenso em que o sistema do mercado a todos condiciona é, praticamente, impossível para um jovem saído de uma YOI.

O juiz preside ao julgamento. Semanas depois, lê a sentença. Carrinhas da polícia, então, transportam os jovens reclusos para o inferno das YOI. Neles, é possível que arda, ainda, a esperança de que alguém os ajude iluminando-lhes o escuro trajecto em que viajam. Mas só encontram crueldade e brutalidade. E um instinto de profunda revolta nasce-lhes no peito. Conhecem, logo, um enorme desejo de vingança. O tabaco é um essencial amigo. Mas o negócio de estupefacientes está dentro da própria prisão. Jogos de cartas intermináveis. Alastra o sonho de vingança. As YOI, na verdade, são fábricas de eternos delinquentes. Roubar um Banco, poderia ser uma hipótese. Mas, como assaltar um Banco se o dinheiro, agora, é fornecido por máquinas? O capitalismo vive em fortalezas quase inexpugnáveis de onde explora e submete. Aprendeu a defender-se das ingénuas e ténues vinganças dos inocentes... e mata-os. Mas por cada um que suprime, fabrica mil. Não existe resposta para este círculo vicioso.

Os grandes e pequenos crimes que encham as prisões

A grande criminalidade organizada mantém-se, normalmente, ao abrigo da possibilidade de detenções. Dispõe de influências. E, justamente, porque trabalha organizada, controla «pessoal no terreno de operações». A indústria do crime acumula monumentais lucros que lhe surgem, líquidos, vazios de impostos. Controla a importação e a distribuição de estupefacientes, certos sectores dos ramos da alimentação e bebidas, da hotelaria, casinos legais e jogo clandestino, a prostituição e os espectáculos ditos «ousados», produz e divulga revistas «porno», mantém serviços de táxis particulares e controla muita imigração clandestina. Raramente se regista a prisão de alguns dos «gangsters» que dirigem o crime organizado. Os que vão para a prisão são sempre os pequenos e médios intermediários e homens de mão.

Já não são vulgares os grandes roubos a Bancos ou os «golpes» a audaciosos como o do assalto ao comboio-correio (anos 50). Existe, pelo contrário, uma enorme atracção pelo «ramo» dos transportes de dinheiro e de metais preciosos. Nesse campo, actuam indivíduos extre-

mamente cruéis mas de razoável inteligência e com poder financeiro. Um desses repugnantes «gangsters», impune devido a bem colocadas protecções, prestou contas à justiça, recentemente. Mas isso só aconteceu por, certo do seu poderio, ter assassinado um jovem em plena estrada durante uma discussão odiosa resultante de uma questão de prioridades no trânsito.

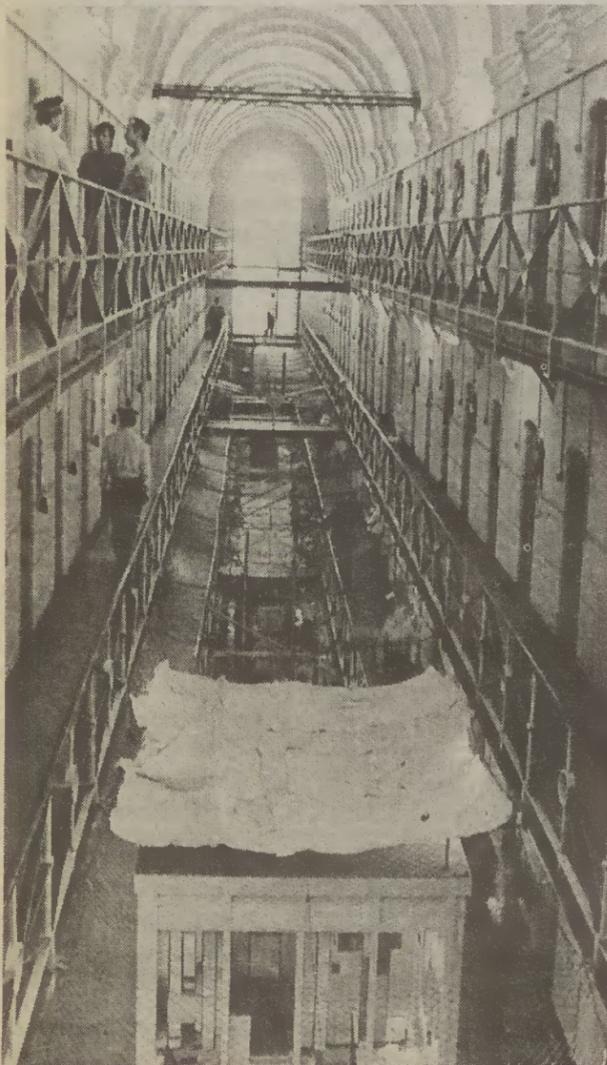
São as drogas, os pequenos roubos e assaltos a residências, as fraudes, os crimes sexuais que, de uma maneira geral, encham as prisões da Grã-Bretanha com gente infeliz e desvairada, gente deslocada das realidades que jamais compreenderia ser o capitalismo o seu verdadeiro inimigo. Os grandes crimes de sangue são objecto de tratamento separado. Existem prisões-hospitais que albergam os criminosos tidos como especialmente perigosos, os psicopatas, os lunáticos, homens e mulheres com problemas psicológicos graves. A prisão-hospital de Dartmoor é uma das mais notórias. Na Escócia, atravessar de comboio a povoação de Carstairs e ser-se confrontado, apesar dos belos jardins em redor, com pavi-

lhões que não dissimulam o seu estatuto - para homens, à direita; para mulheres, à esquerda, e o comboio avança direito a Glasgow - mete respeito.

Tem sido severamente criticada, recentemente, a prisão de Cornton Vale (Stirlingshire), para mulheres, devido à vaga de suicídios que lá ocorreu. Também a penitenciária de Barlinnie (Glasgow) é considerada o inferno de todos os infernos devido às condições promíscuas, esqueléticas, indignas da nossa época, que oferece.

Na ilha de Wight, a sul de Southampton, a prisão vitoriana lá existente é considerada como «de segurança máxima». Estima-se que ninguém conseguirá jamais de ali fugir posto que se situa numa ilha. Foi para lá que a odiosa primeira-ministra, Margaret Thatcher, enviou os trabalhadores da indústria gráfica e os comunistas que os apoiavam quando ocorreram violentos protestos no centro de Londres contra o desmantelamento do sector gráfico nos jornais e o despedimento de 5000 desses trabalhadores. Foi então que surgiu, em todo o seu esplendor, o império Murdoch.

Prisão de
Wandsworth



A estranha doença de soldados búlgaros no Kosovo

O texto que a seguir se reproduz, contando a estranha doença que afecta soldados búlgaros que prestaram serviço no Kosovo, chegou-nos via internet. A história vale por si e as fontes (*) podem ser confirmadas. Estamos perante um drama que responsáveis militares e políticos de países da NATO insistem em negar.

E no entanto ele existe.

As vítimas conhecidas são Danail Danailov, Emil Ivanov e Alexander Vassilev.

Sargento Danail Danailov, da quota alemã do KFOR.

Esteve primeiramente no Hospital Alemão em Prisen. Deixou o hospital com o diagnóstico de «rhabdomyolysis» (deformação progressiva dos músculos). Voltou para Sófia e foi encaminhado à Academia Médica do Exército Búlgaro (AMEB). Os médicos ali declararam que o diagnóstico era falso e que Danailov estava saudável e apto

Em 11 de Outubro último os médicos das consultas da AMEB discutiram as condições de Danailov e recomendaram que fizessem um *check-up* no estrangeiro. O primeiro «Natoista» búlgaro, Solomon Passi, também chamado «o Atlântico» (é presidente do Clube Atlântico, na Bulgária) lançou a ideia de que Danailov deveria ir para a Alemanha. Mas o ministro da Defesa búlgaro não conseguiu arranjar tempo para enviar uma carta para Berlim a fim de pedir ajuda. Os funcionários do Ministério justificaram-se com a ausência de acordo completo entre os médicos.

Pouco antes do Natal Católico uma fonte não-oficial informou que o secretário de Estado da Administração do Exército Alemão estava disposto a subscrever um pedido formulado por médicos búlgaros para efectuar um *check-up* médico e para eventual tratamento no hospital do Exército Alemão na cidade de Ulm. Mas até dia 5 de Janeiro ainda não havia confirmação oficial de Berlim.

te como o leite materno: não pode provocar quaisquer doenças - Deus me livre!

2) Os soldados búlgaros no Kosovo estão óptimos e tão são como um pêro.

3) O sargento Danailov está tão saudável como dois pêros!

O ministro da Defesa, o dito «Natoista» búlgaro n.º 2, diz que está apenas à espera da conclusão dos médicos alemães para enviar Danailov para lá. Mas qual conclusão? Os médicos alemães do Hospital de Prisen já exprimiram a sua conclusão muito tempo atrás!

O que Noev, o ministro «Natoista», quer certamente dizer é que está impacientemente à espera de que a Sra. Danilova, a mãe da vítima, pare de lutar e se resigne à morte anunciada do seu filho - assim como ele próprio já parece bastante resignado. Os seus patrões do Pentágono e da NATO certamente exigiram-lhes que enterrassem o caso Danailov o mais fundo possível.

O canal «DEN» da TV búlgara difundiu uma reportagem da cidade de Svistov.

guerra dos EUA-NATO. Esteve no Kosovo durante os bombardeamentos:

Queixas de Vassilev:

- fraqueza geral;

- tosse convulsa;

- dores nos olhos.

Disseram-lhe que tinha cataratas em ambos os olhos - «muito estranho nessa idade», comentou o médico.

Oitenta por cento dos seus amigos da tropa - tanto búlgaros como sérvios - apresentam as mesmas queixas.

Um amigo seu de Belgrado precisou de recorrer à utilização de óculos somente um mês depois da guerra. Ao mesmo tempo apareceu um tumor no seu nariz e já não podia movimentar o ombro e o braço. Quando conversaram pela última vez os médicos de Vassilev insistiam em operá-lo. Depois disso não se teve mais notícias dele.

Outro dos seus amigos de Nis contou-lhe de relatos da TV Sérvia (antes do golpe da CIA de Outubro, em Belgrado) acerca de bebés nascidos com deformidades. As subdivisões de química do Exército Jugoslavo estiveram no Kosovo para verificar o solo e o ar durante o bombardeamento. Um capitão das mesmas disse-lhe confidencialmente que a situação ali (naquele momento) era catastrófica.

Vassilev teve um filho recentemente. O bebé teve alguns problemas com o pénis e precisou ser operado. O bebé também tem tosse convulsa persistente, adoece facilmente e demora a recuperar.

Os *media* búlgaros anunciam também que uma equipa médica especial será enviada ao Kosovo para efectuar exames médicos aos soldados búlgaros ali estacionados. Mas equipas de médicos com patentes militares dirão só o que lhes for ordenado dizer.

A propósito, Danailov pensa estar envenenado. Os *media* citam mesmo um veneno utilizado para tratar a madeira (proveniente do Kosovo) com que esteve a trabalhar.

O diário búlgaro «Novinar», de 6 de Janeiro, informa que 14 tipos de venenos foram encontrados no organismo dos rangers búlgaros que estiveram no Kosovo, segundo exames efectuados pela Academia Médica do Exército Búlgaro em Setembro de 2000.

Um segundo soldado búlgaro voltou do Kosovo com o diagnóstico de Danailov: o Sargento Emil Ivanov. Mas os «exames» da Academia Médica do Exército Búlgaro diziam que o Sargento Ivanov estava são. Os médicos dali afirmam que tanto Danailov como Ivanov têm problemas musculares devido aos resfriados que muitos soldados búlgaros tiveram no último inverno. Mas quando Danailov foi evacuado para a Bulgária, na Primavera de 2000, já apresentava deformações musculares resultantes de intoxicação aguda.

Pergunto a mim mesma quando finalmente eles chegarão a um acordo sobre aquilo que vão dizer em público. Será a deformação muscular devida a um resfriado? Ou, talvez, a intoxicação aguda? Neste momento, a única coisa conhecida é que as suas condições de saúde NADA têm a ver o Urânio Empobrecido - Não Há Qualquer Dúvida Sobre Isso! O diário «Novinar» conclui com a informação de que os rangers búlgaros poderão ser retirados do Kosovo devido aos venenos espalhados ali.

(*) Comentários e tradução de jornais búlgaros de 5-6/Jan/2001 de Bl. Doncheva.

Fontes: «24 Chasa», diário búlgaro, 05/Jan; «SEGA», diário búlgaro, 05/Jan; «Monitor», diário búlgaro, 05/Jan; TV Channel 1, TV «DEN».



a voltar para o Kosovo. Um dia depois Danailov teve de retornar à AMEB com insuficiência renal aguda (insufficiencia renalis). Depois de permanecer alguns dias ali foi novamente declarado saudável e apto.

Os médicos da referida Academia são todos oficiais do Exército Búlgaro e mantiveram-no a entrar e a sair das clínicas da AMEB durante várias semanas (ou seja, comportaram-se em relação a Danailov como se estivessem a tratar com uma batata quente!). Além disso tentaram obstinadamente manipular Danailov para fazê-lo acreditar que estava saudável e apto. Mas os sofrimentos de Danailov continuavam e agravavam-se.

Os sintomas são:

- Fica fatigado muito rapidamente;
- Tem incessantes dores musculares na cintura e no tórax;
- Está a perder cabelo;
- Tem a pele coberta com erupções;
- Ultimamente os seus dedos estão a ficar estranhamente encurvados.

Danailov passou por quatro clínicas da AMEB entre a Primavera e o Outono de 2000. Acabou por ser enviado para a clínica especializada «Instituto para a Qualificação de Médicos». E ali a Dr.ª Ishpekova confirmou o diagnóstico dos seus colegas alemães.

Urânio pobre... divisas ricas

Actualmente Danailov está em casa, na cidade de Svistov, sob os cuidados da sua mãe. Muitas vezes fica impedida de ir trabalhar porque o filho precisa dela em casa. Os remédios que anda a tomar (sobretudo vitaminas e drogas bio-estimulantes) são muito caros - cerca de 200 levas por mês, quando o seu salário como sargento é pouco mais de 100 levas (10.300 escudos). Durante quatro meses não recebeu o pagamento adicional em divisas pelo seu trabalho no Kosovo.

O ministro da Defesa, Boilo Noev (o «Natoista» búlgaro n.º 2), declarou alegremente que estava em contacto com os seus colegas alemães e que finalmente acabaria por enviar o Sargento Danailov para a Alemanha (enquanto isso contenta-se em esperar pacientemente pela sua morte na própria Bulgária).

O referido ministro da Defesa afirma confiar nos seus médicos da Academia Médica do Exército Búlgaro. Ontem à noite, 5 de Janeiro, um dos médicos daquela Academia, o general Zlatev, encheu o ecrã do meu televisor com a sua cara gorda, má e mercenária a fim de assegurar-nos que:

1) O urânio empobrecido é tão inocente

Danail parecia quase transparente, jovem e vulnerável - como um garoto perdido de 15 anos... Cansado. Traído.

O jornalista perguntou-lhe se estava em contacto com os seus colegas do Kosovo e se eles também tinham queixas. Danailov respondeu que alguns deles tinham queixas mas que não ousavam falar disso por receio de serem afastados do exército. A sua mãe estava tão magra e pálida como ele. Mas ela mostrava vitalidade, no seu rosto havia uma cólera que já não se via no do filho.

O problema que não existe

Emil Ivanov: Colega de Danailov no Kosovo com sintomas semelhantes. Foi enviado para *check-up* médico mas os resultados, aparentemente, foram classificados: ninguém os viu até agora.

No auge dos casos Danailov e Ivanov (havia mais 13 outros soldados com estranhos problemas de saúde!) o ministro búlgaro da Defesa insiste que não existem problemas de saúde entre os soldados búlgaros no Kosovo!

Alexander Vassilev (26): Voluntário búlgaro no Exército Jugoslavo durante a



Acerca dos intelectuais

• Modesto Navarro

Ser simples dá muito trabalho, dizia Manuel da Fonseca. Talvez ele agora nos dissesse, se estivesse conosco: Atenção, camaradas, os intelectuais comunistas não são assim como alguns órgãos da comunicação social nos mostraram nos últimos tempos.

O que nós desejamos e propomos, no Sector da Cultura Literária do Sector Intelectual de Lisboa, é um trabalho voltado para a realidade que nos cerca e nos envolve, no quotidiano, no Partido e nas Associações representativas. O que nós desejamos e propomos é uma direcção política que trabalhe conosco na luta pela afirmação do livro e da leitura, no combate à iliteracia e à ignorância, na defesa de uma edição de livros que seja claramente incentivada e apoiada, no avanço de uma rede de leitura pública dinâmica e voltada para a atracção de leitores e fruidores das bibliotecas e de novos criadores. O que propomos é que as escolas, todas as escolas do país, possam ter condições de participar activamente na vida literária e artística que é a nossa, de terem bibliotecas e encontros de trabalho com os escritores e de defenderem e impulsionarem o conhecimento e a prática viva e criadora da língua portuguesa.

O que propomos, no Sector Intelectual de Lisboa, é que lutemos por uma comunicação social séria e digna, que não manipule, não favoreça nem desfavoreça, que não persiga nem ignore, tantas vezes por critérios políticos, os que escrevem, os que criam e fazem teatro, cinema, música, dança, artes plásticas, os que defendem e dão fulgor e projecção ao nosso património.

O que nós procuramos, com o nosso trabalho e criatividade, é que tenhamos no Partido a amizade, o companheirismo, o lugar de iguais entre iguais que foi sempre o nosso.

Os intelectuais portugueses foram e continuam a ser perseguidos, tal como são namorados, pretendidos e, lá no fundo, desprezados por quem apenas os pretende utilizar em campanhas eleitorais e depois se esquece de que trabalham, que criam e querem ver teatros a funcionar, orquestras onde os músicos portugueses não continuem a estar em vias de extinção, que querem uma literatura conhecida, criticada, amada e lida por todos, uma comunicação social que não seja destruidora de identidades nem deseducadora, uma arte e um património vivos e actantes na nossa memória e no nosso quotidiano.

O que pretendemos, tão-só, é um país solidário, culto e independente, com trabalho, com indústria, pesca e agricultura, com as pessoas a intervirem e a mudarem o que é preciso mudar e transformar. É propor muito? Pois é. Pelos vistos, é propor o que não nos querem deixar alcançar, a todos os que trabalham e amam o país em que nasceram.

Então, é preciso lutar. Lutemos, e que o Partido Comunista Português continue a ser o instrumento e o companheiro de trabalho,

de reivindicação, de organização e de empenhamento no futuro. Foi sempre isso o que o Partido significou e significa, para os trabalhadores, para os operários das fábricas e dos campos, para os pescadores, para os sectores dos serviços e da administração pública, para tantas camadas de agricultores, de industriais e comerciantes. É isso, também, o que significa para nós, os intelectuais: o Partido que melhor e mais criticamente sabe avaliar e amar o nosso trabalho, nas artes e nas letras, no ensino, na saúde, na ciência, na comunicação social, nas áreas do património cultural e natural, em todos os sectores em que trabalhamos e criamos.

Depois do Congresso, aqui estamos, os intelectuais comunistas, abertos à análise e à participação activa na luta por uma alternativa democrática que seja mobilizadora, para que haja uma nova esperança neste país tão maltratado e destruído pelo PS e seu governo, um governo cada vez mais autista, ultrapassado e escravo do poder económico e desse novo e brutal totalitarismo a que chamam globalização.

O que interessa é que sejamos todos capazes de prosseguir e desenvolver essa aliança entre a classe operária e os intelectuais, no sentido mais nobre que sempre o Partido lhe soube dar: o do encontro de forças, de trabalho, de inteligência, de criatividade e de coragem, para inovar, para mudar e para transformar o País, que é para isso que aqui estamos e estaremos, unidos no sonho e conscientes das reais dificuldades do quotidiano.

Que todos sejamos capazes, hoje como ontem, de entender e aprofundar a amizade e a camaradagem como elos indestrutíveis daqueles que estão vivos e participantes, na unidade agora ainda mais necessária, na diferença que procura encontrar o melhor caminho, na diversidade que não pode nem deve ser adversidade. Nós, os intelectuais comunistas, temos cada vez mais condições e maior urgência em caminharmos juntos e fraternos, lado a lado com todos os trabalhadores, com os operários e com os intelectuais deste país, rumo ao que será novo, ao que precisamos de criar e inventar para transformar decisivamente a vida e o mundo.

Agora, o que fica para fazer, em relação ao Sector Intelectual de Lisboa, deverá ser feito em colectivo, no cumprimento do que foi aprovado no Congresso. Tudo faremos para que a aliança entre a classe operária e os intelectuais não seja ignorada nem traída, caminhando em frente com todos vós, na luta pela liberdade, pelo fim da exploração do homem pelo homem e pelo socialismo.

As mulheres na sociedade portuguesa

• Maria Alberto Branco

Asociedade portuguesa tem atravessado ao longo das últimas décadas uma alteração profunda no que diz respeito à participação das mulheres na economia. A integração das mulheres na economia formal tem sido feita, no entanto, de forma discriminatória e sem que se reflita ao nível da sua participação cívica - associativa, sindical, política.

Efectivamente, as mulheres correspondiam, em 1997, a cerca de metade da população portuguesa (52,3%)⁽¹⁾. Cerca de 43%⁽²⁾ destas encontravam-se activas, correspondendo a cerca de 46% da população activa total. Esta participação representou um crescimento de cerca de 5% relativamente ao número de mulheres activas em 1992.

Entre as mulheres activas cerca de 8% encontrava-se desempregada em 1997⁽³⁾, correspondendo a cerca de metade da população desem-



pregada total, e os restantes 92% encontravam-se empregadas correspondendo a cerca de 46% da população total empregada em 1997.

Sectorialmente, as mulheres correspondiam à grande maioria dos trabalhadores em alguns sectores, nomeadamente na confecção de outros artigos e acessórios de vestuário (89%)⁽⁴⁾, na acção social (89%)⁽⁵⁾, no comércio a retalho em estabelecimentos n.e. (68%)⁽⁶⁾, no comércio a retalho de outros produtos novos em estabelecimentos especializados (54%)⁽⁷⁾, nos restaurantes (53%)⁽⁸⁾, nos estabelecimentos hoteleiros (54%)⁽⁹⁾... As mulheres correspondem ainda a cerca de 60%⁽¹⁰⁾ dos trabalhadores da Administração Central.

As mulheres constituem, assim, uma parte importante dos trabalhadores portugueses, com um peso fundamental em alguns sectores de actividade. Esta importância sectorial das mulheres configura uma situação de concentração do emprego feminino que o torna mais vulnerável a crises sectoriais, o que aliás se evidenciou com a crise do sector têxtil. Esta situação configura também um quadro de segregação em que se confina o emprego da força de trabalho feminina a um conjunto de actividades que mais não são que a extensão das actividades desenvolvidas pelas mulheres no quadro da família, apesar do conhecido aumento da importância das mulheres ao nível das profissões científicas e intelectuais, muito por força da importância, que ainda prevalece, das mulheres no ensino e na saúde, mais uma vez uma extensão das actividades da mulher no espaço doméstico.

Identificar os problemas para encontrar as soluções

Para além desta situação de discriminação, as mulheres são também maioritárias ao nível do desemprego, particularmente entre os desempregados à procura de primeiro emprego; representavam, em 1999, cerca de 77% do emprego a tempo parcial⁽¹¹⁾; recebiam em média 70% do salário dos homens.

A estas situações de discriminação importa acrescentar que cabe, ainda, fundamentalmente às mulheres o essencial do trabalho e gestão domésticos e da educação e cuidados com os filhos. De acordo com artigo publicado no DN de Março de 1999⁽¹²⁾, 60% das mulheres afirmavam que os afazeres domésticos (cuidados com os filhos) as absorvem mais de 28 horas semanais, em contraste com 75% dos homens que gastariam menos de 14 horas semanais.

A esta importância económica, à situação desfavorável em termos de «mercado de trabalho» e à sobrecarga de trabalho diário decorrente da divisão social do trabalho no seio da família, seria expectável que as mulheres desempenhassem um papel senão mais activo, pelo menos semelhante ao nível da actividade cívica, nomeadamente sindical e política. Quem, mais do que as mulheres, neste quadro, é o principal interessado pelo desenvolvimento de infra-estruturas de apoio adequadas às suas necessidades? Quem, mais do que as mulheres, neste quadro, é o principal interessado pelo desenvolvimento de infra-estruturas de transporte que diminuam o tempo de deslocação casa/ trabalho? Quem, mais do que as mulheres, neste quadro, é o principal interessado pela sua dignificação enquanto trabalhadora?

E, todavia, a participação sindical das mulheres, mesmo nos sindicatos dos sectores em que são maioritárias, não corresponde à sua importância ao nível do emprego naqueles sectores. Muito menos essa correspondência acontece ao nível das direcções sindicais (nos órgãos dirigentes nacionais da CGTP, as mulheres correspondem apenas a 17%).

E, todavia, as mulheres representaram, em 1997, apenas 23% dos candidatos às Câmaras Municipais e 23% dos candidatos às Assembleias Municipais. Apenas 8% dos eleitos autárquicos, em 1993, eram mulheres e destes 73% ao nível da freguesia (Juntas e Assembleias de Freguesia).

Esta situação levanta questões várias que importa colocar:

Qual a razão por que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se efectiva de forma diferente da dos homens?

Por que razão, sendo as mulheres as principais interessadas na resolução de alguns problemas quer ao nível do emprego quer ao nível infra-estrutural, dada a actual divisão do trabalho no seio da família, não assumem elas o protagonismo desta luta, assumindo uma posição mais activa, quer no plano das empresas quer ao nível local?

Por que razão a participação das mulheres nas organizações não tem tradução nos respectivos órgãos dirigentes?

Estas são questões a que importa responder para a construção das suas soluções.

Todavia, o seu reconhecimento constitui um ponto de partida essencial para o encontrar das soluções, quer ao nível da mobilização para a luta quer ao nível das soluções profundas.

(1) Inquérito ao Emprego, INE, 1997

(2) Idem

(3) Idem

(4) Quadros de Pessoal, DEFP, 1997

(5) Quadros de Pessoal, DEFP, 1997

(6) Quadros de Pessoal, DEFP, 1997

(7) Quadros de Pessoal, DEFP, 1997

(8) Quadros de Pessoal, DEFP, 1997

(9) Quadros de Pessoal, DEFP, 1997

(10) Administração Pública em Números, 1999

(11) INE, 1999

(12) Diário de Notícias, 8 Março, 1999

Comunicação

• Francisco Silva

Através de mãos amigas me vão chegando à caixa do e-mail as notícias e as informações. Digo mãos amigas porque são elas que dedilham o teclado para encaminhar aquilo de que preciso, mesmo sem o solicitar. E, ultimamente, o que me tem chegado é sobre o in-famoso, ou infame, urânio empobrecido.

Infame porque os poderes deste mundo assim o quiseram. E o que recebo através da net nada tem a ver com os emburalhamentos politicamente correctos nem com bocas p'ró pós-moderno.

Primeiro, o colunista EPC do «Público», a 9 de Fevereiro. Recebo o que leio e, em súmula, escrevo a propósito da sua prosa sobre um debate acerca da polémica do urânio empobrecido: tudo é complexo, mas há os de sempre a dizer que já sabiam tudo. E não nos avisaram. Continue-se com o Primeiro-Ministro (mais ou menos assim, o que ouvi):

(a) Confiámos e agora desconfiamos, por isso enviámos os nossos cientistas (afinal o ITN vai servir para alguma



coisa, e que tal se o levassem a sério? - e levar a sério tem a ver com recursos, não é?) para ver como é (e o testar dos objectos suspeitos de contaminação e não só os locais de onde já foram removidos?); e (b) somos um pequeno país e já somos os mais avançados em medidas, agora que passámos a ter razões para suspeitar (no Financial Times do dia seguinte, 9 de Fevereiro são mencionados diversos governos, mas não consegui lobrugar a citação do nosso, quanto mais o exemplo que estaríamos a dar ao Mundo.).

Todos. Uns «ingénuos» antes de saber, como o Primeiro-Ministro, e depois muito atentos e eficazes - o País mais avançado e eficaz nas medidas tomadas de imediato (tanto a «ingenuidade» como a eficácia, coerentes com a forma capaz - potenciada pelos seus estudos no IST - como defendeu igualmente, on the spot, os nossos interesses na cimeira de Nice). Ou, então, vergados, como EPC, sob o peso da complexidade de um conhecimento que nunca permite que conheçamos nada. O que é verdade aqui, já não o é acolá. Temos de ir estudar melhor!

A propósito do urânio empobrecido

Bagatelas

E, no entanto, o Primeiro-Ministro admitiu que a NATO já tinha informado o Governo de Portugal em 1999. Mas não sabia nada, ou esqueceu-se do que se passou e passa devido ao uso de tais munições no Iraque, durante a chamada Guerra do Golfo? - os seus efeitos de toxicidade química e os de radioactividade.

Quanto a esta, lembro-me das declarações prestadas, em 1982, pelo almirante Rickover, pai do programa dos submarinos nucleares dos EUA, no seu discurso de despedida na altura da sua reforma, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada no «Legislativo» dos EUA. Disse ele ter o apuramento da Vida na Terra sido possibilitado quando o nível de radiações diminuiu abaixo de um certo limiar e ter a Humanidade, a partir da altura em que passou a utilizar a radioactividade, desencadeado um processo de aumento do nível de radiações. Concluiu ser de acreditar que, deste modo, a espécie humana está a trabalhar para o seu próprio aniquilamento e, por isso, ser inclusivamente mais importante controlar e procurar eliminar este fenómeno horrível do que utilizar o conhecimento científico respectivo, quer para fins médicos ou de produção de energia. Vejam só como Rickover, ao ver o fim da vida aproximar-se, tendo convivido com a tecnologia nuclear, reagiu!

Mas tudo isto são bagatelas para os líderes da NATO e dos seus governos! O problema poderá ser os efeitos políticos nos seus próprios países. Por isso andam todos tão preocupados. Os povos do Iraque e dos Balcãs, parece não lhes pesarem na consciência.

A Ciência e as suas aplicações são um assunto de todos, vai-se repetindo, mas vamos tendo dificuldade em assumi-lo. Experimentemos agora, todos em conjunto, até para não nos deixarmos alastrar num processo de cumplicidade, nós, em particular os povos dos países da NATO, lutar contra uma barbárie que transbordou para um novo milénio cheio de votos hipócritas.

Então, vejamos.

Os governos, pois claro, são responsáveis. Eles, já há anos, há muitos anos, que sabem do que a casa gasta. Eles são os próprios a decretar o que a casa deve gastar, não é? Mas também os altos funcionários e comandos da NATO o são - ou preferem dizer que só fazem o que lhes mandam? Mata, e eu mato. Deita-te a um poço, e eu, zás.

Apurados os responsáveis, porque sabem e mandam, por que não exigem os povos, como já tem sido proposto, que aqueles sejam julgados como responsáveis por crimes - por crimes com impacto para hoje e a prazo - contra a Humanidade? Isto, claro, para além do banimento das armas que usam munições de urânio empobrecido.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Poemas das horas vagas

I
Da minha janela à tua
vai um salto de coragem
ai meu amor, como às vezes
demora tanto a viagem!

II
Quem só vê
o que há hoje
é quase cego.

Quem só sabe
o que é hoje
morre cedo.

Alto passam as aves
lentas, confiantes, graves.

III
Da minha janela à tua
vai um desenho infantil
com uma bola de sol
a saltar nas mãos de Abril.

IV
Esfarelo nas mãos
a terra seca.

Olho o rio. Não passa
de um pássaro ferido.

Caem podres as maçãs
que nunca foram estrelas.

As manhãs? As manhãs
ah, essas aí estão. Há que entendê-las.

V
Da minha janela à tua
vai um salto sobre as casas.
Amar é a gente saber
que nasceu para ter asas.

VI
Puseste as mãos.
Oraste.
Pediste.

Nicles, foi o resultado
ou coisa que o valha.

Claro, pá. Se tens mãos,
não peças: trabalha.

VII
Portugal. As três sílabas
que não são de plástico.

Três pétalas tingidas
de sangue, de luar
de distâncias a esmo.

Búzio. Com outro mar
que seja outra vez ele mesmo.

VIII
O deserto era certo.
Certo, o sol sem recato.
O cacto lutou com o deserto.
Venceu o cacto.

O cacto inventou espinhos
para respirar devagar
guardou orvalho nos bolsos
para de dia brincar.

Tormento certo
certo, o sol, sem recato.
O cacto lutou com o deserto.
Venceu o cacto.

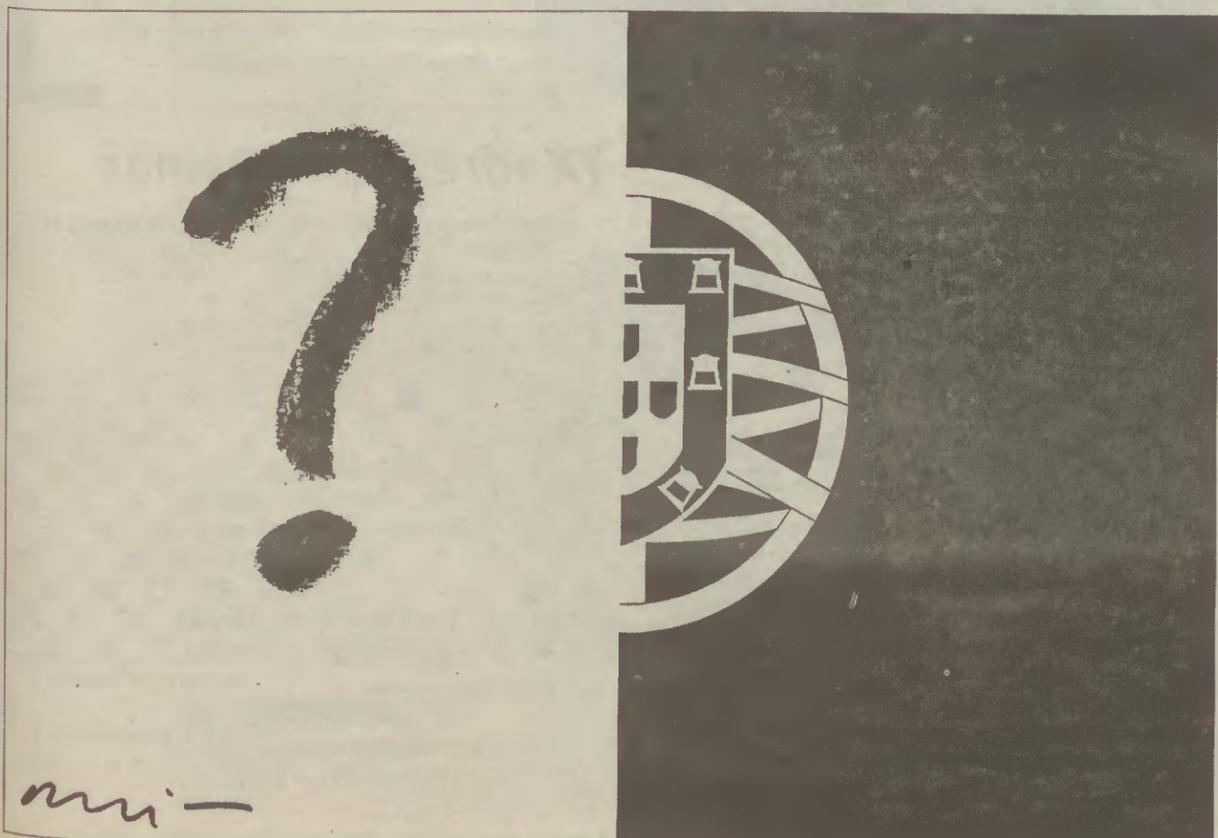
O cacto no remanso
do seu passinho quieto
burrinho manso
menino esperto.

Esperto
certo
senhor de si.
queima o deserto?

O cacto ri.

Cartoon

• Monginho

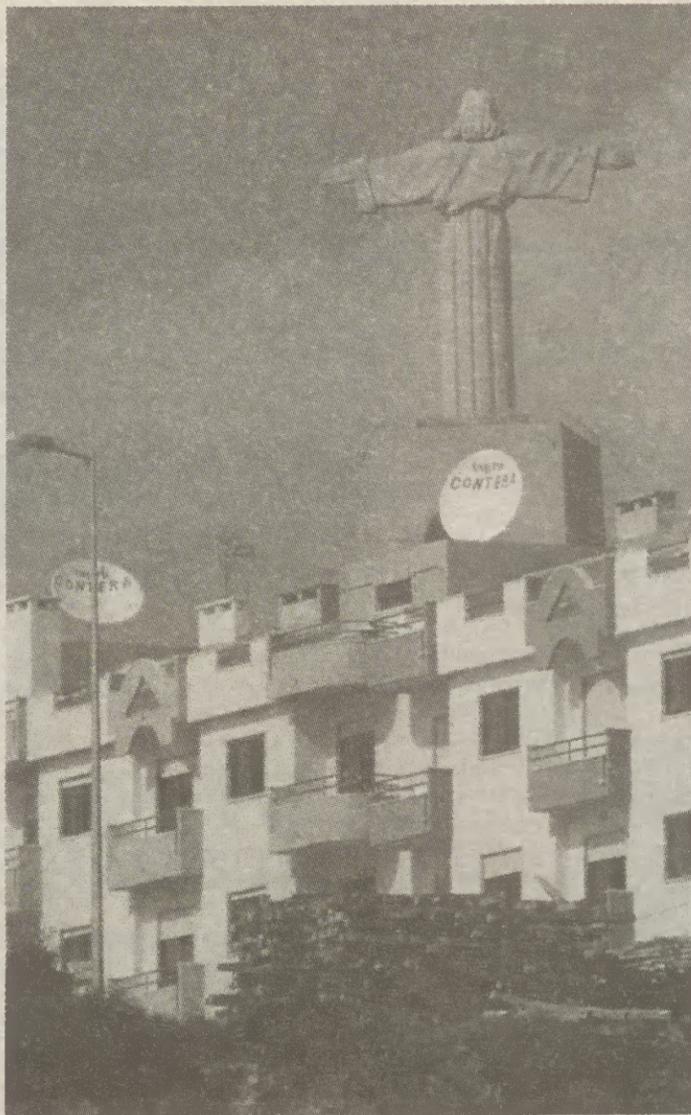


Religiões

• Jorge Messias

A crise global do capitalismo não pode ser ocultada. Económica e financeira, é também crise social, cultural, moral, de autoridade, crise das instituições. A igreja católica oficial, o Vaticano, como grande corpo organizado intimamente ligado ao capital, reflecte, necessariamente, essa crise. É a sua hierarquia encara o que vai acontecendo no mundo - miséria, alienação, exploração, abusos do poder, escândalos e conflitos - conformando-se com o que vê e fechando os olhos quando terríveis crimes impavidamente são cometidos. É uma atitude *conformista*, adequada às regras das grandes operações de lucro em que, de resto, o Vaticano profundamente se envolve.

Mas a igreja católica oficial, o Vaticano, também afirma liderar todo o mundo cristão, onde exploradores e explorados habitam lado a lado. Por isso mesmo, a hierarquia religiosa sente-se obrigada - por força da sua afirmação espiritual - a propor, sem muito insistir diga-se de passagem, grandes projectos alternativos ao sistema capitalista no seu estádio superior. Aquilo que designa como uma *nova ordem*. Nesse sentido, a cúria apresenta-se aos homens como *inconformista* e arauto de projectos de acção tendentes a fixar, no mundo



Os (in)conformistas

moderno, regras e comportamentos cristãos. Simultaneamente *conformista* (quanto ao sistema capitalista) e *inconformista* (face aos métodos do sistema), o governo da igreja mergulha em profundas contradições.

Há dias, por exemplo, o arcebispo John Foley esteve em Lisboa. Foley é influente membro da cúria e presidente do Conselho Pontifício das Comunicações Sociais. Personalidade altamente responsável. Nas entrevistas, às perguntas respondeu: «A comunicação social pode ajudar ou obstruir o trabalho da Igreja... através da Internet e outras técnicas modernas, tentamos estar em contacto com todos... Penso que o maior problema de comunicação da igreja com o exterior diz respeito às distrações... Como é que a voz da religião e as palavras de Cristo vão ser ouvidas?... Para a Igreja é a Verdade que nos torna livres!» Não explicou, o arcebispo, que a verdade é a igreja que a proclama. A Verdade é o Dogma mais os interesses próprios do Vaticano. E, quando questionado no sentido das diferentes imoralidades da programação da TV, John Foley replicou: «Muitas coisas são necessárias... Para protegerem os cidadãos, os governos têm o direito de exigir certos limites... Em relação ao *Big Brother*, um programa tão em moda na Europa, nunca o vi, só li a seu respeito relatórios, comentários... É um *faz-de-conta*...»

Fuga para a frente, fuga para trás, John Foley não se pronuncia. Evade-se. Entretanto, noutras entrevistas quase que simultaneamente publicadas, o Patriarca de Lisboa abordou a problemática da comunicação católica.

«Já quase nos fomos convencendo de que não é possível conquistar o poder que a comunicação social representa.»

Patente contradição. Leigo católico e comentador, o insuspeito António Barreto declararia logo a seguir: «Ou a Igreja se adapta para não morrer ou se adapta e pode morrer, porque pode perder a sua essência...»

Vitor Melícias, a quem, absurdamente, se poderia chamar *ideólogo tecnocrata*, falava entretanto para dentro do mundo político português, em linguagem bíblica: «Um reino dividido contra si mesmo é um reino destruído... é dividir para reinar... sempre fui e sou defensor da alternância, mas não considero que a esta se deva recorrer pela simples sofreguidão de alternativas que, porventura, **ainda não existem ou não estão ainda maduras!**» Palavras que permitem adivinhar ideias de futura ocupação do poder político pelo poder puramente eclesiástico.

Os jogos verbais *conformismo/inconformismo* ultrapassam, evidentemente, as áreas religiosas. Vamos, mesmo, encontrá-los em terrenos que nos são familiares. Tal como acontece com a cúria católica, também estratos responsáveis de movimentos laicos evidenciam os danos que resultam das suas dúvidas pessoais. Procuram, para formularem as suas próprias convicções, uma nova linguagem, um sistema alternativo, um novo impulso. E não percebem, ofuscados pelo brilho da sua imagem virtual, que se afastam irremediavelmente da única força que os sustenta e justifica: as bases das suas igrejas, dos seus movimentos, dos seus partidos de massas.

Pontos Cardeais

«Portadas»

Foi no mínimo surpreendente a «saída» de Paulo Portas na noite das eleições. Mal tinham fechado as urnas e as primeiras projecções, já o frenético líder do PP anunciava «uma intervenção» para 20 minutos depois. E lá apareceu ele, naquele seu jeito entre o napoleónico e a *passerelle* de se fazer às câmaras, a fazer a sua declaração com toda a gravidade. E lá grave foi ele, ou pelo menos no que disse, ao quase exultar com o resultado desgraçado obtido pelo candidato da direita - o tal a quem Portas dera o seu voto pessoal «porque era capaz de precisar dele». E afirmou que «ele bem avisara», zurrindo de passagem a política e os políticos (como se ele não fosse político nem andasse na política) para deixar no ar a ideia de que o país estava urgentemente a precisar dele.

Por este andar, o país daqui a pouco já não pode é vê-lo, quanto mais ouvi-lo...

Alaska

Mal chegou à presidência dos EUA, George W. Bush mostrou logo ao que vinha ou, melhor dizendo, ao mando de quem se instalou na Casa Branca. E tratou de anunciar a sua intenção de patrocinar a exploração de petróleo no Alaska, apesar de o Alaska ser uma região ambientalmente protegida por convénios internacionais. E disse com todo o à-vontade que essa coisa do ambiente era muito importante, etc. e tal, mas a exploração do petróleo ainda o era mais.

Se juntarmos a isto a também já anunciada intenção de Bush em «desenterrar» o projecto da «guerra das estrelas» e o facto de ter colocado à frente da CIA um reacção fundamentalista, não se augura nada de

bom para o mundo, nos próximos tempos. Nem para os EUA.

Médicos

Apesar de continuarem na absurda recusa em relacionar as leucemias nos expedicionários dos Balcãs com os bombardeamentos norte-americanos com urânio empobrecido feitos maciçamente sobre estes territórios em nome da «ajuda humanitária», os 19 países da NATO já mandaram reunir à porta fechada o seu comité médico.

Não se sabe que conclusões vão dali sair. O que se sabe é que, substancialmente, este novo comité não passa de mais um expediente para adormecer a opinião pública. É que um comité médico, para tirar conclusões num gabinete, tem primeiro de ir ao terreno ver o que se passa.

O que, ao que se saiba, ainda não foi feito por parte da NATO, com este peso institucional de «comité de investigação»...

Recepções

Entretanto, o novo presidente da Jugoslávia, Vojislav Kostunica, eleito numa aliança eleitoral anti-Milosevic e pró-ocidental, afirmou agora que não irá receber a senhora Carla Del Ponte, procuradora do bizarro Tribunal Penal Internacional criado pelos senhores da NATO para julgar «crimes contra a humanidade» e que, nessa qualidade, pretende prender e julgar o ex-presidente Milosevic.

Será que, com esta recusa, o senhor Kostunica já denota ter percebido que, nessa coisa de julgamento internacional de «crimes contra a humanidade», os chefes da NATO que «salvaram» o seu país com contaminação atómica não devem ocupar o lugar de juizes... mas de réus?

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Movimento oscilatório de um corpo; lapidar. 2 - O m. q. alisado (vento); pavimento; salto brusco. 3 - Espécie de albufeira; exhibir com aparato; nome da letra l (pl.). 4 - Embaciado; espeznhar; letra do alfabeto grego, correspondente ao i. 5 - Suf. nom., de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência; contemplei; antes do meio-dia (abrev.); existir. 6 - Compaixão; dispendioso; levantar. 7 - Mesquinho; bebida alcoólica, proveniente da destilação do melão; prep. que indica várias relações, como companhia, modo, oposição, etc. 8 - Murro; esvaziar; luar. 9 - Dez vezes dez; deus egípcio; designa alternativa (conj.); misericordioso. 10 - Instrumento musical de sopro com palheta dupla feita de madeira de forma cónica, de doze a quinze chaves e timbre um pouco nasal; perspicaz; cada um dos lados da cara. 11 - Nome da letra grega que corresponde ao P latino; terra inculca para pasto; pátria (fig.). 12 - Amarra; ligar; antigo sacerdote da Gália e da Britânia. 13 - Apregoar ou vender em leilão; cirandar.

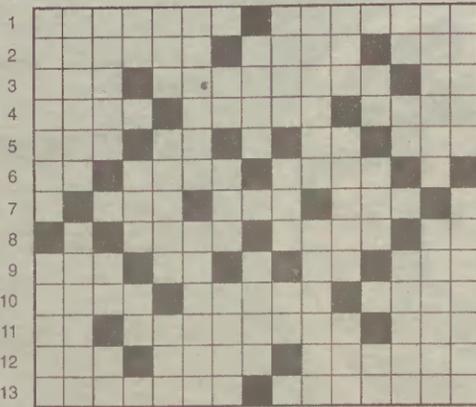
VERTICAIS: 1 - Que tem barba; diz-se de um suco, resinoso e aromático, que se extrai de algumas árvores leguminosas das regiões tropicais. 2 - O que contraiu aliança; dobra que se dá na extremidade de um prego para que não se solte da madeira. 3 - Feixe de palha em que se envolvem objectos frágeis para se não quebrarem com o transporte; pedra de amolar; gemido. 4 - Aquelas; pref. de origem latina, que exprime a ideia de aquele de, do lado de cá de, deste lado de; existes. 5 - Elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de novo; mérito; gavinha. 6 - Salivar; canela silvestre. 7 - A tua pessoa; declamo; desejar. 8 - Carrego; dar alarme (gir.). 9 - Delgada; patrão; atmosfera. 10 - Sideral; que se cozeu ou se deixou ferver. 11 - Filtra; bebida alcoólica que se extrai do fruto de massambala, planta originária de África, semelhante ao milho, depois de fermentado; unidade das medidas agrárias. 12 - Sorri; grande quantidade; designa dor (interj.). 13 - A tua pessoa; aqueles; dar balidos. 14 - Toquei apito; pancada com moça. 15 - Nivelar; indicar por meio de números.

9 - Final; amor; ar. 10 - Austral; cozido. 11 - Coar; macaco; arr. 12 - Ri; tor; rir. 13 - Tur; us; bali. 14 - Aplet; mocrada. 15 - Rasar; numerar.

VERTICAIS: 1 - Barbado; copal. 2 - Alado; rebite. 3 - Ligar; m. al. 4 - As; cis; es. 5 - Neo; valor; clo. 6 - Cuspit; casia. 7 - Ti; or; amar. 8 - Pes; ugar. com. 8 - Socor; oca; mu. 9 - Cem; Ra; ou; bom. 10 - Oboq; sagaz; fac. 11 - Pi; scemar; lar. 12 - Alar; hiar; hiar; druida. 13 - Leito; jostrar.

HORIZONTAIS: 1 - Balance; facelar. 2 - Abster; piso. 3 - Ra; ostent; is. 4 - Bago; pícar; tola. 5 - Adar; vi; ant; ser. 6 - Dg; caro; Alar. 7 - Vil; ruz; m.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

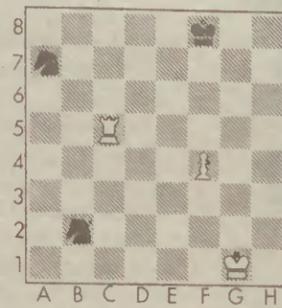


Xadrez

DCCLXXXIV - 18 DE JANEIRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X02

Por: Henri Rinck
«Revue suisse d'échecs», 1924

Pr.: [3]: Cs. a7. b2 - RB
Br.: [3]: Pf4 - Tç5 - Rg1



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO

1. Tç3, Cd1; 2. Td3, Cd2; 3. Tç3, Cç4 / [d1]; 4. Tç3+, Rf7; 5. Tç7+ e g.
1. Rç8 / e7; 2. Tç3 e g.

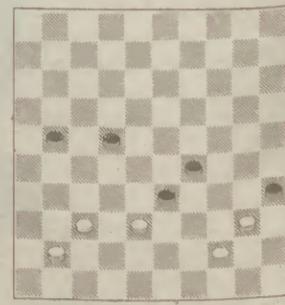
A. de M. M.

Damas

DCCLXXXIV - 18 DE JANEIRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D02

Por: A. Michels
NL., 1967

Pr.: [5]: 21-22-29-33-35
Br.: [5]: 37-38-40-41-44



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO

1. 44-39. (33x31); 2. 41-37. (35x33); 3. 37x39+

A. de M. M.

O Militante

Um forte Partido Comunista para o Séc. XXI

NESTE NÚMERO

O nascimento de Portugal

• Da concessão de um feudo à viabilização de um reino

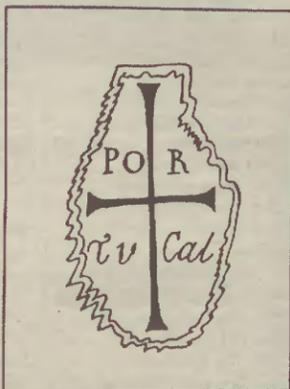
Janeiro/Fevereiro 2001 • Nº 250 • Preço 200\$00 (IVA incluído)

ABERTURA pág. 2

O XVI Congresso do PCP fortaleceu o Partido

ESPECIAL CONGRESSO pág. 4

- Um forte Partido Comunista para o século XXI
- Afirmamos e confirmamos a nossa identidade
- Saudação de Álvaro Cunhal
- Sobre o debate das Teses no Partido



- A organização partidária e o reforço do Partido
- O movimento operário sindical e as lutas de massas
- Depoimentos
- Delegações estrangeiras presentes no XVI Congresso

CULTURA pág. 30

O Orçamento de Estado para 2001 e o Património Cultural



JUVENTUDE pág. 33

Uma história de heroísmo e dedicação

INTERNACIONAL pág. 36

Okinawa: retrato do mundo

II MILENIO pág. 39

O nascimento de Portugal

SOCIAL pág. 49

Alguns aspectos da comunicação social dominante

OFERTA DE LIVROS pág. 53

Tudo o Que Temos Cá Dentro

AFORISMOS pág. 55

Máximas e reflexões

Plenários de militantes

Algueirão

Plenário de militantes de Algueirão, com a participação da camarada **Deolinda Santos**: sexta-feira, 19, às 21h30, no Centro de Trabalho.

Casal de Cambra

Plenário de militantes da organização local: sexta-feira, 19, às 21h30, em casa do camarada Garcia.

Sintra

Reunião da Comissão Concelhia: **hoje**, dia 18, às 21h30, no Centro de Trabalho do Cacém.

Vila Franca de Xira

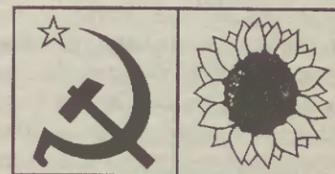
Plenário Concelhio de Quadros: sexta-feira, 19, às 21h30, no Centro de Trabalho de Alverca.

Reformados Bancários da ORL

Está marcada para **quinta-feira, 25** – às 14h30 no Centro de Trabalho Vitória – uma reunião dos camaradas Bancários Reformados.

Debate em Benfica

No Centro de Trabalho de Benfica realiza-se no próxima dia 26, sexta-feira, às 21h30, um debate com **Urbano Tavares Rodrigues**



CDU FAFE

Por iniciativa da Coordenadora Concelhia da CDU, realiza-se no próximo dia 21, domingo, a partir das 9h30 e no Centro de Trabalho do PCP, um Encontro Concelhio para análise da situação política local e discussão do trabalho relacionado com as próximas eleições autárquicas.

Associação de Amizade PORTUGAL-CUBA

7 de Fevereiro, às 20h

Jantar comemorativo do triunfo da revolução cubana, com a presença do embaixador **Sr. Reinaldo Calbiac**

Participação de **Manuel Freire**

Reservas:

213857305 – Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c LISBOA

ATVer

Richard Dreyfuss (fotografia de «Encontros Imediatos do 3.º Grau»)

Peter Falk



Companheiros de Quarto

(Sábado, 17.00, RTP1)

Peter Yates, um inglês radicado nos Estados Unidos nos anos 60, não é um grande nome mas é para muitos um grande cineasta. Conhecido sobretudo pelos seus filmes de acção – e quem o recorda, recorda em primeiro lugar «Bullitt», de que aqui se falou há pouco tempo –, a sua carreira tem percorrido quase todos os géneros, mas considera-se no geral que são as histórias intimistas, geradas em conflitos sociais e afectivos, repassadas de humanismo e alguma ingenuidade, aquelas que melhor lhe saem. Será o caso deste «Companheiros de Quarto», uma história de um velho que adopta o neto de seis anos, órfão, o que vai moldar a vida deste mas também prolongar e dar mais força à vida do avô. O elenco é alician-te – com Peter Falk no principal papel e ainda D.B. Sweeney e Ellen Burstyn, entre outros.



Delmer Daves (à direita)

Hackers – Piratas Cibernéticos

(Sábado, 01.45, RTP1)

Muito na moda, estas piratarías cibernéticas! Mas como é um mundo novo e tão falado, a nossa curiosidade não lhes resiste. Mesmo quando, como neste caso, se anuncia «um thriller de atmosfera adolescente», atmosfera que nem os adolescente costuma seduzir... Como sempre, a história aparece ancorada na «vida real», no caso a de um jovem que em 1988 entrou em cerca de 1500 computadores de Wall Street e lançou o caos financeiro no mundo. Condenado e cumprida a prisão, está «recuperado» mas conserva o bichinho. De modo que regressa à sua condição de «hacker» agora ao serviços «dos bons» para combater um outro «hacker» que anda a desviar milhões em seu proveito... Em vez de murros, um duelo de comandos on-line...

O Rio

(Terça, 02.40, RTP1)

É mais uma vez de não desprezar a oportunidade de conhecer mais um exemplo das cinematografias asiáticas (que, lembremo-nos, detêm uma quota altíssima na produção mundial). Temos hoje o caso de «O Rio», um drama premiado no Festival de Berlim de 1997, da autoria de Tsai Ming-Lian, um realizador de Taiwan. Segundo a sinopse da RTP, trata-se de «uma complexa metáfora sobre a actual sociedade de Taiwan, centrada numa família em desagregação: a mãe que se entrega a um amante de ocasião, o pai a uma homossexualidade irresistível e o filho a uma desesperante doença que evolui implacavelmente como a corrente de um rio» – o que parece (e é sempre) redutor dos dramas e «climas» reais a que tais filmes nos transportam.

O Prisioneiro do Passado

(Terça, 24.00, RTP2)

«O Prisioneiro do Passado» é mais um fabuloso exemplar do filme negro norte-americano e dos

melhores realizados por Delmer Daves, um destacado cineasta deste período (anos 40), conhecido sobretudo pelos seus westerns. Uma das maiores qualidades do filme encontram-na ao nível da escrita do argumento (de que o realizador foi notável especialista) adaptado a partir de uma história de David Goodies: um prisioneiro inocente, condenado à morte pelo alegado assassinio da sua mulher, foge da prisão e refugia-se junto de outra mulher que acredita na sua inocência. Submetendo-se a uma operação cirúrgica para transformar o rosto, o nosso homem consegue por fim levar a bom termo o seu objectivo – a descoberta do autor do crime. Para além do tenso desenvolvimento da intriga, o filme oferece a oportunidade de ver como um outro realizador tira partido desse par glorioso do cinema, Humphrey Bogart/Lauren Bacall. Os primeiros vinte minutos do filme são a outro título de antologia: totalmente rodados em câmara subjectiva – um processo dramaturgico de que o realizador se serve para nunca vermos o rosto de Bogart durante a fuga. Por variadas razões, a não perder!

Encontros Imediatos do 3.º Grau

(Domingo, 01.00, TVI)

Steven Spielberg era quase um veterano – tinha 30 anos e 17 de cinema... – quando surpreendeu os cinéfilos com a primeira versão de «Encontros Imediatos», em 1977. «O Tubarão», de dois anos antes, já fora um sucesso de público mas não dava ainda para que se levasse o autor muito a sério, e se no seu palmarés Spielberg já tinha algumas pequenas obras-primas (é o caso de Duel, feito para a televisão, a história de um automobilista solitário, Dennis Hopper, perseguido por um camião assassino, lembram-se?), via não tinham cá chegado.



Numa das habituais alterações de última hora, a RTP2 agendou para domingo a transmissão de «Hiroshima, Meu Amor», obra-prima de Alain Resnais (às 00.15)

«Encontro Imediatos», nessa primeira versão e ainda mais explicitamente numa terceira, de 1980 (previsivelmente a que hoje veremos, e que incorpora cenas novas especialmente filmadas – designadamente a da «nossa» entrada, no fim, na nave vinda de outro mundo) anuncia brilhantemente o cinema posterior de Spielberg. O seu inegável talento, a originalidade de (algumas) ideias, a mestria técnica e o suporte industrial competentíssimo de que se socorre – tudo ao serviço da «máquina de sonhos», inabalavelmente «humanista» mesmo quando envolve seres de outras galáxias (embora com frequência demagógico até dizer chega!). «Encontros Imediatos» é mais um filme encantatório, daqueles que, quando já se viu, se quer ver de novo – e numa sala de cinema das que quase já não há, grandes e negras, sem cochichos nem pipocas...

Quinta, 18

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra-Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.40 O Café da Esquina
22.30 Grande Entrevista
23.40 24 Horas
00.10 Turnos de Risco
01.10 «Terror no Centro Comercial» (Telefilme)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Vila Faia
14.00 Gente Remota
14.50 Zapping
15.50 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.25 África de Baixo Acima
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Saudades do Futuro
00.30 «A Flor do Meu Segredo» de Pedro Almodovar, Esp.-Fr./1995, com Marisa Paredes, Juan Echanove, Imanol Arias. Comédia
01.45 Gente Remota
02.50 Mares das Índias



«Livres e Iguais» de Paula Moura Pinheiro sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem



«Jardins Proibidos»

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.00 Laços de Família
23.00 Jogo Limpo
01.30 Último Jornal
02.00 «Amor Atribulado» (de Robert Greenwald, EUA/1997, com Salma Hayek, Russell Crowe. Comédia)

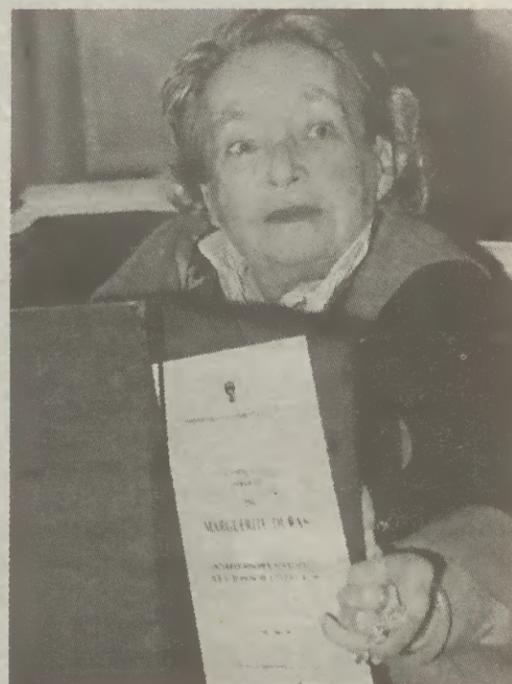
▼ TVI

12.15 «Big Estrelas»
13.00 TVI Jornal
14.00 «Big Estrelas»
14.45 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
19.30 «Big Estrelas»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 «Big Estrelas»
23.10 Longa Metragem (Érotico)
01.10 Última Edição
02.00 «Esboço de um Crime» (de P. Papamichael, EUA/1992, com Jeff Fahey, Sean Young, Drew Barrymore. Policial)
02.40 Os Segredos de Verónica
04.00 Seinfeld

Sexta, 19

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra-Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.30 Festival da Canção (4.ª Eliminatória)
23.00 Alves dos Reis
24.00 24 Horas
00.30 Big Bang
01.30 «Trainspotting»



Marguerite Duras no «Artes e Letras» da RTP2 desta semana

(de Dsanny Boyle, G.Bret./1995, com Ewen McGregor, Ewem Bremner. Comédia)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Vila Faia
14.00 Mares das Índias
14.50 Eugénio de Andrade (Documentário)
15.50 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 África de Baixo Acima
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 A Densa do Rio Africano
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 A Outra Face da Lua
00.30 «O Livro de Cabeceira» (Longa Metragem)

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.00 Laços de Família
23.00 Jogo Limpo
01.30 Último Jornal
02.00 «Amor Atribulado» (de Robert Greenwald, EUA/1997, com Salma Hayek, Russell Crowe. Comédia)

▼ TVI

12.15 «Big Estrelas»
13.00 TVI Jornal
14.00 «Big Estrelas»
14.45 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
19.30 «Big Estrelas»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 «Big Estrelas»
23.10 Longa Metragem (Érotico)
01.10 Última Edição
02.00 «Esboço de um Crime» (de P. Papamichael, EUA/1992, com Jeff Fahey, Sean Young, Drew Barrymore. Policial)
02.40 Os Segredos de Verónica
04.00 Seinfeld

Sábado, 20

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Sete em Miami
15.50 Felicity
17.00 O Lago Mais Fundo do Mundo
18.00 «Companheiros de Quarto» (de Peter Yates, EUA/1994, com Peter Falk, D.B. Sweeney, Julianne Moore, Ellen Burstyn. Ver Destaque)
20.00 Telejornal
21.40 Sábado à Noite
23.50 Lei Marcial
00.40 24 Horas
01.00 Máquinas
01.45 «Hackers – Piratas Cibernéticos» (de Iain Softley, EUA/1995, com Johnny Lee Miller, Angelina Jolie, Fishers Stevens. Ver Destaque)



▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «Viva Zapata» (de Elia Kazan, EUA/1952, com Marlon Brando, Jean Peters, Anthony Quinn. Drama)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Jornal África
22.00 Dos EUA – Tomada de Posse de G. Bush
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Brit Com («Liga de Cavaleiros», «Chambers», «Many Splintered Things»)
01.30 «Epidemia» (Fantástico)
03.10 Prazeres

▼ SIC

07.30 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Os baby-Sitters» (de John Paragon, EUA/1994, com Peter Paul, David Paul. Comédia)
16.00 «Força Delta 2 – Operação Estrangulamento» (de Norris. EUA/1990, com Chuck Norris. Acção)
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.50 Cuidado com as Aparências
23.50 Herman Sic
01.20 Último Jornal

▼ TVI

12.15 «Big Estrelas»
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra-Ataque
14.30 «Big Estrelas»
15.30 Caras Lindas
17.00 «Virus Terminal» (de William R. Greenblatt, EUA/1998, com Esai Morales, James Marshall. Terror)
19.30 «Big Estrelas»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 «Big Estrelas»
23.00 Bora Lá Marina
23.40 112
00.20 Lux
01.10 «Milagre na Floresta» (de Arthur Seidelman, EUA/1997, com Meredith Baxter, Della Reese, Patricia Heaton. Drama)
03.10 Caça de Morte (de Clay Borris, EUA/1998, com Greg Evigan. Drama)

Domingo, 21

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Providence
16.15 Casa da Saudade
16.15 «George, o Rei da Selva» (Aventuras)
18.15 Agora É que São Eles
20.00 Telejornal
21.00 Futebol - Farense-Sporting
23.00 A Vida como Ela É
24.00 Domingo Desportivo
01.30 24 Horas
01.45 «O Ciclone» (de Leonardo Pieraccioni, Fr./1987, com Leonardo Pieraccioni. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews

Segunda, 22

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra-Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.40 Volfrâmio - A Febre do Ouro Negro (2)
22.40 Jogo Falado
00.30 24 Horas
01.00 «Bem vindo a Sarajevo» (de Michael

Terça, 23

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra-Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Portugal-Marrocos
23.00 Quem Quer Ser Milionário?
23.35 Patilhas e Ventoinha
00.25 João Nicolau Breyner
01.55 24 Horas
03.00 «O Rio» (de Tsai Ming-Liang, Taiwan/1996, com Lee Kang-Sheng, Miao Tien, Lu Hsiao-Ling. *Ver Destaque*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Vila Faia
13.50 Gente Remota
14.50 A Outra Face da Lua
15.50 Euronews
17.30 Desporto (Andebol)
19.10 Informação Religiosa
19.40 Cidade Louca
20.10 Viver no Campo
20.40 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
24.00 «O Prisioneiro do Passado» (de Delmer Daves, EUA/1947, com Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Agnes Moorehead *Ver Destaque*)
01.50 Rotações

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
21.00 Malucos do Riso
21.30 Febre do Dinheiro
22.00 Laços de Família
23.00 «Aquele que Eu Quero» (de Edward Burns, 1996, com Edward Burns, Jennifer Aniston, Cameron Diaz. *Comédia*)
02.00 Sai de Baixo
02.45 Último Jornal
03.15 Toda a Verdade

▼ TVI

11.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.20 Big Brother
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
21.10 Big Brother
23.10 «Vulcão» (de Mick Jackson, EUA/1997, com Tommy Lee Jones, Gaby Hoffman. *Aventura*)
00.10 Ally McBeal
01.30 Última Edição
03.00 Seinfeld

Quarta, 24

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra-Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.40 «Os Reis do Submundo» (de Bill Duke, EUA/1997, com Lawrence Fishburn, Tim Ruth, Andy Garcia *Policia*)
24.00 24 Horas
00.30 Turnos de Risco
01.30 «Um Herói Muito Discreto» (de Jacques Audiard, Fr./1995, com Mathieu Kassovitz, Anouk Grindberg. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Horizontes da Memória
12.30 Onda Curta
13.00 O triunfo dos Porcos
14.00 Gente Remota
15.00 Travessa do



Cotovelo

16.00 Euronews
17.25 Desporto (Andebol)
19.10 Informação Religiosa
19.40 Cidade Louca
20.10 Viver no Campo
21.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Uma Pistola

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Fura-Vidas
22.00 Laços de Família
23.00 A Febre do Dinheiro
24.00 Último Jornal

▼ TVI

11.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.20 Big Brother
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 Big Brother
23.10 Tic Tac Milionário
01.00 Última Edição
01.50 «Ao Encontro da Guerra e do Amor» (de Peter Hyames, EUA/1979, com Lesley-Anne Down, Christopher Plummer. *Thriller*)
04.40 Os Segredos de Verónica

Nota:

A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

A candidata derrotada

Do que vi e ouvi na televisão portuguesa após as eleições de domingo, e naturalmente sem que me tenha aplicado a efectuar medições de tempo e avaliações afins, ficou-me o sentimento de que o mais relevado por todas as estações não foi a figura do vencedor nem a análise dos votos recebidos pelos candidatos, mas sim o elevado nível de abstenções. Pode parecer estranho. Não é. Na verdade, tenho como certo que a abstenção sempre foi a verdadeira «candidata» de uma certa direita que secretamente

sobre um caso exemplar. Sabe-se que o «Contra-informação» é um programa diário de grande êxito e com uma audiência de milhões, na TV e também na rádio. Nele, os políticos das várias tendências são reduzidos à condição de fantoches sempre ridículos quando não repugnantes. Será espantoso que, depois de meses e meses de consumo quotidiano dessa mensagem, um eleitor não se sinta motivado para sair de casa num certo domingo para ir dar o seu voto a um daqueles fantoches? Não será natural que prefira não se dar ao incómodo para depois poder gabar-se, com o ilusório sentimento de ser esperto, de que «não vai nisso», de que «não vota em nenhum»? De facto, o «Contra-informação» é um verdadeiro tempo de antena permanente em favor da abstenção.

Os dados esquecidos

Neste quadro, foi notório que a tal direita apostava na vitória da abstenção como opção mais «votada» pelo eleitorado nestas eleições. Mas a sua candidata, coitada, perdeu: teve apenas 49%, ficou a um palmo de conseguir ao menos o empate, e para a sua derrota foi decisiva a decisão do candidato do PCP de ir às urnas. É isto: sempre o PCP a contrariar as estratégias do grande capital. Ainda assim, porém, na informação pós-eleitoral a abstenção voltou a ser o ai-jesus dos serviços noticiosos, afins e correlativos. Até o SIC-Notícias, canal que debutara meia dúzia de dias antes, se deu ao trabalho de fazer um programa especial, com antena aberta a quem quisesse telefonar, para discorrer sobre os motivos da elevada abstenção, a maior de todas as eleições presidenciais. Quase ninguém quis lembrar-se do que dias antes havido sido denunciado por uma revista: cerca de 7% do eleitorado não podia ter ido às secções de voto porque estava morto e ainda não abatido nos cadernos eleitorais, perto de 2% também não fora porque emigrara. Como excepção no panorama geral de amnésia esteve Rui Oliveira e Costa, honra lhe seja feita, que nesse mesmo programa teve a lucidez de referir este e outros factores, assim reduzindo a abstenção havida à sua verdadeira dimensão, que é a generalizada na Europa ocidental (onde os *media* têm comportamento idêntico aos de cá e no interesse da mesma estratégia), são menores que na grandiosíssima democracia USA. É claro: estas eleições passaram mas o bombardeio vai prosseguir e não só no «Contra-informação». Bem se pode dizer que enquanto houver um resquício de vida democrática, mesmo insatisfatória, a despolitização continua. Dizendo assim, homenageia-se, por paráfrase, um estribilho do doutor Salazar, esse irreduzível inimigo de «a política», de «os políticos» e de todas e quaisquer eleições. A nós cabe-nos entender. O que já é um bom princípio.

abomina todos os outros candidatos, embora uns mais que outros, porque todos eles afinal correspondem à existência de uma realidade desagradável e indesejada que é a vida democrática. Ora, tenho também como certo que os grandes *media*, neles se incluindo obviamente a televisão, são uma espécie de «braço armado» do grande capital financeiro na guerra ideológica que permanente decorre. De onde uma ininterrupta campanha, que não se assume como tal, conduzida pelos grandes meios de comunicação social e que visa acentuar a despolitização do país, terreno onde radicam todas as abstenções eleitorais.

Um caso exemplar

Não se diga que este é um entendimento fantasioso das coisas, uma espécie de variante da mania da perseguição: pelo contrário, é fácil perceber a lógica interna do mecanismo de que a abstenção eleitoral é uma floração. Sabe-se que, no tipo de democracia dito ocidental, o poder político tem, tendencialmente, o seu destino marcado, que é o de ser o diligente executor de que convém ao capital financeiro. Porém, é claro que será tanto mais obediente quanto mais fragilizado se sentir, quanto menos se achar apoiado pela população. Assim, um país desinteressado da vida política e, no mesmo passo, da compreensão das teias que o enredam, é um país perfeitamente maduro para a incapacidade de se defender. De onde o constante bombardeio de «a política» e de «os políticos» pelos *media*. Reflectamos

Albarran, o gestor, conduz «Acorrentados», que não estava anunciado mas pelos vistos estreia (Foto TV Guia)

09.30 Programa Religioso

10.30 Missa
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Fronteira Ocidental
12.30 Porto 2001
13.10 Sobrevivência
14.00 Desporto
18.30 Super Humano
19.30 Desaparecido no Mar
20.30 Onda Curta
(«Entre Nós», de Margarida Cardoso, Port/1999; «Morte Macaca», de Jeanne Waltz, Port/1997; «Como Beijar», EUA/1989 e «Bloomtown», EUA/1985, ambos de Bill Plympton, EUA/1989. *Curtas Metragens*)
21.00 Bombordo
21.30 Artes e Letras - «Marguerite Duras»
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «Hiroshima, Meu Amor» (de Alain Resnais, Fr.-Jap./1959, com Emmanuelle Riva, Eiji Okada. *Drama*)

Winterbottom, G. Bret./1996, com Stephen Dillane, Woody Arrelson, Marisa Tomei. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Vila Faia
13.40 Universidade Aberta
14.10 Gente Remota
15.10 Parlamento (Rep.)
16.10 Euronews
17.30 Querida, Encolbi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.45 Cidade Louca
20.15 Viver no Campo
20.45 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco - Bailado
01.40 Andamentos (Rep.)

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.00 Roda dos Milhões
24.00 Último Jornal
01.00 «Jogada para a Morte» (de Carl Schenkell, EUA/1992, com Christopher Lambert, Diane Lane, Tom Skerritt. *Ação*)



Festival da Canção agora democratizado e descentralizado, esta semana na Madeira

▼ TVI

11.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.20 Big Brother
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 Super Pai
23.00 Big Brother
24.00 Pretender
01.00 Os Homens do Presidente
02.50 Seinfeld
03.30 Profiler



João Baião, «Sábado à Noite» nas suas sete quintas

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show
17.00 «As Meninas de Beverly Hills» (de Amy Heckerling, EUA/1995, com Alicia Silverstone, Stacey Dash, Brittany Murphy. *Comédia*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Agarrem Esse Bebê (de Patrick Read Johnson, EUA/1994, com Joe Mantegna, Lara Flynn Boyle, Joe



Pantoliano. *Comédia*)
23.00 «A Base» (de Mark L. Lester, EUA/1999, Mark Dacascos, Paula Trickey. *Thriller*)
02.20 Último Jornal

▼ TVI

10.15 «Big Estrelas»
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 Aquanautas
14.00 «Big Estrelas»
15.00 «See You in My Dreams» (de Graeme Clifford, EUA/2000, com Aidan Quinn, Marcia Gay Harden. *Drama*)
17.00 Roberto Leal
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother II
23.00 «Black Jack - O Guardião» (de John Woo, EUA/1998, com Dolph Lundgren, Kate Neron. *Drama*)
01.00 «Encontros Imediatos de 3.º Grau» (de Steven Spielberg, EUA/1977, com Richard Dreyfuss. *Ver Destaque*)
03.30 PSI Factor III

A talhe de foice

• Anabela Fino

Oh! iiéé!!!

É sempre bom saber que há quem se preocupe connosco, e melhor ainda quando a preocupação se manifesta não só nas autoridades nacionais mas também nas internacionais.

Que todos querem o nosso bem é um facto, ainda que nem sempre compreendido; mas isso são os ossos do ofício desta difícil tarefa que representa governar.

Veja-se, por exemplo, o caso das eleições. Metade dos eleitores no território nacional não foi às urnas, enquanto os recenseados pela emigração primaram pela ausência quase absoluta. Logo os nossos governantes se apressaram a desdramatizar o caso, prometendo para breve uma profunda revisão das leis eleitorais, e garantindo que se a montanha não vai a Maomé há-de Maomé ir à montanha, que no caso vertente é como quem diz somos todos inocentes, e se culpado tem de haver pela abstenção só pode ser o sistema eleitoral, esse malvado, que sendo proporcional só proporciona arrelias, e desinteresse, e apatia, ao que parece porque os eleitores não conhecem os candidatos a eleitos. Como é que se resolve este imbróglia num país onde a maioria dos eleitos conhecidos nem sequer chega a aquecer o lugar para que foi escolhida, não se sabe, mas fala-se cada vez mais de círculos nacionais e círculos uninominais e outras coisas que tais, o que só pode deixar descansados os eleitores, sobretudo se a nova paixão internética do Governo for ao ponto de proporcionar a cada português um computador, capaz de levar a casa de cada um a história actualizada e a cores dos futuros candidatos, sem esquecer naturalmente um endereço electrónico para trocar ideias ou receitas de cozinha, como se preferir, numa ligação on line mais profunda e permanente do que o efémero cordão umbilical. Um descanso.

Também do exterior nos chegam boas notícias, tão necessárias nesta época em que os equívocos provocados pelas forças do mal perturbam os espíritos com os alegados malefícios de estranhas substâncias como o urânio empobrecido. Uma cabala, está bem de ver, pois nos fóruns da política internacional homens e mulheres sem sono velam pelo nosso bem-estar, sem esquecer sequer os aspectos mais miúdos, como muito bem lembrou há dias o «Público» chamando a atenção para uma directiva da Comissão Europeia destinada a substituir os nossos termómetros de mercúrio, esses mesmos que toda a gente tem numa prateleira da casa de banho ou na mesinha de cabeceira, por termómetros digitais electrónicos, não por qualquer mesquinho interesse de grupos mas porque os termómetros se partem muito e o mercúrio é poluidor, logo prejudicial à saúde e ao ambiente, coisa inconcebível e inaceitável num país civilizado. Ora quem assim se preocupa connosco seria alguma vez capaz de andar por aí a usar armas que fazem mal à saúde, de mais a mais em operações humanitárias, quando já se decretou que a morte deve ser limpa, rápida e indolor, na suprema demonstração da superioridade moral dos amigos sobre os inimigos? Nem pensar.

Em verdade vos digo, pois, que podemos dormir sem preocupações. Como diria o outro, estamos em boas mãos. Oh! iiéé!!!

Frente Comum critica quadros de dotação global

Presente envenenado

Muitos quadros de pessoal, apesar do crescimento formal, poderão ser drasticamente reduzidos se o Governo não alterar o projecto que enviou aos sindicatos.

A versão final do diploma que consagra os quadros de dotação global para todas as carreiras de regime geral, de regime especial e específicas, enviada aos sindicatos da Administração Pública, apesar de aparentemente positiva - pois minimiza os factores de estagnação profissional, uma vez que a abertura de concursos de promoção deixa de estar dependente da existência de vaga -, contém medidas «que revelam irresponsabilidade e

que a serem aprovadas penalizarão trabalhadores e trarão problemas acrescidos a muitos organismos», afirma a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, em nota distribuída anteontem.

O projecto, aparentemente positivo, encerra medidas muito graves

Assim, o número de lugares dos quadros será apenas o correspondente ao número de efectivos existentes acrescidos de 10%. Isto significa que, por exemplo, «um quadro actualmente de 300 lugares, mas em que só

100 estejam preenchidos, será reduzido para 110 lugares», o que pode conduzir a que muitos quadros de pessoal fiquem aquém das necessidades efectivas dos serviços e se inviabilize, em muitos casos, a integração de trabalhadores que estão a exercer funções que correspondem a necessidades permanentes dos serviços, embora com vínculo precário.

Por outro lado, os concursos de promoção apenas serão válidos para o número de lugares postos a concurso e para os existentes à data de entrada em vigor do diploma o que significará que muitos trabalhadores aprovados em concurso e que só não foram promovidos por falta de vaga, passam agora a ter vaga mas vêem o seu concurso anulado, tendo que o repetir.

Para a Frente Comum, «diplomas deste tipo são reveladores da irresponsabilidade do Governo, da falta de sensibilidade com que encara os problemas da Administração Pública e dos seus trabalhadores, bem como da ligeireza com que estabelece acordos com os seus parceiros da FESAP/UGT».

Professores desempregados

Resultante da acção persistente da Fenprof e dos professores contratados foi publicado em Abril de 2000 um Decreto-Lei que criava o subsídio de desemprego para os professores. A partir desse momento tem decorrido de forma lenta o processo de concessão do referido subsídio o que demonstra, para a Fenprof, a «ineficiência da nossa máquina administrativa».

A estrutura sindical considera que o «limite do absurdo e da falta de respeito pelos direitos dos professores que se encontram numa situação difícil e nível pessoal e profissional está-se a verificar neste momento, pois estão a ser rejeitados pedidos de concessão do subsídio como resultado do atraso no envio da documentação respectiva».

A Fenprof exige que este problema, «da exclusiva responsabilidade dos departamentos de Estado envolvidos seja resolvido o mais rapidamente possível, concretizando o pagamento dos referidos subsídios de desemprego».



O protesto dos trabalhadores irá prosseguir, se o Governo mantiver as suas intenções (foto de arquivo)

Acordo com Médis ameaça SAMS

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas - cuja direcção é fruto de uma «santa aliança» entre PS, PSD e MRPP - firmou um acordo entre os SAMS e a Médis, do Grupo BCP, que, segundo as Listas Unitárias, «traz implicações gravíssimas para o futuro dos SAMS, da própria contratação colectiva e consequente-

mente para os trabalhadores bancários».

A corrente sindical unitária, no terço de página que regularmente lhe é atribuído no jornal «O Bancário», acusa a direcção do sindicato de pactuar com uma situação discriminatória entre os trabalhadores do sector, que cria bancários de primeira e de segun-

da, com diferentes possibilidades de acesso aos serviços de assistência. E tudo isto «com o dinheiro de todos os bancários».

«O Grupo BCP garantiu com este acordo que cerca de um terço dos beneficiários dos SAMS sejam simultaneamente clientes da Médis, com todos os custos suportados pelos SAMS», acusa a corrente unitária, que alerta para o facto de que «a partir deste acordo SAMS/Médis qualquer outro grupo financeiro tem força para

querer impor um protocolo semelhante». Assim, os bancos podem criar um grave problema financeiro aos SAMS, «deixando de pagar as contribuições, fundamentais para garantir os actuais direitos e regalias». Face à situação, que consideram «gravíssima», as Listas Unitárias defendem a demissão imediata da direcção do SBSI, que pôs «em causa os próprios estatutos do Sindicato e regulamento dos SAMS», e que agiu de forma «prepotente, clandestina e ilegítima».



Lançado livro de Manoel de Lencastre

Foi lançado, anteontem na FNAC/Chiado, o livro «A Rua da Felicidade», da Editorial «Escritor». Esta é a primeira obra de ficção de Alberto da Silva (ao centro), que colabora regularmente com o «Avante!» sob o pseudónimo de Manoel de Lencastre, que nos traça um retrato do Portugal cinzento dos anos da ditadura.

Classificado pelo autor do prefácio, Luís de Sousa Rebelo, como «realismo lírico», o livro foi apresentado por Urbano Tavares Rodrigues, conceituado escritor e docente da Faculdade de Letras de Lisboa.

Faleceu Ivo Cortesão

Faleceu recentemente o professor Ivo Cortesão. Esteve ligado à organização do PCP na sua juventude, foi antifascista de muitos combates e após o 25 de Abril integrou a Comissão Administrativa da câmara Municipal de Coimbra desde a primeira hora, sendo eleito para a Assembleia Municipal de Coimbra nas listas da FEPU em 1976. No plano cultural, integrou o Conselho de Redacção da revista «Vértice», da qual foi director nos anos 80 e era actualmente membro do seu conselho redactorial.

Professor de grande prestígio, foi eleito Presidente do primeiro Conselho Directivo do Liceu D. João III, que por

sua iniciativa retomou a seguir ao 25 de Abril o nome de Liceu José Falcão.

Ao ter conhecimento do falecimento de Ivo Cortesão, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou à sua família um telegrama, no qual «lamenta profundamente o falecimento do professor Ivo Cortesão» e «presta homenagem à figura do democrata conseqüente, ao homem de cultura e ao prestigiado professor».

